



Mara Vanessa Costa Barros **O PATRIMÓNIO CULTURAL: QUAL O SEU SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS DO Século XXI?**

Uminho | 2019



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mara Vanessa Costa Barros

O PATRIMÓNIO CULTURAL: QUAL O SEU SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS DO Século XXI?

Outubro de 2019



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mara Vanessa Costa Barros

**O PATRIMÓNIO CULTURAL: QUAL O SEU
SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA PARA
OS JOVENS DO Século XXI?**

Projeto de Mestrado
Mestrado em Património cultural

Trabalho realizado sob a orientação de
Professor Doutor António Joaquim Araújo de Azevedo

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, gostaria de agradecer enormemente aos meus pais, vocês foram os meus pilares em toda esta minha caminhada, vocês sabem o valor que têm. Quero também agradecer toda a dedicação e todas as oportunidades que me concederam e que me levaram até aqui.

Em termos académicos, gostaria de agradecer a ajuda do meu orientador, Professor Doutor António Azevedo, pelo seu acompanhamento, paciência, disponibilidade, motivação e prontidão em resposta às dúvidas que foram surgindo. Agradeço o seu incentivo e as suas sugestões, que levaram a concretização do meu trabalho.

Seguidamente, gostaria de deixar um agradecimento a todas as pessoas que amavelmente tiveram a disponibilidade de responder ao meu inquérito, muitos deles amigos, a quem deixo um especial reconhecimento.

Finalmente, quero agradecer a toda a minha família que também são muito importantes na minha vida.

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

O Património Cultural: Qual o seu Significado e Importância para os Jovens do Século XXI?

RESUMO

Nos dias presentes, é na juventude que arriscamos mais em termos de experiência, é uma fase em que se ganha autonomia, responsabilidades e maturidade. Os jovens, cada vez mais, vão ganhando um papel mais importante na sociedade, sendo eles os grandes antecipadores de alterações na maneira de pensar, raciocinar, nas normas e valores atuais. Segundo Solé (2016), a Educação Patrimonial tem vindo a afirmar-se como área de investigação autónoma, mas que congrega de forma interdisciplinar outras áreas do saber, como a história, arqueologia, a antropologia, a história de arte, etc.

Com esta investigação pretendia-se perceber a perspetiva dos jovens face ao património cultural, as suas barreiras, a que o associam, o ensino e a promoção deste, tal como também a necessidade de salvaguarda dos bens patrimoniais. Para isto foi implementado um questionário via *online* aos jovens, dos quais foram obtidas noventa e nove respostas e através do qual se pode perceber quais as barreiras mais importantes no acesso ao património pelos jovens, quais os produtos culturais que são mais consumidos por estes, os bens nacionais que estes acham ser parte dos classificados como património cultural, o que associam ao património e o grau de importância do ensino direcionado para o património e para a sua proteção.

Desta forma, a principal conclusão resultante deste estudo foi de que os jovens globalmente importam-se com o património cultural, com a sua salvaguarda e promoção, mas estes não dão o salto de passar esse conhecimento para a prática, não existe um grande envolvimento dos jovens com atividades culturais, no entanto, isto acontece por também não terem a possibilidade de adquirir produtos culturais devido a três principais razões. Essas barreiras que foram mais evidenciadas são os preços dos bilhetes, a falta de informação ou informação perceptível e a falta de tempo. Qualquer mediada que possa ser tomada para diminuir estes três fatores é positivo para um aumento do consumo de bens culturais pelos jovens.

Palavras-chave: Património Cultural, Cultura, Educação Patrimonial, Cidadania, Jovens.

The Cultural Heritage: What is its Meaning and Importance for Young People of the 21ST Century?

ABSTARCT

In the present days, it is in our youth that we risk more in terms of experience, it is a phase in which we gain autonomy, responsibilities and maturity. Young people, increasingly, are gaining a more important role in society, being the great anticipators of changes in the way of thinking, reasoning, norms and current values. According to Solé (2016), Patrimonial Education has been asserting itself as an area of autonomous research, but which brings together in an interdisciplinary way other areas of knowledge, such as history, archeology, anthropology, art history, etc.

The aim of this research was to understand the perspective of young people regarding the cultural heritage, its barriers, its association, its education and its promotion, as well as the need to safeguard heritage assets. For this, an online questionnaire was implemented for young people. Ninety-nine answers were obtained allowing us to understand which are the most important barriers to access to heritage by young people, which cultural products are most consumed by them, national goods which they consider to be part of those classified as cultural heritage, which they associate with heritage and the degree of importance of heritage-oriented education and its protection.

In the conclusions resulting from this study was that young people globally care about cultural heritage, its safeguarding and promotion, but they do not make the leap to pass that knowledge to practice, there is not much involvement of young people with cultural activities, but they too cannot afford cultural products for three main reasons. The barriers that have been most highlighted are ticket prices, lack of information or perceived information and lack of time. Any mediation that can be taken to diminish these three factors is positive for an increase in youth consumption of cultural goods.

Keywords: Cultural Heritage, Culture, Heritage Education, Citizenship, Youth.

INDICE

RESUMO	v
ABSTARCT	vi
INDICE	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	x
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xv
PARTE I – INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	17
1.1 – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	17
1.2 – OBJETIVOS DE PESQUISA	18
1.3 – PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	19
1.4 – METODOLOGIA	19
1.5 – ESTRUTURA	20
PARTE II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
CAPÍTULO II – CULTURA E OS JOVENS	21
2.1 – CONCEITO DE CULTURA	21
2.2 – EVOLUÇÃO DE CULTURA	23
2.3 – OS JOVENS	23
CAPÍTULO III – PATRIMÓNIO CULTURAL	26
3.1 – CONCEITO DE PATIMÓNIO CULTURAL	26
3.2 – TIPOS DE PATRIMÓNIO CULTURAL	27
3.3 – ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	29
3.4 – CONVENÇÕES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO	33
3.5 – A UNESCO, O SEU PAPEL NA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO E O PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE	35
3.5.1 – HISTÓRIA DA UNESCO	35
3.5.2 – BENS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL	38
3.5.3 – ENTIDADES PROMOTORAS DO PATRIMÓNIO DA UNESCO CLASSIFICADO EM PORTUGAL	40
CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	43
4.1 – O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	43
4.2 – ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	46

4.3 – CIDADANIA E O COMPORTAMENTO CIVIL	47
CAPÍTULO V – INICIATIVAS.....	50
5.1 – ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM 2018.....	50
5.2 – INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	51
6.1 – PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	55
6.2 – OBJETIVOS DE PESQUISA.....	55
6.3 – ÂMBITO DA PESQUISA	56
CAPÍTULO VII – METODOLOGIA.....	57
7.1 – METODOLÓGICAS DO ESTUDO	57
7.2 – APRESENTAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE	57
7.3 – ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	59
7.4 – O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	59
7.5 – RECOLHA DE DADOS	66
7.6 – PROCESSAMENTO DE DADOS.....	66
7.7 – A INVESTIGAÇÃO E A ÉTICA	67
CAPÍTULO VIII – ANÁLISE DE DADOS	68
8.1 – FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS.....	68
8.2 – ENVOLVIMENTO COM O PATRIMÓNIO CULTURAL.....	72
8.3 – ATITUDE FACE AO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	76
8.4 – FREQUÊNCIA DE CONSUMO DE PRODUTOS CULTURAIS	83
8.5 – PREÇO MÁXIMO PARA VISITAR UM BEM CLASSIFICADO	92
8.6 – BARREIRAS AO ACESSO A CULTURA.....	92
8.7 – VALORES PESSOAIS.....	96
8.8 – INTERESSE PELO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	102
8.9 – SATISFAÇÃO FACE AO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	103
8.10 – ASSOCIAÇÃO A PATRIMÓNIO CULTURAL	104
8.11 – CLASSIFICAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS.....	107
PARTE III –CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES.....	116
CAPÍTULO IX – CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES	116
9.1 –CONCLUSÕES.....	116
9.2 – CONCLUSÕES FINAIS	123
9.3 – LIMITAÇÕES.....	124
9.4 – SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS	125
REFERÊNCIAS.....	127

ANEXO	134
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO	134

LISTA DE ABREVIATURAS

ACESAS	Associação da Cultura e Saberes de Arez em Portalegre
APEC 2018	Ano Europeu do Património Cultural em 2018
ARCUM	Associação Recreativa e Cultura da Universidade do Minho,
DGMEN	Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DRC	Direção Regional de Cultura
ICOM	<i>International Council of Museums</i> (Conselho Internacional de Museus)
ICOMOS	<i>International Council on Monument and Sites</i> (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPM	Instituto Português de Museus
IPPAR I	Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico
IPPAR II	Instituto Português do Património Arqueológico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OMT	Organização Mundial do Turismo
PC	Património Cultural

PCI	Património Cultural Imaterial
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
s.a.	sem autor
s.d.	sem data

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão do Património Cultural	28
Figura 2 – Idade dos indivíduos	68
Figura 3 - Importância do conhecimento das culturas e das civilizações antigas.....	78
Figura 4 - Importância do Património para cada individuo.....	79
Figura 5– Importância para a região de cada individuo.....	79
Figura 6 – Atividades culturais promovem a vontade de viajar	80
Figura 7– Investimento da sociedade na investigação.....	80
Figura 8 – Investimento na formação de investigadores.....	81
Figura 9 – Importância do conhecimento do passado.....	81
Figura 10– Antepassados mais infelizes dado as más condições de vida	82
Figura 11- Antepassados mais infelizes devido a falta de tecnologia.....	82
Figura 12– Antepassados mais infelizes dado a falta de acesso à cultura	83
Figura 13– Frequência de visita/consumo do Museu	84
Figura 14– Frequência de visita/consumo de Castelos/Palácios	84
Figura 15– Frequência de visita/consumo de Monumentos.....	85
Figura 16– Frequência de visita/consumo de Igrejas	85
Figura 17– Frequência de visita/consumo de Sítios arqueológicos	86
Figura 18– Frequência de visita/consumo de Biblioteca/Arquivos	86
Figura 19– Frequência de visita/consumo de Edifícios com arquitetura distinta.....	87
Figura 20 - – Frequência de visita/consumo de Teatro.....	87
Figura 21– Frequência de visita/consumo de concerto de música clássica.....	88
Figura 22– Frequência de visita/consumo de festivais de música Pop.....	88
Figura 23 – Frequência de visita/consumo de Cinema.....	89
Figura 24– Frequência de visita/consumo de Opera	89
Figura 25– Frequência de visita/consumo de atividade cultural tradicional.....	90
Figura 26– Frequência de visita/consumo de artesanato	90
Figura 27– Frequência de visita/consumo de festival gastronómico.....	91
Figura 28– Frequência de visita/consumo de leitura de um livro.	91
Figura 29 - Valor máximo pagável para visitar um sítio classificado como património cultural. ..	92
Figura 30– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de interesse.	93

Figura 31– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de tempo.	93
Figura 32– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Preço dos bilhetes.	94
Figura 33– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de Informação.....	94
Figura 34 – Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de atividades/sítios classificados como património cultural perto dos indivíduos.	95
Figura 35– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de autenticidade.	95
Figura 36 – Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de recursos humanos. ...	96
Figura 37 – Valores pessoais. Autorrespeito.	98
Figura 38– Valores pessoais. Segurança	98
Figura 39 – Valores pessoais. Relações calorosas com os outros.....	99
Figura 40– Valores pessoais. Autorrealização	99
Figura 41– Valores pessoais. Ser respeitado e admirado	100
Figura 42– Valores pessoais. Divertimento e prazer na vida.....	100
Figura 43– Valores pessoais. Sensação de pertença	101
Figura 44– Valores pessoais. Excitação.....	101
Figura 45– Valores pessoais. Sensação de êxito.....	102
Figura 46– Interesse dos indivíduos pelo património cultural	103
Figura 47– Satisfação dos indivíduos sobre o estado de conservação/ proteção do património cultural.....	104
Figura 48 – Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Grafite/Arte Urbana.....	107
Figura 49 – Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Cante Alentejano.	108
Figura 50– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Produção de chocalhos.....	108
Figura 51– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Objetos do quotidiano antigo.....	109
Figura 52– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Termas romanas em Chaves.....	110
Figura 53– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Colecionismo.	110

Figura 54– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Centro Histórico de Guimarães.	111
Figura 55– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Galo de Barcelos.	112
Figura 56 - – Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Mosteiro da Batalha.....	112
Figura 57– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Coração de Viana.....	113
Figura 58– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Parque arqueológico do Vale do Côa.....	114
Figura 59– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Dieta Mediterrânica.	114
Figura 60– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Arte da Falcoaria Real em Salvaterra de Magos.....	115

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Bens classificados em Portugal.....	39
Tabela 2– Bens classificados em Portugal (continuação).....	40
Tabela 3 – Algumas iniciativas de promoção do Património Mundial da UNESCO junto dos jovens em 2018	52
Tabela 4– Algumas iniciativas de promoção do Património Mundial da UNESCO junto dos jovens em 2018 (continuação).....	53
Tabela 5 – promoção do Património Cultural a nível nacional em 2018.....	53
Tabela 6– promoção do Património Cultural a nível nacional em 2018 (continuação).....	54
Tabela 7 – Lista das características dos inquiridos e das questões de avaliação das atitudes e comportamentos dos jovens face ao património	58
Tabela 8 – Situação profissional	69
Tabela 9 – Situação profissional (continuação).....	70
Tabela 10 – Nível de Escolaridade	70
Tabela 11 - Local de Residência.....	71
Tabela 12 - Nacionalidade dos Indivíduos.....	72
Tabela 13 - Envolvimentos dos Indivíduos com Atividades ligadas ao Património Cultural	73
Tabela 14 - Sítios classificados como património Cultural junto da residência dos Indivíduos....	74
Tabela 15 - Sítios Não classificados como património Cultural junto da residência dos Indivíduos.	75
Tabela 16 - Sócio/Membro de associações culturais ou recreativas	75
Tabela 17 - Trabalho voluntário em associações culturais ou recreativas.....	76
Tabela 18 - Atitudes face ao Património.	77
Tabela 19 - Atitudes face ao Património (continuação).....	78
Tabela 20 - Valores pessoais.....	97
Tabela 21 – Associação de palavras com o Património Cultural.....	105
Tabela 22 – Associação de palavras com o Património Cultural (continuação).....	106

PARTE I – INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Como é de conhecimento geral, o património cultural trata-se de um conjunto de elementos de uma cultura, criados ao longo dos tempos, que se herda dos nossos antepassados e que nós próprios precisámos deixar às gerações que nos sucedem. Normalmente o Património Cultural fragmenta-se em património imóvel (constituído por estruturas construídas pelo homem, tais como castros, igrejas, mosteiros, castelos, moinhos, etc.) e património móvel (que encontramos geralmente nos museus de arqueologia, arte, ciência, etnologia, etc.) (Direção Regional de Cultura do Norte). O património cultural tem um valor muito grande para todos nós, enquanto pessoas, comunidades e sociedades. É relevante conserva-lo e transmiti-lo às gerações futuras. Embora possa ser ponderado como algo estático ou «do passado», na verdade, através da nossa dedicação em preserva-lo, o património evolui. Apesar disto, tem um papel importante a cumprir na construção do futuro da Europa, sendo assim, imprescindível o interesse dos jovens neste tema. Exatamente por estes motivos é necessário sensibilizar os jovens para a necessidade de conservar e divulgar o património cultural português, fazendo deles os seus promissores defensores. A temática deste trabalho foca-se nos jovens, que são ponderados como uma fonte de ideias novas, aptos de transformar matéria-prima em algo atrativo, e acima de tudo são capazes de trabalhar um recurso, dando algo novo deixando sempre a sua essência tendo por isso um papel crucial no futuro do turismo em Portugal.

Neste momento, com a iniciativa da União Europeia celebramos em 2018, o Ano Europeu do Património Cultural, com o objetivo de chamar a atenção para o papel da cultura e do património no desenvolvimento social e económico na Europa e nas suas relações externas, e motivar os cidadãos para os valores comuns europeus. Outro ponto importante é a questão do papel da educação patrimonial e da cidadania e comportamento civil que interfere com a vontade de preservar e proteger o património Cultural pelos jovens. Pretende-se ainda descrever

os bens classificados pela UNESCO em Portugal, como forma de primeira abordagem/contacto para a elaboração do projeto.

1.2 – OBJETIVOS DE PESQUISA

Dada a situação de constante mudança em que se vive no presente, é importante chamar a atenção não só para as oportunidades que o património cultural nos oferece, mas também para os imensos desafios que hoje nos colocam, como a globalização, o desenvolvimento acelerado da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, as crises de valores e de identidade, as alterações climáticas e os conflitos e as pressões e contradições geradas pela cada vez maior mobilidade humana por todo o planeta. Serão demonstrados vários exemplos de conceitos de património cultural, tal como a sua evolução ao longo dos séculos. É também imprescindível para este trabalho, estudar a importância que os jovens da atualidade concedem ao património.

Para terminar a objetividade geral do projeto, pretende-se também através deste trabalho valorizar e promover o património cultural, contribuindo em especial para a promoção do papel do património cultural enquanto elemento importante para o jovem do século XXI. Para tal temos ainda de ter em conta os comportamentos de cidadania ativa de defesa e promoção do património cultural:

- Procurar informação;
- Consumir;
- Cocriar;
- Proteger;
- Participação.

Assim, pormenorizadamente, este estudo tem como finalidades:

- Perceber o que é o património cultural e a sua evolução
- Qual a sua importância para os jovens do século XXI, tanto quanto a sua consciencialização patrimonial.

- Sensibilizar para a importância do património cultural europeu através da educação, visando em especial os jovens e as comunidades locais;

1.3 – PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

De acordo com a psicologia do desenvolvimento, “a juventude é a fase em que se ganha autonomia e se aceita a responsabilidade, como consequência direta dos atos, sendo igualmente o momento em que se arrisca mais em termos de experimentação” (Boag et al., 2003 in Vieira, 2012, p.31). Na atualidade, com os jovens, ganhando um papel cada vez mais importante dentro do círculo familiar e na sociedade, eles tornam-se os propulsores das grandes transformações nas suas atitudes e formas de estar, que muitas vezes levam a influenciar os mais velhos. É a evolução da tecnologia, a facilidade do consumo e aquisição e a inovação, que conduzem a um prolongamento e alargamento da faixa etária jovem (Santos, 2004). É preciso também ter em conta a educação, a formação e a forma como a sociedade influi os jovens. A evolução da tecnologia, a facilidade.

Possuído de um grande valor para a sociedade e para comunidade, o património cultural acarreta a necessidade de ser conservado e transmitido de geração em geração. Os jovens sendo as nossas gerações futuras devem aprender a sua importância, devem o saber identificar, tal como devem conhecer a melhor maneira de o proteger, preservar e salvaguardar. Resultante da falta de informação de como o património é visto e considerado pelos jovens, é pertinente entender a sua importância no século XXI, o seu interesse por parte dos jovens neste século, tanto quanto a sua consciencialização patrimonial.

1.4 – METODOLOGIA

Esta investigação tem um carácter quantitativo com a recolha de dados sendo feita através do estabelecimento de contacto com vários jovens a partir de um inquérito on-line. O questionário foi elaborado tendo como base o problema de investigação, e o seu conteúdo fundamentado com os temas que estão patenteados na revisão da literatura. Com 29 questões, o questionário foi implementado online, através do “Google Docs”. Além disto, foi feito um estudo qualitativo de levantamento das iniciativas para os jovens nos municípios com património mundial.

O inquérito foi divulgado pelo email institucional da Universidade do Minho e partilhado pelo Facebook, alcançando 99 respostas. Após a recolha de dados, foi feito o procedimento de tratamento estatístico, com a ajuda do software IBM SPSS Statistics 24. O tratamento estatístico manifestou-se numa análise descritiva, com a composição de quadros de frequência e histogramas sempre que fosse ponderado necessário.

1.5 – ESTRUTURA

A presente investigação encontra-se dividida em três partes diferenciadas. Contemplando a Parte I temos o Capítulos I, composto pela Introdução e os seus subcapítulos. Aqui é feita uma alusão geral ao tema do trabalho, apresentado os objetivos e questão de pesquisa, como também a metodologia adotada. Na Parte II é abrangido os capítulos II, III, IV, V, VI, VII e VIII referente a fundamentação teórica, em que em vários capítulos são apresentados conceitos e temas considerado penitentes para o estudo, tal como a problemática e objetivos, a metodologia e por fim, a análise dos dados. Finalmente, na parte III, temos o capítulo IX que diz respeito a conclusão e implicações, aqui são referias as conclusões, descobertas, com também as limitações e implicações neste projeto. Na concretização deste trabalho foi essencial o recurso a artigos científicos, bibliografia, trabalhos académicos, legislação, cartas e convenções, principalmente na parte teórica.

PARTE II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO II – CULTURA E OS JOVENS

2.1 – CONCEITO DE CULTURA

Cultura é uma preocupação contemporânea, cada vez mais discutida e estudada, na medida em que tem existido um maior contacto entre os povos e as nações. As preocupações crescentes com a cultura resultam da possibilidade da perda e o desaparecimento de características originais em virtude daqueles contactos. O termo “cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua” (Eagleton, 2011, p.9). “Como sabemos, cada individuo constrói um conjunto próprio de valores, crenças e emoções com base no que lhe é transmitido ao longo do seu processo de aprendizagem, que decorre sobretudo durante o seu período de crescimento. Esses ensinamentos são proporcionados, parametrizados e condicionados pelos diferentes ambientes sociais que o envolvem: a família, os vizinhos, a escola, os grupos de amigos, o local de trabalho e a comunidade” (Santos & Reis, 2004, p.55). Isto é, cada pessoa constrói um conjunto de crenças especial só para si mesmo consequente do seu envolvimento os diversos ambientes que frequenta, desse a escola ou local de trabalho à família e amigos.

A cultura pode ser usada para se “referir aos costumes e hábitos de um povo, às diferentes maneiras de expressão artística, a um modo da civilização ou aos saberes produzidos por um determinado grupo” (Malanchen, 2014, p.1). Sendo então que cada geração começa “a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo” (Leontiev, 1978, p. 265-266 in Malanchen, 2014, p.8-9).

Segundo a teoria de Santos, 1987, existe uma possível divisão da concepção de cultura em duas vertentes. “A primeira concepção de cultura remete a todos os aspetos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um

povo” (Santos, 1987, p.20). Assim, a primeira concepção diz respeito a tudo aquilo que diferencia e representa a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. Cultura pode então ser definida como e através de “em cada caso dar conta das características dos agrupamentos a que se refere, preocupando-se com a totalidade dessas características, digam elas respeito às maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspetos materiais” (Santos, 1987, p.21). Na segunda concepção de cultura podemos nos referir mais especificamente “ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social”. “(...) Mesmo aqui a referência à totalidade de características de uma realidade social está presente, “já que não se pode falar em conhecimento, ideias, crenças sem pensar na sociedade à qual se referem” (Santos, 1987, p.21). Assim sendo com esta segunda noção, temos então que falar nas características de uma sociedade social para podermos falar do conhecimento, ideias, crenças referentes pois elas são sempre referentes a uma sociedade. Neste conceito a cultura reflete-se como um domínio da vida social.

No entanto, a cultura é também invocada em diferentes áreas, “evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos” (Canedo, 2009, p.1). São muitas as dificuldades para definir cultura, elas derivam inclusive do conceito em que cultura servia para diferenciar as populações humanas entre si e para distinguir o humano de outras formas animais. É uma ideia ampla e bastante genérica, em que cultura estava ligada à distinção entre o humano e o animal, em que tudo o que é cultural é humano e tudo o que é humano é cultural (Santos, 1981, p.25). Outra concepção de cultura “ressalta o papel que ela pode assumir como um fator de desenvolvimento social” (Canedo, 2009, p.6). Portanto, nesta perspectiva, as atividades culturais são realizadas em fusão de um carácter com intuítos socioeducativos diversos “para estimular atitudes críticas e o desejo de atuar politicamente; no apoio ao desenvolvimento cognitivo de portadores de necessidades especiais ou em atividades terapêuticas para pessoas com problemas de saúde; como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos; no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais, como os altos índices de violência, a depredação urbana, a ressocialização de presos ou de jovens infratores” (Canedo, 2009, p.6).

Concluindo, pode-se afirmar que cultura é o resultante do trabalho, ou seja, “da ação do ser humano sobre a natureza e, portanto, primeiramente a cultura é material”, “da cultura

material se desdobram os elementos que compõem a cultura não material ou simbólica, como: a linguagem, as ideias e o conhecimento”, do “conhecimento, dessa forma, é uma parte da cultura, não podendo ser confundido como seu sinônimo”, e da apropriação da cultura como sendo “um processo coletivo, ou seja, é necessária a existência de mediações para que a mesma seja transmitida e apropriada no processo de humanização” (Malanchen, 2014, p.11).

2.2 – EVOLUÇÃO DE CULTURA

Até o século XVI, o termo de cultura era usado “para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e também para designar o estado de algo que fora cultivado, como uma parcela de terra cultivada” (Canedo, 2009, p.2). Foi mais tarde, no século XIX, executados estudos que buscavam hierarquizar todas as culturas humanas, quer as existentes quer as extintas e segundo esse estudo, a humanidade passaria por diferentes etapas sucessivas de evolução social que nos levaria “desde um estágio primordial onde se iniciaria a distinção da espécie humana de outras espécies animais até a civilização tal como conhecida na Europa ocidental de então” (Santos, 1981, p.12).

Logo, no século XIX, com a diversidade de sociedades existentes, passou a existir uma representatividade dos diferentes estágios da evolução humana, “sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas no estágio da selvageria; reinos africanos, no estágio da barbárie. Quanto à Europa classificada no estágio da civilização, considerava-se que ela já teria passado por aqueles outros estágios” (Santos, 1981, p.12). Foi após esse período que a cultura “passa a conformar sentidos distintos em países como a França e a Alemanha” (Canedo, 2009, p.2), o que levou a “divergências semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais” (Cuche, 2002, p.12 in Canedo, 2009, p.2).

2.3 – OS JOVENS

Hoje em dia, pode-se assistir a uma sociedade em “constante mudança, transformando-se em pluralista, fragmentada, individualista, que enfatiza a utilização dos produtos em

detrimento da produção tecnológica” (Erikson, 1975; Orozco, 2001; Raaij, 1998 in Santos, 2004 p.13). Do ponto de vista da fundamentação teórica, “a categoria juventude abrange diferentes concepções e suas definições são constituídas por critérios históricos e culturais” (Hayashi, Hayashi, & Martinez, 2008, p.137). “Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (Dayrell, 2000, p.40). Numa noção mais romântica dos jovens, esta é encarada como uma fase, “um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos. A essa ideia que se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações (...)” (Dayrell, 2000, p.41).

Enne, 2010, (in Trancoso, 2017, p.283-284), afirma que os jovens possuem a dinâmica que permite ver a “construção de estilos de vida como forma de marcação identitária”, o que possibilita uma maior autonomia na “composição dos papéis sociais desempenhados no cotidiano”. A autora aclara também, que os jovens são, muito provavelmente, os que mais exploram e aproveitam a “capacidade dos bens produzirem sentido”. Existe a “possibilidade dos sujeitos jovens construir uma biografia marcada pela autenticidade, maior possibilidade de movimento e transgressão dos limites sociais, históricos e culturalmente estabelecidos” (Dal Molin, 2007 in Trancoso, 2017, p.285). “Os jovens são os sujeitos que se veem mais cotidianamente afetados pela midiaticização em seus mapas de referências culturais e identitários” (Sousa, 2016, p.298).

Numa visão mais negativa, os jovens são considerados como indivíduos passando por um período que os remete para “um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade” (Dayrell, 2000, p.41). Existe a ideia de ser uma altura em que há uma tendência para uma crise com o seu próprio eu e os ambientes e pessoas que os rodeiam. O jovem é “um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade” (Dayrell, 2000, p.43). Sendo assim, “quando cada um desses jovens nasceu, a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. Assim, o gênero, a raça, o fato de terem como pais trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, dentre outros aspetos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como

sujeito social, independentemente da ação de cada um” (Dayrell, 2000, p.43).

Os jovens estudados neste caso, pertencem a geração Z e maioritariamente a geração milénio ou geração Y, noção proveniente da Sociologia. Em ambas estas gerações, os jovens são muito dependentes da tecnologia, sempre conectados a *Internet*. Foi ainda revelado através de um estudo (Vieira, 2012, p.34), conduzido pelo Pew Research Center Internet & American Life Project, Millennials – A Portrait of Generation Next, que “oito em cada dez jovens dormem com o telemóvel ligado ao pé da cama e que três quartos têm um perfil numa rede social”. O grande diferenciador destas gerações para outras, principalmente a Y, é o grande uso que fazem da tecnologia, sendo para eles sempre importante estarem conectados para poderem se comunicar, para estarem informados e até para fins de divertimento. É complicado aclarar uma faixa etária para o conceito de jovem, há autores que entendem que a juventude engloba os indivíduos com 12 até aos 22 anos de idade, outros consideram os jovens como pessoas que têm entre os 15 e 24 anos (Hollander & Germain, 1993 in Vieira, 2012, p.35), Por outro lado, outros autores (Englis, Solomon e Olofsson, 1993 in Vieira, 2012, p.35), defendem que as pessoas jovens são os que se encontram entre os 12 e os 29 anos. Com base nestas diferentes opiniões, torna-se difícil definir uma faixa etária, no entanto, para esta investigação em particular, a faixa etária definida é dos 18 aos 35 anos.

CAPÍTULO III – PATRIMÓNIO CULTURAL

3.1 – CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL

O património cultural é o suporte sobre o qual se ergue a nossa sociedade contemporânea. A necessidade de conhecer o património cultural provém da nossa busca de conhecimentos acerca de onde vimos, quem somos, para onde vamos e também se trata de perceber os nossos valores e o mundo em que vivemos. O nosso interesse no património cultural não patenteia apenas a história das artes e da cultura em geral, mas também se justifica pela necessidade de entendermos melhor a nós mesmos e ao nosso tempo.

O Património Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade, é “o composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural” (Declaração de Caracas, 1992). Dentro deste contexto percebe-se que o património é um combinado de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, da sua gastronomia característica, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem, superstições, rituais, festa, como defendem Massonetto – et al., (2012). Outro conceito é a relação entre o património e a herança, que sempre estiveram interligados. Originalmente, o património era aquilo que se herdava, implicando a ideia de herança, sendo que nós humanos, compartilhamos com os animais a herança genética, por exemplo, mas sendo a cultural o nosso ponto focal podemos dizer que o Homem, acima de tudo e antes de tudo é um herdeiro, somos todos herdeiros e o património cultural é a nossa herança cultural (Mendes, 2012, p.13). O património cultural cria uma solidariedade entre os membros de um corpo social, uma ligação, uma união que se traduz no sentimento de pertença a uma mesma comunidade. Isto tudo porque o património cultural revela-se como a perseverança desse agregado humano, ao longo do tempo, permitindo-lhe que seja o mesmo apesar das mudanças. Além de único, também opera como núcleo da identidade coletiva, possibilitando o nosso reconhecimento, mas também que sejamos reconhecidos, é ele que diferencia e distingue a fisionomia física e moral de um lugar, uma cidade, uma região, um país. Sem o património cultural ficamos sem a nossa personalidade e individualidade autónoma. O património cultural é para a sociedade, o que a memória pessoal é para o indivíduo (Mendes, 2012, p.15-17). Em 1998 a Unesco se propõe a também esclarecer o conceito de património como sendo um

combinado de componentes naturais e culturais, tangíveis e intangíveis sendo eles herdados do passado ou criados para interligar umas gerações com as outras. A patrimonialização declara e legitima a identidade de um grupo, ativando memórias que poderiam ser esquecidas (Pérez, 2006, p.6).

Para além destes conceitos referidos acima, temos de ter em conta que o património cultural agrega, consoante a alínea 1 do artigo 2 da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”. “O objetivo do património é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas” (alínea 3 do artigo 2 da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro). Do mesmo modo, é importante quando se fala dos diferentes tipos de património, ter em conta que o património mundial é classificado pela UNESCO em três tipos: cultural, natural e o misto, que engloba ambos. No entanto, também há uma outra classificação, que é atribuída a um dos três tipos referidos anteriormente, caso algum se encontre em situação de risco ou degradação total: o de “património em risco”.

3.2 – TIPOS DE PATRIMÓNIO CULTURAL

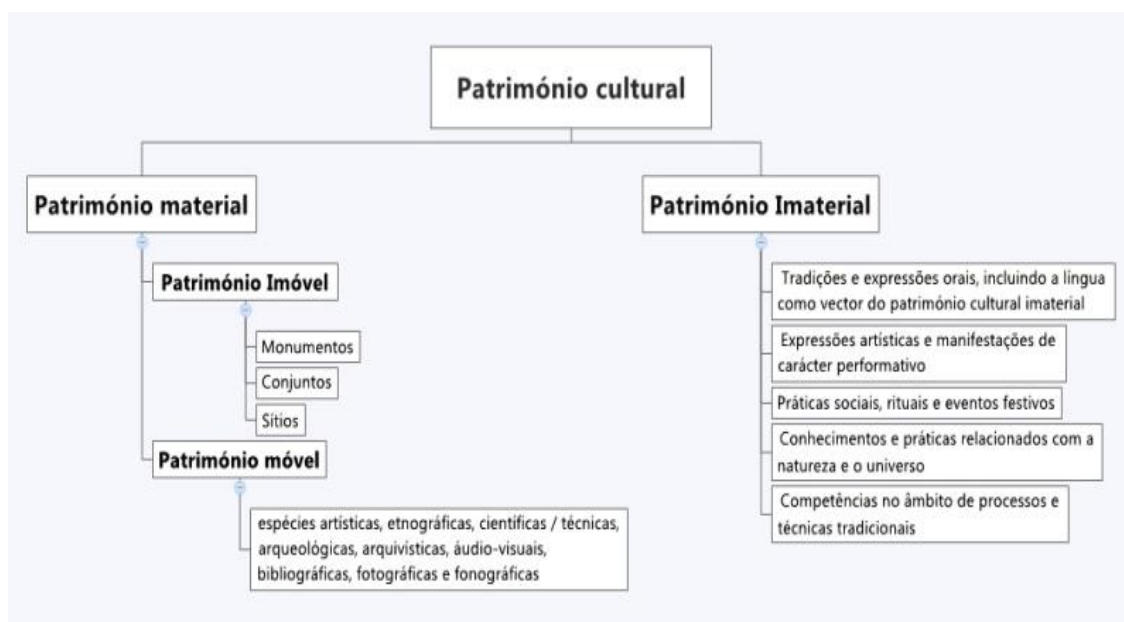
Segundo Pérez (2006), as diferentes legislações mostram que o património cultural é classificado tipologicamente em vários grupos, “[...] como histórico, artístico, documental e bibliográfico, arqueológico, paleontológico, científico e técnico, e etnográfico. [...]”. Entretanto, atualmente, estas categoria foram se expandindo “[...] como por exemplo, o património gastronómico. Também o património cultural é classificado desde o ponto de vista político-territorial: património local, regional, autonómico, nacional, étnico, continental (exemplo: europeu, americano, ...), mundial (de toda a humanidade)”. A partir do artigo 1 da parte I da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural¹ é considerado património cultural material, os monumentos (“obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”);

¹ Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, 16 de novembro de 1972.

os locais de interesse (“obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”);e os conjuntos (“grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”).

O património cultural imaterial é esclarecido com a alínea 2 do artigo 1º da Lei nº 139/2009 de 15 de junho como sendo “as manifestações culturais expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões, de carácter tradicional, independentemente da sua origem popular ou erudita, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural, e que, sendo transmitidas de geração em geração, são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculindo-lhes um sentimento de identidade coletiva”. As manifestações do património cultural imaterial incluem² tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; e competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

Figura 1 – Divisão do Património Cultural³



² Decreto-Lei nº 139/2009: Diário da República, 1.ª série — N.º 113 — 15 de junho de 2009.

³ Fonte: Direção Regional de Cultura do Norte. <https://www.culturanoorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>

Segundo o Decreto-Lei nº 117/97: Diário da República alínea 1 do artigo 3 é definido que “através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular” sendo que ⁴ “o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.” Todos têm o dever de preservar, defender, conservar e valorizar o património cultural⁵. Para ser possível ser classificado pela UNESCO as candidaturas precisam apresentar: “

1. Ter um valor destacado como obras do génio criador;
2. Ter bases na tradição cultural ou na história cultural de uma comunidade;
3. Jogar um papel na afirmação da identidade cultural da comunidade;
4. Distinguidas pela aplicação de instrumentos e técnicas de reconhecida qualidade;
5. Ser testemunho e uma tradição cultural viva;
6. Estar ameaçada com desaparecer por falta de estratégias de salvaguarda ou processos de mudança rápida”⁶.

O Património Cultural, acaba se tornando um recuso turístico muito importante, quer de uma região, quer de um país, pelo simples facto que apresentar características e qualidades diferenciadoras a nível arquitetónico e artístico ou pela sua dimensão histórica e simbólica.

3.3 – ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

É desde a antiguidade que se pratica a preservação de monumentos e dessa época sobreviveram documentos referentes à proteção do património (Guerreiro, 2018, p.36). Com o renascimento surge o direito internacional com as primeiras convenções e tratados internacionais com normas para a navegação, o comércio e a conduta dos estados em tempos de guerra. Em 1931, após primeira guerra mundial, o Serviço Internacional de Museus (órgão ligado à Sociedade das Nações) escreveu a Carta de Atenas, a primeira norma internacional relacionada a restauração dos monumentos patrimoniais. Entretanto, no século XIX, aparecem

⁴ Decreto-Lei nº 117/97: Diário da República alínea 3 do artigo 3.

⁵ Decreto-Lei nº 117/97: Diário da República, artigo 11.

⁶ Pérez, Xerardo (s.d.). “Turismo Cultural. Uma visão antropológica”. Edições IMAI- Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia; CEDTUR - Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico. “Cadernos de Turismo”; 2, 179.

mais regras relacionadas ao património material que acabam por ser alargadas ao património imaterial no século XXI (Custódio, 2011, p.36). Surge desde 1931 normas internacionais na área do património:

- A Sociedade das Nações, fundada em 1919, que se transformou em 1945 na Organização das Nações Unidas, que escreve a Carta de Atenas em 1931 e que em 1932 publica a resolução sobre a conservação de monumentos históricos e obras de arte;
- A UNESCO, alicerçada em 1945 e criadora de quatro convenções fundamentais:
 - A Convenção de Haia (para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado em 1954);
 - A Convenção para a proteção do património mundial (cultural e natural em 1972);
 - A Convenção para a proteção do património subaquático (2001);
 - A Convenção para a salvaguarda do património cultural intangível (2003);
- O Conselho da Europa fundado em 1949 como uma organização intergovernamental europeia a qual Portugal aderiu apenas em 1976.
 - O Conselho da Europa produz normas e aprovou:
 - A Convenção cultural europeia em 1954;
 - A Convenção europeia para a proteção do património arqueológico em 1969 e revista em 1992;
 - A Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa em 1985;
 - A Convenção europeia da paisagem em 2000.
 - Divulga também várias recomendações como:
 - Sítios e conjuntos históricos em 1963;
 - O património subaquático em 1978;
 - A arqueologia industrial em 1979;
 - A formação de técnicas em 1980;
 - A arquitetura rural em 1989;
 - O património arquitetónico do século XX em 1991;
 - Aprova igualmente, a Carta Europeia do Património Arquitetónico em 1975.

Sugue também um organismo não-governamental, o ICOMOS, concebido em 1965 (em Paris) e desde 1980 existe a Comissão Nacional Portuguesa. É o criador da Carta de Veneza em 1964, acerca da conservação e restauro de monumentos e sítios, e tem sido detentor de um papel importante relativamente ao património mundial, se debruçando também em vários ramos do património (Custódio, 2011, p.36-37).

Em Portugal, após o 25 de abril de 1974 e com o poder político na altura estabelecido, sentiu-se a necessidade de se revisar todos os assuntos referentes ao património cultural, de maneira a evitar a dispersão que havia neste campo, dividida por distintos ministérios: Educação e Obras Públicas, então, nos anos 60 criou-se um ministério próprio dedicado ao património cultural. Nos anos 80 apareceu o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que mais tarde deu origem ao Instituto Português de Museus (IPM), ao Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR I) mais tarde convertido em Instituto Português do Património Arqueológico (IPPAR II). Foi desde 1980 que quer o IPPC quer o IPPAR tutelavam as leis sobre a salvaguarda e a proteção do património arquitetónico, através da classificação de imóveis, a definição de áreas de proteção e acompanhando a legislação em termos de controlo territorial. Foi cargo destes a administração dos monumentos nacionais e a promoção de obras de restauro e conservação dos principais monumentos nacionais, “substituindo parcialmente nestas grandes frentes de trabalho a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)”, criada em 1929 e foi reduzindo a sua atenção na década de 60, extinguindo-se mais tarde (Pereira, 2011, p.261-262). Posteriormente, em 2012 foi fundada a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) que sucede nas atribuições do IGESPAR e nas funções do Instituto dos Museus e da Conservação. A DGPC estabelecesse tem como missão “assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional” (Direção Geral do Património Cultural).

Através do Decreto-Lei n.º 115/2012: Diário da República, 1.ª série — N.º 102 — 25 de maio de 2012 é apresando os deveres da DGPC. O primeiro remete para a sua missão, “assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”. De seguida a DGPC continua com varias outras atribuições, desde “assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário,

classificação, estudo, conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação do património cultural móvel e imóvel (...)", "propor a classificação de bens imóveis, de interesse nacional e de interesse público(...)", "propor e executar a política museológica nacional (...)", "elaborar, em articulação com as respetivas direções regionais de cultura, planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções de conservação, recuperação, restauro e valorização, em imóveis classificados ou em vias de classificação do Estado (...)", "gerir os sistemas de informação sobre museus, sobre bens culturais móveis e integrados e sobre intervenções de conservação e restauro(...)", "Conservar, tratar e atualizar os arquivos documentais, e as bibliotecas afetas (...)", "Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural (...)", "autorizar e acompanhar qualquer intervenção em bens culturais móveis (...)", "promover, quando necessário, a expropriação de bens culturais imóveis (...)", "suspender trabalhos ou intervenções que estejam a ser realizados em violação ou desrespeito das normas em vigor (...)", "promover a conceção e a comercialização de produtos relacionados com a imagem do património cultural (...)", "fiscalizar o cumprimento, por parte dos museus que integram a Rede Portuguesa de Museus (...)", entre varias outras atribuições. Para além desta, outro ponto importante a que a DGPC se compromete é em "exerce as atribuições das direções regionais de cultura na circunscrição territorial que corresponde ao nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) no continente, de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial e do apoio a museus".

Com o artigo 1 da Portaria n.º 223/2012, N.º 14 de 24 de julho é criada a estrutura principal da DGPC: O Departamento dos Bens Culturais; o Departamento de Museus, Conservação e Credenciação; o Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização e o Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo. A DGPC executa as funções das direções regionais de cultura na demarcação territorial que corresponde ao nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) no continente, de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da proteção, valorização e divulgação do património cultural e do apoio a museus. As DRC⁷, "exercem as suas atribuições e competências na respetiva circunscrição territorial que corresponde ao nível II [...] das NUTS". Sendo assim, procedeu-se a uma reforma das Direções Regionais de Cultura, conservando-se as Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro,

⁷ Alínea 2 do artigo 1 do Decreto-Lei n.º 114/2012.

Alentejo e Algarve⁸, cessando a Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, passando esta ao abrigo da DGPC nos domínios da salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial e do apoio a museus e pela direção-geral das artes no domínio do apoio às artes⁹.

3.4 – CONVENÇÕES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO

Antes de mais, deve-se ter em conta, que se tem vindo a desenvolver uma sensibilização da opinião pública acerca dos problemas patrimoniais, contribuindo assim para que o cidadão comum também se sinta responsabilizado pela proteção dos valores culturais que serão a base das futuras gerações. Conforme declara Alves (2005, p.22), no mundo ocidental, no início do século XX, torna-se consciente a necessidade de conservar a memória e do passado, isto levou ao aparecimento das primeiras preocupações com a pertinência de salvaguarda da destruição os bens imoveis que seriam denominados por monumentos (Bases para a Classificação de Imóveis). Estes processos vêm-se alongando até aos dias de hoje, quer por ações violentas, como as duas grandes guerras mundiais, que levaram a uma grande destruição de património construído e de núcleos urbanos muito importantes, quer por ignorância e negligencia, e muitas vezes, de forma generalizada por parte das populações e políticos responsáveis, conduzindo assim ao trágico desaparecimento a diversos níveis (móvel, imóvel, oral, etc.), de varias estruturas que hoje em dia consideramos essenciais para o entendimento do significado de herança cultural.

Com isto, surge três organizações internacionais essenciais para a proteção do património, a UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS. Deste grupo, a UNESCO é quem leva mais longe as suas preocupações em salvaguardar o património, sendo que possui contornos mais abrangentes na sua atuação. Foram estes três organismos que conseguiram levar a cabo a publicação da legislação com a qual se tem tentado regular as atitudes e posturas face ao património. Apesar de tudo isto, e dos passos significativos que têm vindo a ser dados, por vezes surge algumas reticencias na aceitação de propostas apresentadas para resolução de diversos problemas por parte dos países signatários. Surge então a Convecção de Granada, que deve ser salientada, já que passados vários anos após a sua ativação, os resultados obtidos são

⁸ Artigo 1 do Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio.

⁹ Alínea 3 e 4 do artigo 1.

comprovadamente positivos (Alves, 2005, p.23). Com esta convenção faz-se “a distinção entre monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítio (...)” que levou a uma “(...) inventariação rigorosa que não deixa de lado vários elementos, até então difíceis de inserir numa classificação convencional” (Alves, 2005, p.23). Na obrigação de protegê-los, passa a haver uma identificação rigorosa, mas também uma maior rapidez do processo, sendo que muitas vezes existe um alto risco de “descaracterização, demolição e mesmo destruição, do património a ser classificado”. Entretanto, também a noção de património cultural se tornou mais definida com o estabelecimento de medidas mais concretas que visaram a sua proteção, comprometendo assim os países signatários a uma colaboração real. Este documento de grande importância e alcance, ajudou a concretizar a realização de recomendações ao incentivo à investigação científica, com o objetivo de controlar qualquer situação que possa afetar o património e promover o cumprimento rigoroso da legislação que protege o mesmo. “Convém, ainda, mencionar a intenção de pôr em funcionamento todos os mecanismos que possam contribuir de maneira significativa para a formação de técnicos especializados na conservação e restauro do património, devendo criar-se uma política de cooperação nesta área entre os países da Comunidade Europeia” (Alves, 2005, p.23).

Em Portugal “(.) com a Lei nº 107/1 de 8 de setembro de 2001 são estabelecidas as bases da política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, constituindo um marco importante para o país que, depois de um longo percurso, deseja encarar o seu património como uma prioridade vital mesmo em termos de afirmação de identidade” (Alves, 2005, p.24). Mesmo com todos os sinais positivos que foram aparecendo, Natália Alves, 2005, alerta não se deve ignorar “todos os atropelos que têm sido feitos pelos organismos oficiais e pelo cidadão comum, que passam: pelas cicatrizes profundas deixadas pela falta de ordenamento do território; pela ausência de planificação para a implantação de estruturas vitais para o desenvolvimento das regiões; pela construção anárquica e sem qualidade que proliferou um pouco por todo o país; pelo desconhecimento das formas e técnicas tradicionais abafadas por uma pseudomodernidade”. O património cultural é muito importante ao nível da preservação da identidade regional e da memória histórica de um povo, sendo que é muito importante apostar na divulgação do património das regiões, permitindo assim, o acesso aos bens culturais. Dado isto tudo que foi referido, é essencial investir nas novas gerações, pois serão elas, os mais importantes gerentes do património.

3.5 – A UNESCO, O SEU PAPEL NA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO E O PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

3.5.1 – HISTÓRIA DA UNESCO

O conceito de património começa a mudar a partir do século XX, em que apenas se regia o património material, uma visão tradicionalista que considerava apenas os bens monumentais e artísticos herdados do passado, tais como esculturas de arte e pictóricas ou obras arquitetónicas. Foi após a I e II Guerras Mundiais, com a grande devastação causada por conflitos armados que levou a uma perda significativa de património cultural e natural. Para além da ameaça da guerra, outros fatores, incluindo os desastres naturais, a crescente urbanização, a pobreza, a poluição, o turismo de massas e a simples incúria continuam a ameaçar o património mundial (Macau Património Mundial). “Depois da Segunda Guerra Mundial repensou-se a ideia de património da humanidade, reconhecendo-se a diversidade cultural, refletindo-se sobre os legados passados e os bens que identificam cada lugar, região, país ou cultura” (Guerreiro, 2018, p.48).

“A Conferência das Nações Unidas para a conceção de uma organização educacional e cultural foi convocada em Londres de 1 a 16 de novembro de 1945” (UNESCO). Estiveram presentes trinta e sete países que firmaram a carta que estabeleceu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. “Entre várias cartas e convenções relacionadas com o Património Cultural e a sua preservação e salvaguarda, é importante aqui referir que na 17ª Conferência Geral da UNESCO, a 16 de novembro de 1972 em Paris, foi criada a Convenção para a Proteção Mundial, Cultural e Natural” (Guerreiro, 2018, p.48), sendo ela uma resposta a crescente preocupação acerca da conservação do património cultural e natural mundial. Com o objetivo de proteger todos os bens culturais e naturais com valor universal excepcional, segundo esta convenção, esta surge da tomada de consciência a nível mundial de que o “património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes”, pois “a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e

natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo¹⁰”.

Depois isto, com a convenção de 2003 pretendeu-se cobrir uma lacuna no sistema legal de proteção internacional cultural, onde não era considerado o património cultural imaterial, sendo este não salvaguardado através dos instrumentos legais internacionais presentes na altura que passa então a ser salvaguardada com medidas como inventários regionais do património (UNESCO, 2003). A UNESCO define naquele momento o Património Imaterial como sendo “as práticas, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes estão associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu património cultural. O património cultural é transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, da sua interação com a natureza e da sua história, criando um sentimento de identidade, pertença, partilha e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2003).

Só após a Revolução de 25 de abril de 1974, em setembro, Portugal adere à UNESCO, sendo criadas em 1975 e 1979 a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO e da Comissão nacional da UNESCO, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portugal ratifica em 1980 a Convenção do Património Mundial, que entrou em vigor no país em 1981 e em 1983 Portugal inscreve os primeiros bens na Lista, depois de tanto tempo isolado devido à política ditatorial (Pereira, 2012 in Guerreiro, 2018, p.49). Até a atualidade, esta convenção tornou-se num dos instrumentos legais internacionais para a proteção do património cultural e natural, contando com mais de 186 países aderentes. Portugal aderiu a esta Convenção em 1979, e, como estado membro responde pelo desenvolvimento de uma ética de conservação do património seguindo as orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial. Dos 962 bens inscritos como Património Mundial pela UNESCO, 745 estão classificados como culturais, 188 naturais e 29 mistos, sendo que 15 destes bens estão localizados em território nacional (Direção-Geral do Património Cultural).

Em 1976 é criado o comité do Património Mundial (que gere a Convenção e é responsável pelas decisões sobre as inscrições) e em 1978 são inscritos os primeiros sítios na Lista do Património Mundial. A lista aparece da necessidade de uma proteção jurídica e científica

¹⁰ Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. (online), <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaoDoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>

para proteger os bens patrimoniais, naturais e culturais, ameaçados por degradação naturais ou antrópicas que detêm uma importância universal e excepcional que os convertem em património mundial¹¹. Atualmente, a mensagem da UNESCO reveste-se de uma importância acrescida. “Juntos temos que implementar políticas mais bem integradas, capazes de abordar as dimensões sociais, ambientais e económicas do desenvolvimento sustentável” (Comissão Nacional da UNESCO). Em Portugal atualmente existem uma lista Indicativa que em adição aos sítios inscritos na Lista de Património Mundial, os estados membros devem ter uma lista de sítios que desejem nomear para a Lista de Património Mundial, sendo exclusivamente recebidas candidaturas de locais que já constarem desta lista. As Listas Indicativas consistem num pré-requisito indispensável para a candidatura de Bens a Património Mundial. Em 2018, Portugal tinha 21 locais na sua Lista Indicativa, mas atualmente apenas já só contam 19 bens na lista indicativa sendo eles os seguintes:

1. Aqueduto das Águas Livres
2. Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela
3. Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros (extensão)
4. Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Tróia
5. Conjunto de Obras Arquitetónicas de Alvaro Siza em Portugal
6. Costa Sudoeste
7. Deserto dos Carmelitas Descalços e Conjunto Edificado do Palace-Hotel no Bussaco
8. Dorsal Médio-Atlântica
9. Edifício-sede e Parque da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa
10. Fortalezas Abaluartadas da Raia
11. Ilhas Selvagens
12. Levadas da Madeira
13. Lisboa Pombalina
14. Lisboa Histórica, Cidade Global
15. Lugares de Globalização
16. Mértola
17. Montado, Paisagem Cultural
18. Rota de Magalhães. Primeira à volta do Mundo
19. Vila Viçosa, Vila ducal renascentista

¹¹ Comissão Nacional da UNESCO (s.d.) Sobre a UNESCO.

3.5.2 – BENS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL

A UNESCO tem promovido o património como um instrumento “para construir e desenvolver uma cultura de paz no mundo” (Pérez, 2009, p.154). Portugal tem dezassete sítios inscritos na lista, dezasseis são culturais e um é natural. Três deles estão localizados nos arquipélagos dos Açores e Madeira, e um outro é partilhado com Espanha. As mais recentes inscrições foram o Real Edifício de Mafra e o Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, a sete de julho de 2019 durante a 43ª sessão em Baku, Azerbaijão¹². Eis a lista de lugares classificados pela UNESCO como Património Mundial em Portugal:

1. Centro Histórico de Angra do Heroísmo (1983)
2. Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (1983)
3. Mosteiro da Batalha (1983)
4. Convento de Cristo (1983)
5. Centro Histórico de Évora (1986)
6. Mosteiro de Alcobaça (1989)
7. Paisagem Cultural de Sintra (1995)
8. Centro Histórico do Porto (1996)
9. Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa (1998)
10. Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira (1999)
11. Centro Histórico de Guimarães (2001)
12. Região Vinhateira do Alto Douro (2001)
13. Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (2004)
14. Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e as suas Fortificações (2012)
15. Universidade de Coimbra, Alta e Sofia (2013)
16. Real Edifício de Mafra – Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada (2019)
17. Santuário de Bom Jesus do Monte, em Braga (2019)

Portugal consta ainda com sete elementos inscritos, práticas culturais e expressões do património intangível, na lista do Património Cultural Imaterial¹³:

1. Artesanato de figuras de barro de Estremoz (2017)
2. Processo de fabricação de cerâmica preta Bisalhães (2016)

¹² Novas propriedades inscritas em 2019, <https://whc.unesco.org/en/newproperties/>

¹³ Lista do Património Cultural Imaterial, [https://ich.unesco.org/en/lists?text=&country\[\]=00179&multinational=3&display1=inscriptionID#tabs](https://ich.unesco.org/en/lists?text=&country[]=00179&multinational=3&display1=inscriptionID#tabs)

3. Falcoaria, uma herança humana viva (2016)
4. Fabricação de chocalhos (2015)
5. Cante Alentejano, canto polifónico do Alentejo, sul de Portugal (2015)
6. dieta mediterrânea (2013)
7. Fado, canção popular urbana de Portugal (2011)

De seguida é apresentado um quadro síntese de forma a poder-se obter uma ideia mais clara da amplitude do património cultural e natural no nosso país.

Tabela 1 – Bens classificados em Portugal¹⁴

Bem	Ano	Local	Categoria
Centro Histórico de Angra do Heroísmo	1983	Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores	Património cultural
Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém	1983	Lisboa	Património cultural
Mosteiro da Batalha	1983	Batalha, Leiria	Património cultural
Convento de Cristo	1983	Tomar, Leiria	Património cultural
Centro Histórico de Évora	1986	Évora	Património cultural
Mosteiro de Alcobaça	1986	Alcobaça, Leiria	Património cultural
Paisagem Cultural de Sintra	1995	Sinta	Património cultural
Centro Histórico do Porto	1996	Porto	Património cultural
Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa	1998	Trás-os-Montes e Alto Douro, Distrito da Guarda	Património cultural
Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira	1999	Ilha da Madeira, Madeira	Património natural
Centro Histórico de Guimarães	2001	Guimarães	Património cultural
Região Vinhateira do Alto Douro	2001	Trás-os-Montes e Alto Douro	Património cultural

¹⁴ Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 2– Bens classificados em Portugal (continuação).

Bem	Ano	Local	Categoria
Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	2004	Ilha do Pico, Açores	Património cultural
Cidade – Quartel Fronteira de Elvas e as suas Fortificações	2012	Elvas, Évora	Património cultural
Universidade de Coimbra, Alta e Sofia	2013	Coimbra	Património cultural
Santuário de Bom Jesus do Monte	2019	Braga	Património cultural
Palácio Nacional de Mafra	2019	Terreiro D. João V, Mafra	Património cultural
Olaria negra de Bisalhães	2017	Distrito de Vila Real	Património imaterial
Produção de Figurado em Barro de Estremoz	2016	Estremoz, Alentejo	Património imaterial
Falcoaria	2016	Salvaterra de Magos	Património imaterial
Fabricação de chocalhos	2015	Alcáçovas, Évora	Património imaterial
Cante Alentejano	2015	Alentejo	Património imaterial
dieta mediterrânea	2013	Portugal	Património imaterial
Fado	2011	Lisboa	Património imaterial

3.5.3 – ENTIDADES PROMOTORAS DO PATRIMÓNIO DA UNESCO CLASSIFICADO EM PORTUGAL

Uma das entidades promotoras mais relevantes é o “VisitPortugal” que categoriza e descreve o país, possuindo um portal onde é possível aceder a várias informações acerca do turismo no país, desde o que fazer nas várias regiões (Porto e Norte, Centro de Portugal, Lisboa Região, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira) relacionado com arte e cultura, atividades ao ar livre, família, gastronomia e vinhos, golfe, jovem, miniférias, natureza, romance, saúde e bem-estar, sol e mar, surfing, turismo acessível, turismo náutico e turismo religioso. Aborda os bens

materiais e imateriais classificado pela UNESCO como Património da Humanidade em Portugal e ainda resumidamente os categoriza¹⁵. Possui também uma plataforma de pesquisa de serviços e atividades possíveis de se realizar onde se pretende¹⁶.

Outra entidade promotora é o Turismo de Portugal, IP que faz parte do Ministério da Economia e é a Autoridade Turística Nacional. Este é “responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, agrega numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura”¹⁷. Como possui uma relação privilegiada com outras entidades públicas e agentes económicos dentro do país e no estrangeiro, o Turismo de Portugal empenha-se em fortalecer o turismo e torna-lo um dos principais motivos de crescimento da economia portuguesa, promovendo Portugal como um destino turístico, apoiando o desenvolvimento das infraestruturas turísticas e o investimento no setor, desenvolvendo a formação de recursos humanos e regulando e fiscalizando os jogos de fortuna ou azar.

Existem também entidades de Turismo em cada região que assim promovem o património próprio de cada região, incluindo o classificado pela UNESCO. Essas entidades são, o Turismo do Porto e Norte¹⁸, O turismo do Centro¹⁹, o Turismo de Lisboa²⁰, O turismo do Alentejo²¹ e o Turismo do Algarve²². Com o objetivo de “potenciar e enriquecer a experiência turística nos locais de maior valor cultural do País, nomeadamente os sítios classificados pela UNESCO como Património Mundial”²³ o Turismo de Portugal em parceria com a Porto Editora, lançou três séries “Roteiros Turísticos do Património Mundial”, a primeira coleção “No Coração de Portugal” envolve o Convento de Cristo, em Tomar, e os Mosteiros de Alcobaça e da Batalha²⁴. A segunda, “No Norte de Portugal”, engloba os Centros Históricos do Porto e Guimarães, Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro e Sítio de Arte Rupestre Pré-histórica do Vale do Côa; a terceira sugere ao visitante visitar quatro cidades de Património Mundial de Portugal, Lisboa, Sintra, Évora e Elvas, numa edição formada por três roteiros com diferentes temáticas em cada uma das 4

¹⁵ VisitPortugal (s.d.). Património Mundial. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/patrimonio-mundial>.

¹⁶ VisitPortugal (s.d.). Museus, Monumentos e Sítio. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/encontretipo?context=402>.

¹⁷ Turismo de Portugal (s.d.). Missão e visão.

http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx.

¹⁸ Turismo do Porto e Norte de Portugal (s.d.). <http://www.portoenorte.pt/pt/>

¹⁹ Turismo de Centro (s.d.). <https://turismodocentro.pt/>

²⁰ Visit Lisboa (s.d.). <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/>

²¹ Visit Alentejo (s.d.). <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/conheca/>

²² Turismo do Alentejo (s.d.). <https://www.turismoalgarve.pt/index.aspx>

²³ Publituris (2013). TP dá a conhecer cidades reconhecidas pela UNESCO. Publituris. <https://www.publituris.pt/2013/03/11/tp-divulga-roteiros-turisticos-do-patrimonio-mundial-no-norte-de-portugal/>

²⁴ Publituris (2008). TP lança “Roteiro Turístico de Património Mundial” em 2009. Publituris. <https://www.publituris.pt/2008/11/12/tp-lanca-roteiro-turistico-de-patrimonio-mundial-em-2009/>

idades²⁵.

Luís Araújo, o Presidente do Turismo de Portugal afirmou mais, que “A criação deste tipo de produtos multiplica as viagens, atrai mais turistas, reparte-os melhor no tempo e no espaço e fideliza a procura. Abordar o património do ponto de vista turístico, proporcionando aos agentes do sector a criação de produtos e circuitos alternativos, acompanhando o turista na descoberta destes locais incontornáveis na história do País”. Os roteiros estão disponíveis em livrarias, em pontos da rede da oferta turístico-cultural do território retratado e na loja online do parceiro editorial, Porto Editora. Os roteiros propostos para as 4 cidades “(...) podem ainda ser vivenciadas através das apps JiTTTravel criadas com base nos conteúdos destes roteiros”. Este é um caso que se tornou possível através da parceria com a startup portuguesa iClio e que se encontra disponível gratuitamente²⁶.

Assim sendo, o Património Mundial da UNESCO em Portugal é promovido, não apenas por entidades regionais de Turismo, mas também *Websites*, guias-turísticos ou aplicativos móveis dedicados a promoção de Portugal como um destino turístico de excelência.

²⁵ Publituris (2013). TP dá a conhecer cidades reconhecidas pela UNESCO. Publituris. <https://www.publituris.pt/2016/07/25/tp-da-conhecer-cidades-reconhecidas-pela-unesco/>

²⁶ Idem.

CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 – O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Segundo Solé (2016), a Educação Patrimonial tem vindo a afirmar-se como área de investigação autónoma, mas que congrega de forma interdisciplinar outras áreas do saber, como a história, arqueologia, a antropologia, a história de arte, etc. A Educação Patrimonial é também definida por Epstein (2018, p.325) como uma disciplina que “utiliza os elementos patrimoniais e outros fenómenos relacionados com o património como recursos para desenvolver nos jovens a compreensão da História e as suas conexões com o presente”. Porém, segundo Pérez, López & Listán (2010) ou Lobovikov-Katz et al., 2016, esta visão monometalista e unidirecional não favorece o espírito crítico (Seixas, 2016, p.21), a multidisciplinariedade com a abertura a outros atores, como por exemplo os gestores de património ou a comunidade em geral (Almeida, 2018).

É de grande importância a educação patrimonial para o desenvolvimento nos jovens de sentimentos de responsabilidade em relação a conservação e divulgação do património histórico (Ocal, 2016; Pinto, 2015, 2016; Soares & Oosterbeek, 2018). A educação patrimonial é ainda vista como, nas palavras de Horta, um processo de alfabetização cultural (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p.4), o que nos leva a compreender que atualmente existem diferentes tipos de metodologias na perceção do que verdadeiramente pode ser apontado como património. A Educação patrimonial consiste em um processo metódico e constante de trabalho educacional centralizado no Património Cultural. Este torna-se a fonte primário do enriquecimento coletivo e também pessoal. É um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização por parte de crianças ou adultos da sua herança cultural a partir de experiências e contacto direto com as manifestações de cultura. Habilitar as pessoas par um melhor uso destes bens contribuindo para a criação e produção de novos conhecimentos em um procedimento sistemático de criação cultural (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p.4).

“A educação patrimonial deverá procurar estabelecer uma relação de afeto da comunidade pelo património. Desta forma desencadeia-se um processo de aproximação da população ao património, à memória, aos bens culturais, de forma agradável e lúdica, devendo contemplar todos os grupos de idades e ser aplicada a qualquer bem cultural” (Pereira, Cardoso,

2010, p.113).

Também a cidadania e a identidade são importantes no processo de preservação. "A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido" (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p.4). Este processo educacional é guiado pelo permanente diálogo que facilita e estimula a comunicação e a interação entre as diferentes comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais. A valorização dos bens é assim possibilitada com a troca dos conhecimentos e a proteção formada por parcerias. "(...) A qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente" pode ser aplicada a metodologia específica da Educação Patrimonial (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p.4).

A incitativa educacional sobre o património é fundamental para que seja mais facilmente compreendido os processos de valorização e de apropriação simbólica do património pelas pessoas, interligando a teórica e a prática, tal como Calaf, 2006, defendia. Apesar disto, é possível haver inúmeras abordagens que ao património se podem dirigir sendo ele uma realidade multifacetada. Conforme encontramos no Kit Património nas mãos dos jovens, UNESCO, 2002, podemos perceber que os materiais educativos e a sua produção para a interpretação do património pode ser feita de modo técnico ou baseado numa investigação, por exemplo, no entanto, e dada a grande diversidade de abordagens ao património, é fundamental descobrir que conceções de património se enquadram melhor a cada grupo de alunos, tal como a sua abordagem e uso dessas mesmas fontes patrimoniais no ensino, mas também é importante ter em atenção as ideias que os seus alunos vão tendo ao passo que interpretam essas fontes.

Uma das conceções mais usadas por parte dos professores para a exploração do património seria a realização de atividades de contacto direto com o património, por exemplo em uma aula prática, no exterior em um local com de vestígios arqueológicos, objetos de museus,

de edifícios ou de um sítio histórico próximo da escola, ou ainda a narrativas de histórias em contexto, com tarefas metodologicamente adequadas como um 'guião-questionário'. Experiências educativas de contacto com o património possibilita a o sentimento de pertença, suscitando uma maior ligação dos jovens na edificação do seu próprio saber e da sua ação presente e futura. Entretanto, os educadores possuem um comprometimento especial que ajuda a contribuir para o processo de construção dos jovens e de identidades mais abertas (Kit Património nas mãos dos jovens, UNESCO, 2002).

As instituições escolares encontram-se atualmente com programas já muito sobrecarregados e as solicitações aos professores são cada vez mais frequentes, entretanto para a sensibilização aos jovens para a importância da conservação do Património é usado uma metodologia pedagogia integrada. Esta metodológica multidisciplinar permite aos professores das diversas matérias, história, geografia, ciências ou línguas, fazer uma abordagem mais subtil introduzindo nas suas aulas constituintes pedagógicos sobre o Património. A educação para o Património incentiva aos professores das distintas disciplinas a desenvolver um trabalho de equipa que irá suscitar aos alunos a vontade de aprender, conhecer e valorizar o Património de forma a atuar em favor da sua conservação. Alguns métodos de aprendizagem são apresentados no Kit Património nas mãos dos jovens da UNESCO, 2002, estes têm por objetivo principal gerar e reforçar o empenho dos jovens na preservação do nosso património articulam-se em torno de seis linhas de ação:

- Debate
- Pesquisa
- Exercícios
- Sessões visuais
- Visitas aos bens do Património Mundial

O debate permite aos alunos ter a oportunidade de refletir e discutir o significado e o valor do património, tal como as técnicas que podem ser usadas na conservação e gestão do mesmo, as suas vantagens e os perigos que enfrenta com o turismo em massa, entre outros. Esta linha de ação possibilita a aquisição de conhecimentos e ações que os alunos podem por em prática para a conservação do Património.

A pesquisa, na atualidade, é fruto dos progressos científicos que permite a cada vez

mais estabelecimentos de ensino o acesso a bancos de informações e dados, descobertas científicas e análises estatísticas. A educação patrimonial possibilita aos alunos transmitir as noções para investigação, ensinamentos, procura e análises de informação de modo a tirarem as suas próprias conclusões e elaborar planos de ação para a preservação do património.

Os exercícios são normalmente usados de modo a apelar à criatividade e à imaginação dos alunos, mas também a sua capacidade de resolução de problemas, as suas qualidades artísticas e aos seus talentos para interpretar jogos de papeis. A educação patrimonial salienta a importância na aprendizagem pela ação e interesse em proporcionar trabalhos práticos aos alunos.

As sessões visuais são encorajadas pela educação patrimonial na medida em que os alunos com acesso a internet são incentivados a descobrir as maravilhas dos bens patrimoniais presentes na lista do Património Mundial. Visitas aos bens naturais e culturais do património Mundial proporciona uma melhor compreensão das suas características e valores bem como a sua conservação. As informações e fotografias são pretendidas como incentivo aos alunos a imaginar explorações ou viagens a sítios de bens patrimoniais suscitados.

Um dos aspetos mais importantes na educação patrimonial é que este permite aos alunos a possibilidade de saírem da escola e visitarem bens e museus da sua comunidade, do seu país ou até de países estrangeiros. Segundo o Kit Património nas mãos dos jovens da UNESCO, 2002, já referido anteriormente, é necessário para um máximo impacto o planeamento cuidadoso da visita incluindo:

- A escolha do património a ser visitado e o número de professores;
- Os questionários a serem preenchidos antes e depois da visita, para assim testar a evolução dos conhecimentos dos alunos;
- A preparação dos alunos para certos tipos de atividades, tal como as reconstituições históricas, narrações de contos e lendas ou ainda desenhos do património;
- A preparação de trabalhos a serem desenvolvidos pelos alunos após a visita de reconhecimento.

4.2 – ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Existe muitos mais estudos acerca da Educação patrimonial, mas alguns dos que

podemos encontrar que importa mencionar são: No ensino da História (Almeida & Solé, 2016; Epstein, 2018; Nunes & Solé (2017); Pinto, 2015; Solé, 2016); Na heterogeneidade no conceito de património (Gimenez et al., 2008); Na avaliação dos programas de ensino (Merillas et al., 2019); Na utilização de tecnologias de informação e comunicação- TIC (Ott & Pozzi, 2011; Ovidia, 2012); Na adoção de novas metodologias pedagógicas como o drama (Simşek & Kesici, 2012) e ainda o estudo da influência das 47 características psicológicas dos jovens no interesse na participação em programas (Madariaga-Orbea et al., 2018).

4.3 – CIDADANIA E O COMPORTAMENTO CIVIL

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define Cidadania, do ponto de vista jurídico, como «condição da pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política», uma definição que é complementada por uma outra referente à situação de cidadão em que se mencionam os direitos e os deveres de um cidadão, sendo este « membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos» (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

A cidadania e o seu exercício são “sobretudo um comportamento, uma atitude e uma certa forma de ser, de estar e de fazer”, sendo que questões da sociedade são tratadas com prioridade, mas também é altamente participativo na vida coletiva, sempre atento os direitos dos outros e ao respeito pela diversidade e diferenças que diferenciam a sociedade multicultural da atualidade. As atitudes e os comportamentos dos cidadãos refletem o efeito da educação e da formação obtida ao longo da sua vida, tanto do ambiente familiar, desde criança, até à idade adulta com família constituída, sendo que a escola e a família são elementos de grande influência na formação das crianças e dos adolescentes (Grilo, 2009, p.59).

São os pais e a família os responsáveis pela educação dos seus filhos e os que primeiro devem transmitir os valores que estão na base das atitudes e dos comportamentos que encaixam no exercício da cidadania. “A escola constitui a outra estrutura organizadora da sociedade onde a criança e o adolescente têm a oportunidade de se educar e formar e onde se encontram e convivem com o outro ou outros” (Grilo, 2009, p.59). Por outro lado, no ensino

existe uma certa “ambiguidade entre o que tradicionalmente é praticado nas salas de aula, influenciado pelas pressões da instituição, da legislação, dos sistemas de avaliação, e aquele ensino que proporcionamos a partir de uma atividade pedagógica que acolhe o cotidiano do aluno, as suas vivências”. É este tipo de ensino com uma relação mais de proximidade que permite ao aluno potencializar a “sua capacidade de entendimento do mundo, devido ao envolvimento do mesmo (...). Assim, fica o dilema de como equilibrar a prática pedagógica entre um ensino que é exigido como preparação para o acesso às instituições superiores e ao mercado de trabalho, mas também para a formação da cidadania” (Castro, 2017, p.14)

Para Grilo, 2009, a educação e a formação recebidas são imprescindíveis, por um lado com a organização e funcionamento da instituição familiar e por outro lado com o modo como a escola se organiza, como aplica o seu papel e missão enquanto administra conhecimentos, valores, praticas e promove posturas que apoiam e favorecem o exercício da cidadania. Portanto, existe a “necessidade de uma educação para o patrimônio se constitui como um direito à cidadania” (Castro, 2017, p.24). Neste contexto, “uma cidadania que dispare um olhar crítico e comprometido com o presente em sua pluralidade de experiências sociais, e com a preservação humana a partir do presente” (Miranda; Blanch, 2013, p. 75 in Castro, 2017, p.24).

Relativamente à educação para a cidadania, e segundo os conselhos patenteados no III Parte – relatório do Fórum Educação para a Cidadania de 2008, produzido para estudar e analisar esta área de formação, podem-se aclarar os seguintes objetivos estratégicos para os programas de trabalho e para os planos de atividades das escolas:

1. Promover a inclusão da cidadania global como dimensão transversal e área específica na oferta formativa pública e privada no quadro da formação ao longo da vida;
2. Promover uma cultura de responsabilidade individual e social;
3. Oferecer a todos os alunos e alunas uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências que, numa perspetiva de educação para a cidadania global, nomeadamente através de uma adequada educação para os direitos e responsabilidades:
 - a. Promovam o seu desenvolvimento pessoal e social com base em experiências de vida democrática;

- b. Os(as) habilitem a ser agentes ativos(as) da eliminação dos mecanismos sociais que constroem a desigualdade e a discriminação e valorizem a diversidade como fonte de enriquecimento humano;
 - c. Ihes proponham uma progressiva tomada de consciência da sua responsabilidade enquanto membros da sociedade fomentando a participação, a coresponsabilidade e o compromisso na construção de um mundo mais justo, equitativo e solidário.
4. Criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais consequentemente, de educação na e para a cidadania global;
 5. Garantir a formação inicial e contínua de docentes e outros(as) grupos de profissionais e agentes educativos direcionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a cidadania global na escola.

A escola e os professores, se devidamente motivados e incentivados, “saberão encontrar as formas e os métodos de atuação favoráveis a uma melhor formação cívica dos jovens e consequentemente à promoção de uma sociedade onde os cidadãos se integram na sociedade com naturalidade”, adotando os seus direitos e os seus deveres e apresentando através das suas ações e trabalho uma resolução forte em colaborar para o desenvolvimento e para o bem comum (Grilo, 2009, p.62).

CAPÍTULO V – INICIATIVAS

5.1 – ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM 2018

O Ano Europeu do Património Cultural em 2018 (APEC 2018) veio promover os valores e a história europeia de modo a fortalecer realidades abertas à diversidade de culturas. Estes valores propõem uma maior sensibilização para a memória viva, como sítios, monumento, tradições, através da construção, por exemplo, de museus, bibliotecas e arquivos. Por iniciativa da União Europeia, foi celebrado o Ano Europeu do Património Cultural, com grandes objetivos de promoção da diversidade e do diálogo interculturais e da coesão social. Outro objetivo foi “chamar a atenção para o papel da cultura e do património no desenvolvimento social e económico na Europa e nas suas relações externas, e motivar os cidadãos para os valores comuns europeus” (Direção-Geral do Património Cultural).

Foi uma grande oportunidade para a realização de iniciativas que envolveram as comunidades e os cidadãos, mas também várias organizações e entidades públicas e privadas. Uma maior visibilidade da cultura e do património tal como o reconhecimento da sua grande relevância e do seu caráter transversal foram alguns dos principais objetivos esperados alcançar com este AEPC 2018. Promovendo o conhecimento, o debate e a reflexão acerca da atualidade e do futuro do património, o AEPC 2018 contribuiu assim para construção de um futuro melhor para todos, isto, dado o seu peso relevante na ajuda nas comunidades e nas pessoas ao nível do seu desenvolvimento social e económico.

O AEPC 2018 chega num momento em que devemos não apenas chamar a atenção para a valor do património cultural, mas também para questões e desafios que hoje em dia nos são colocados como a globalização, o desenvolvimento das tecnologias e das comunicações, as alterações climáticas e os seus conflitos, as crises de valores e identidade e também as contradições provocadas pela, cada vez maior mobilidade das pessoas na terra. A celebração do Ano Europeu do Património Cultural 2018 (AEPC 2018) em Portugal registou uma das maiores participações a nível europeu. Contabilizadas cerca de 1.500 iniciativas inscritas no programa nacional, com o envolvimento de mais de 150 municípios e a estimativa de cerca de 420.000 participantes nas atividades promovidas, o AEPC mobilizou centenas de organizações, públicas e privadas, de áreas muito distintas, em ações de sensibilização e de reflexão sobre o património

cultural.

Em síntese, os objetivos gerais do APEC 2018 são: “contribuir para a promoção do papel do património cultural europeu enquanto elemento central da diversidade e do diálogo interculturais; potenciar o contributo do património cultural europeu para a economia e para a sociedade, através do seu potencial direto e indireto; contribuir para a promoção do património cultural como um elemento importante da dimensão internacional da União Europeia” (Direção-Geral do Património Cultural).

5.2 – INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Existe um leque extenso e diversificado de atividades, na programação nacional, assegurada pela DGPC, contou com várias iniciativas de âmbito internacional e europeu, designadamente Encontros e Congressos, bem como com muitas iniciativas dirigidas aos jovens e às escolas, demonstrando, no seu conjunto, o elevado interesse por parte de muitas entidades públicas e privadas, associações, grupos e comunidades, pelas questões que hoje se colocam no domínio do património cultural e pela sua importância na sociedade. Desse vasto conjunto de iniciativas realizadas em 2018 destacam-se cerca de 440 visitas e rotas patrimoniais, 345 Encontros e Congressos, 270 exposições, 167 ateliers e 169 espetáculos. Destacam-se também cerca de 150 iniciativas promovidas pelos diferentes organismos do Ministério da Cultura e 25 iniciativas promovidas pela Direção-Geral do Património Cultural, ao longo do ano, contando-se, entre estas, as Jornadas Europeias do Património, que tiveram lugar em setembro, com larga adesão em todo o território nacional.

Segue abaixo uma tabela com algumas iniciativas de promoção aos jovens do Património Cultural junto de elementos e sítios do Património Mundial da UNESCO em 2018:

Tabela 3 – Algumas iniciativas de promoção do Património Mundial da UNESCO junto dos jovens em 2018 ²⁷

Iniciativas	
Concursos	“Património cultural e natural” (Angra do Heroísmo).
	4º concurso de fotografia das Cidades Património Mundial, promovido pela Secretaria Regional da Europa do Sul e Mediterrâneo da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial).
	• 10ª Edição – 2017 – EFIM Portugal Num Instante...o Património! – Novo Passatempo Instagram.
Visitas Guiadas	Visitas ao Convento de Cristo.
	Fichas pedagógicas, O Mosteiro da Batalha oferece um conjunto de visitas guiadas e programas de animação que são adaptados consoante o público escolar a que se destinam. O percurso corresponde ao circuito geral e os conteúdos poderão ser adaptados às solicitações expressas pelas escolas.
	“Gualdim Pais e o Castelo dos Templários”, destinada a grupos em visita de estudo – Alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos.
Publicações	Baú Mágico da História – Pré-escolar e 1º Ciclo (1º e 2º anos).
	Brincar com a História- 1º e 2º Ciclos.
	Gualdim Pais e o Castelo dos Templários – 3º Ciclo e Secundário.
	“O impacto da atribuição pela UNESCO do galardão de Património Mundial ao Vale do Côa, na perceção dos residentes” de Maria Pereira.
Jogos tradicionais	A Câmara Municipal de Elvas tem desenvolvido um conjunto de ações destinadas ao público infantojuvenil, com o objetivo de promover e divulgar os valores patrimoniais do Concelho e permitir o contacto direto entre as crianças e os elementos patrimoniais de uma forma lúdico-pedagógica. É possível destacar a “Caça ao Tesouro... no Forte de Santa Luzia”, a prática de jogos tradicionais no Centro Histórico, por ocasião do Dia Nacional dos Centros Históricos, assim como as ações de divulgação do património em contexto de sala de aula, como por exemplo o projeto “O que é o Património Mundial?”.
Projetos educativos nas escolas	Projeto Educativo do Património de Évora PEPE, lançado no ano em que Évora comemorou os 25 anos da classificação do seu Centro Histórico como Património Mundial, este projeto tem um público-alvo alargado, abrangendo não só a comunidade educativa, desde o ensino básico ao superior, mas também toda a população do concelho.
Exposições	Exposição “O meu Porto é Património Mundial” <ul style="list-style-type: none"> • Casa Tait, Porto • 24 De maio de 2018 – 16 de setembro
	Exposição “Guimarães. Património. Registo”. <ul style="list-style-type: none"> • Palacete de Santiago • 1 De junho de 2018 – 30 de junho de 2018
	Exposição “Pergunta ao Tempo”. <ul style="list-style-type: none"> • Casa da Memória de Guimarães • 14 De junho de 2018

²⁷ Elaboração própria

Tabela 4– Algumas iniciativas de promoção do Património Mundial da UNESCO junto dos jovens em 2018 (continuação).

Iniciativas	
Conferências	Conferência “Património de influência portuguesa. Uma rede para o futuro “. <ul style="list-style-type: none"> • Lisboa • 18 de janeiro de 2019
	Conferência Marques da Silva 2018, ‘Arquitetura e Património: sem redoma de vidro’ por Nuno Valentim <ul style="list-style-type: none"> • Porto, Auditório Fernando Távora – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto • 25 de outubro de 2018
	WORKSHOP Douro e Pico: paisagens culturais património mundial: valorização e sustentabilidade. <ul style="list-style-type: none"> • CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Porto • 4 de outubro de 2018
	Évora presente no II Encontro de Jovens Embaixadores do Património Mundial <ul style="list-style-type: none"> • Ibiza • 20, 21 e 22 de março

Temos ainda uma outra tabela com várias iniciativas de promoção do Património Cultural a nível nacional em 2018:

Tabela 5 – promoção do Património Cultural a nível nacional em 2018

Iniciativa	Local	Data
Conferencia técnico-científico “Mundo de culturas”	Caminha Teatro municipal de Valadares	10 De março de 2018
Conferência “Rota dos Castelos”	Monção	7 De abril de 2018
Conferencia “Rota dos castros”	Ponte de lima	5 De maio de 2018
Conferencia “Rota do Romano”	Ponte da Barca	16 De junho de 2018
Conferência “Rota dos Castelos e Fortalezas”	Valença	22 De setembro de 2018
Conferencia “Rota dos Mosteiros”	Melgaço	20 De outubro de 2018
Conferencia “Rota dos descobrimentos”	Viana do Castelo	17 De novembro de 2018
Conferencia “Rota do Barroco”	Arcos de Valdevez	8 De dezembro de 2018
Conferencia 2 Rota da Arquitetura tradicional”	Paredes de Coura	12 De janeiro de 2019

Tabela 6– promoção do Património Cultural a nível nacional em 2018 (continuação).

Iniciativa	Local	Data
Conferencia “Rota do contemporâneo ao Futuro”	Vila Nova de Cerveira	9 De fevereiro de 2019
Festa do Património 2018	Palácio Nacional da Ajuda	30 De junho de 2018
Exposição “O meu Porto é Património Mundial”.	Casa Tait, Porto	24 De maio de 2018 – 16 de setembro
Exposição “Guimarães. Património. Registo”.	Palacete de Santiago	1 De junho de 2018 – 30 de junho de 2018
Exposição “Pergunta ao Tempo”.	Casa da Memoria de Guimarães	14 De junho de 2018
Festival Vapor.	Museu Nacional Ferroviário, Entroncamento	28, 29 e 30 de setembro de 2018
Divulgação da memória rodoferroviária na região de aveiro. Viajem no “Vouguinha”, com passeio num autocarro antigo e visita de dois espaços museológicos.	Aveiro	15 De setembro de 2018
Coleção de Serralves na Estação de São Bento	Estação De São Bento	21 De maio de 2018 – 2 de setembro de 2018
Colóquio “140 anos do Comboio em Caminha & os Azulejos de Estação de Gilberto Renda”.	Caminha	20 E 21 de Abril de 2018
Dia Internacional Dos Monumentos E Sítios (DIMS), Tema “Património Cultural: De Geração Para Geração”,	Estação de Porto – Campanhã;	18 De abril de 2018
Jornadas Europeias Do Património	Amarante;	28, 29 e 30 de setembro de 2018
Conferencia “Momentos Fantásticos com Património”	Auditório Municipal Parque Dr. Júdice Cabral, Lagos	25 De setembro de 2018
Conferência “Património Cultural e a sua diversidade”	Auditório da Cerâmica Arganilense, Argnil.	3 De agosto de 2018
1ª Conferência “A caminho de Vissaium: em torno de Viseu em época romana.	Viseu	3 De fevereiro de 2018
Conferência “Património de influência portuguesa. Uma rede para o futuro “	Lisboa	18 de janeiro de 2019
Conferência Marques da Silva 2018, ‘Arquitetura e Património: sem redoma de vidro’ por Nuno Valentim	Porto, Auditório Fernando Távora – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto	25 de outubro de 2018

CAPÍTULO VI – PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

6.1 – PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

A grande problemática desta pesquisa assenta na compreensão do património cultural por parte dos jovens, pretendendo ser entendido o que é que os jovens compreendem acerca do património, como ele é encarado e percebido. Os jovens tornaram-se ao longo dos anos os grandes antecipadores de mudanças, quer na maneira de pensar, raciocinar, quer nas normas e valores atuais. Isto permitiu aos jovens alcançar um estatuto cada vez mais alto no meio da sociedade.

Através do questionário aplicado aos jovens pretendeu-se compreender como certas características influenciam a perceção do património pelos jovens. Características como as sociais (idade, formação, etc.), as motivações, as barreiras, os valores pessoais, as palavras associadas, os influenciadores e a frequência de visita de bens patrimoniais. Existe também outros fatores externos e internos que influenciam a perceção do património, como é visto na fundamentação teórica. Outro quesito que é importante analisar trata-se de entender o peso do património cultural europeu na educação, apontando peculiarmente na direção dos jovens e das comunidades locais, ou seja, entender a relevância da educação patrimonial para o desenrolamento nos jovens de sensibilidades de dever em relação a conservação, proteção e divulgação do património cultural.

6.2 – OBJETIVOS DE PESQUISA

Os objetivos principais deste trabalho assentam na valorização e promoção do património cultural, de modo a este ser preservado e protegido, em especial dirigido para a promoção do papel do património cultural como elemento marcante para os jovens do século XXI. Para isto é essencial compreender o envolvimento dos respondentes em atividades relacionadas o património cultural, tal como a proximidade destes com sítios de património

classificado. É de grande relevância também perceber se consideram importante entender a história das civilizações, se é importante para a região onde vivem, se deve ser gasto dinheiro na investigação da história e conhecimentos do passado e se a universidade de formar e se dedicar a investigar e divulgar o património.

A investigação tem igualmente a finalidade de entender a consciencialização patrimonial por parte dos jovens, a sensibilização para a importância do património cultural através da educação, mirando em especial os jovens e entender a importância que o património cultural tem para a melhoria da qualidade de vida.

6.3 – ÂMBITO DA PESQUISA

A temática deste trabalho destaca os jovens, estes são fontes de ideias novas e revolucionárias, capazes de transformar matéria-prima em algo atrativo. São aptos em trabalhar um recurso antigo proporcionando-lhe algo novo, deixando sempre a sua essência. Com tudo isto, os jovens têm um papel decisivo na preservação do património cultural, eles serão o futuro do turismo em Portugal. Dado a carência de estudos sobre a relação dos jovens com o património cultural e a sua promoção e conservação, achou-se pertinente considerado e abordar este assunto em concreto. O seguimento escolhido, os jovens, foi também selecionado por ser o seguimento em que estou inserida e também por ser um público que possui um acesso fácil.

CAPÍTULO VII – METODOLOGIA

7.1 – METODOLÓGICAS DO ESTUDO

A presente investigação adotou uma metodologia que se divide em três partes diferentes, mas que acabam por se complementar de modo a alcançar uma visão mais completa. A revisão da literatura é a primeira parte deste trabalho, aqui são definidos e aclarados vários conceitos que sustentam e que são a base do trabalho. Nessa componente teórica, foram usados vários livros, obras escolares, dissertações, artigos académicos e a legislação em vigor. Com o acesso a Internet, este tornou-se também uma fonte importante de bibliografia, foi consultado diversos sites ligados ao património como a Direção Geral do Património Cultural, Portal Diplomático, Comissão Nacional da UNESCO, Visitportugal e o Turismo de Portugal. Para além destes, também várias pesquisas foram possíveis através do portal de buscas Google Académico que facilitou o acesso a várias publicações importantes e essenciais.

A segunda fase refere-se ao estudo empírico, com a problemática da pesquisa e os seus objetivos, o modelo teórico, a hipótese de pesquisa, com a implementação de um questionário, a sua elaboração, a recolha dos dados, o seu tratamento estatístico e a ética da investigação. E na última parte da investigação, temos por fim as conclusões deste estudo, junto com a sua discussão, e implicações. É ainda referido as limitações que surgiram na elaboração da investigação e algumas sugestões para trabalhos futuros.

7.2 – APRESENTAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Lembrando que o presente trabalho de Mestrado tem como objetivo conhecer entender o que os jovens percecionam acerca do património cultural, sob a ótica dos jovens do século XXI (residentes em Portugal) e conseqüentemente, responder à pergunta inicial: **O Património Cultural: Qual o seu significado e importância para os jovens do Século XXI?**

Com esta questão de partida desta investigação, procura-se averiguar a importância do património cultural para os jovens do século presente, tal como a sua consciencialização

patrimonial. E de forma a responder à grande questão em estudo, foi elegido aplicar o seguinte método: um inquérito por questionário aos jovens portugueses, desde os 18 anos até aos 35 anos. Com este questionário, pretende-se inclusive chamar a atenção e sensibilizar os jovens para a importância do património cultural europeu através da educação. O modelo teórico pretende esquematizar e orientar o processo de recolha e análise de dados, que busca responder aos objetivos desta pesquisa. No modelo identificamos características dos inquiridos e atitudes e comportamentos face ao património cultural. A idade e o género, o envolvimento em atividades culturais, residência próxima de um sítio classificado, ser membro de associações culturais/recreativas, o voluntariado, as barreiras no acesso ao património cultural, valores pessoais, grau de interesse do património cultural e o que consideram ser património cultural.

Tabela 7 – Lista das características dos inquiridos e das questões de avaliação das atitudes e comportamentos dos jovens face ao património

Características dos inquiridos	Atitudes e comportamentos face ao património
Idade (Q1)	Valor do conhecimento da história (Q11)
Género (Q2)	Valor do P.C. (Q12)
Envolvimento em atividades (Q7)	Valor do P.C. no local de residência (Q13)
Residência próxima de um sítio classificado (Q8)	Atividades culturais influenciam viagens (Q14)
Membro de associações culturais/recreativas (Q9)	Sociedade envolvida na investigação do passado (Q15)
Voluntariado (Q10)	Universidade envolvida na investigação do passado (Q16)
Barreiras (Q24)	Valor do conhecimento do passado para as decisões do futuro (Q17)
Valores pessoais (Q25)	Más condições no passado (Q18)
Grau de interesse P.C. (Q26)	Falta de acesso a tecnologia no passado (Q19)
Considerado P.C. (q29)	Falta de acesso a cultura no passado (Q20)
	Frequência de consumo (Q21 e Q22)
	Preço máximo (Q23)
	Satisfação com o estado de conservação do P.C. (Q27)

7.3 – ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Para este trabalho, foi selecionado um tipo de pesquisa comum de recolha de dados primários através da utilização de uma pesquisa de levantamento que usa um questionário para conseguir obter fatos, atitudes e opiniões. A colheita dos dados foi feita através da internet, a partir da criação de um questionário (Ver ANEXO 1) utilizando o “Google Docs” e posteriormente, com a partilha de um link de acesso ao mesmo nas redes sociais e pelo e-mail institucional da Universidade do Minho que foi feita chegar a todos os alunos da Universidade. Este método foi escolhido pela sua versatilidade, por não ter custos associados, pela sua facilidade em manuseamento, pela sua velocidade de distribuição e pela sua simplicidade e rapidez em obter os dados pretendidos.

O questionário é constituído por vinte e nove questões, tendo perguntas fechadas e abertas, onde o inquirido pode responder livremente com as suas próprias palavras as perguntas e de escolha múltipla. Nas perguntas fechadas, foram utilizadas perguntas dicotómicas (escolha dentre duas respostas possíveis), escolhas múltiplas (opção dentre uma lista de mais de duas respostas possíveis) e escala linear ou perguntas escalonas (escolha múltipla em que se pretende conseguir obter a intensidade das respostas).

7.4 – O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O grande objetivo deste inquérito é tentar perceber a opinião dos jovens acerca do património cultural, de modo a permitir uma análise dos perfis de comportamentos e atitudes dos jovens com idades compreendidas dos 18 até aos 35 anos. Este grupo foi escolhida por ser ponderado como um que demarcará as atitudes sociais e de consumo do futuro. É um grupo relativamente recente e que, portanto, não teve um contacto tão grande com o património como gerações mais velhas.

O questionário foi dividido em três fases:

Fase 1 – Características sociodemográficas dos inquiridos

As questões, nesta primeira fase, eram questões essencialmente de resposta aberta curta e apenas uma era de escolha dicotómica.

1. *Idade.*

Buscou-se saber a idade do participante, sendo um fator eliminatório do potencial inquirido, estando apenas admitidos os questionários de pessoas desde os 18 anos até aos 35 anos.

2. *Género.*

Procurou-se definir o perfil do inquirido, através do seu género (feminino ou masculino).

3. *Profissão.*

Com a intenção de definir o perfil do inquirido, foi questionado acerca do seu emprego.

4. *Nível de Escolaridade.*

Buscou-se definir o perfil do inquirido, através do grau de escolaridade e literacia (podendo afetar a sua conspeção acerca do património cultural).

5. *Local de Residência.*

Esta questão tratava-se de um fator eliminatório do possível inquirido, de modo a descobrir onde o indivíduo residia atualmente, sendo que foram deixados de fora desta pesquisa os moradores de outros países que não fosse Portugal.

6. *Nacionalidade.*

Procurou-se definir o perfil do inquirido, a partir da sua naturalidade.

7. *Está envolvido de alguma forma numa atividade relacionada com o Património Cultural? Se responder sim, qual?*

Com esta questão, a intenção era de entender se o inquirido atualmente estava inserido dentro de alguma atividade ligada ao património cultural, era também importante tentar perceber quais eram as atividades mais frequentadas pelos praticantes.

8. *Próximo da tua residência existe algum sítio classificado como património cultural. Se responder sim, qual?*

Procurou confirmar se os inquiridos conseguiriam identificar algum tipo de sítio classificado

como património cultural perto da sua morada.

9. *É sócio/membro de alguma associação cultural ou recreativa? Se responder sim, qual?*

Com esta questão, a intenção era de saber se o inquirido seria possivelmente socio ou membro de alguma associação cultural ou recreativa, mas também quais eram essas associações que os inquiridos estavam associados.

10. *Faz trabalho voluntário em alguma associação cultural ou recreativa? Se responder sim, qual?*

Com esta última questão da fase 1, buscou-se saber se o inquirido alguma vez fez trabalho voluntário em alguma associação cultural ou recreativa, tal como compreender quais forma as mais frequentadas por eles.

Fase 2 – Atitudes face ao Património Cultural:

Nesta fase, foi utilizada uma escolha linear de acordo com uma escala de Lickert de 5 níveis em que era apresentada afirmações e não propriamente questões e onde era necessário escolher se discordava totalmente (1), discordava (2), não discordava, nem concordava (3), concordava (4) ou concordava totalmente (5).

11. *O conhecimento da história e das culturas das civilizações antigas é muito importante.*

Aqui procurou-se entender se o inquirido considerava importante o conhecimento da história e das culturas das civilizações antigas

12. *O Património Cultural não é muito importante para mim pessoalmente.*

Com esta afirmação na negativa pretendeu-se saber se para o respondente era importante o património cultural.

13. *Na minha opinião o Património Cultural é muito importante para a região onde vivo.*

Esta afirmação remete os inquiridos para a necessidade de responder se acham que na região onde moram é importante o património cultural a vários níveis.

14. *Quanto mais atividades culturais frequento mais vontade tenho de viajar.*

Com esta afirmação pretendia-se aperceber se a vontade de viajara acaba por influenciar o inquirido em visitar cada vez mais atividades culturais.

15. *A sociedade deve gastar dinheiro na investigação, na procura do conhecimento da história e dos acontecimentos do passado.*

Buscou-se saber se era considerado importante a necessidade da sociedade gastar dinheiro e recursos na investigação e na procura do passado.

16. *A universidade deve formar pessoas que se dediquem a investigar e a divulgar o património.*

Procurou-se compreender se achavam pertinente também as Universidades formar e incentivar a formação de pessoas que se dedicam a investigar e a divulgar o património cultural.

17. *A aprendizagem do que aconteceu no passado é importante para a tomada de decisões no futuro.*

Esta é uma das afirmações mais importantes, em que se tenta entender se os inquiridos reconhecem que foi, e é ,essencial conhecer o passado e aprendendo com ele, poder ser capaz de se tomar boas decisões no futuro.

18. *No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes devido às más condições de vida.*

A intensão aqui era de perceber se achavam que as más condições de vida no passado deixavam as pessoas mais infelizes. Esta questão foi uma preparação e reflexão para a questão número 20.

19. *No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à tecnologia.*

Afirmou-se que as pessoas, no passado, eram mais infelizes por não ter acesso a cultura de modo a compreender se os inquiridos entendiam que a cultura influenciou o bem-estar das pessoas outrora. Também esta questão foi uma preparação e reflexão para a questão número 20.

20. *No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à cultura.*

Buscou-se saber e entender se era perceptível pelos inquiridos que as pessoas eram mais infelizes no passado pelo o acesso a cultura ser mais condicionado.

Fase 3 - Frequência de consumo de produtos culturais

Nesta última fase, tivemos respostas de escolha múltipla, resposta aberta curta e escolha linear de acordo com uma escala de Lickert de 5 níveis.

20. *Escolha para cada produto cultural a frequência de visita/consumo.*

- Museu Castelo
- Palácios
- Monumentos
- Igrejas
- Sítios arqueológicos
- Biblioteca/ Arquivos
- Edifícios com arquitetura distinta

Nesta questão, era pretendido adquirir o conhecimento de quantas vezes o inquirido frequentou cada um dos produtos culturais acima referidos. As escolhas podiam ser desde: nunca (menos de 1 vez por ano), raramente (2 a 6 vezes por ano), ocasionalismo (7 a 11 vezes por ano), frequentemente (1 a 3 vezes por mês) e muito frequentemente (mais de 1 vez por semana).

21. *Escolha para cada produto cultural a frequência de visita/consumo.*

- Teatro
- Concerto de música clássica
- Festival de música Pop
- Cinema
- Opera
- Atividade Cultural Tradicional (Ex.: Rancho Folclórico)
- Artesanato

- Festival gastronómico
- Leitura de um livro

Também nesta questão, o que se buscava era saber a frequência de consumo ou visita dos produtos culturais acima designados, sendo que as escolhas eram igualmente as mesmas, nunca (menos de 1 vez por ano), raramente (2 a 6 vezes por ano), ocasionalismo (7 a 11 vezes por ano), frequentemente (1 a 3 vezes por mês) e muito frequentemente (mais de 1 vez por semana).

22. *Na sua opinião, qual o valor máximo que pagaria, em euros, para visitar um sítio classificado como património cultural.*

Esta questão, que era uma resposta aberta, supunha-se saber quanto é que as pessoas estariam dispostas a pagar pela visita a um sítio classificado como património cultural.

23. *Quais as barreiras no acesso a cultura/ Património Cultural mais importantes para si?*

- Falta de interesse
- Falta de tempo
- Preço dos bilhetes
- Falta de informação
- Falta de atividades/sítios classificados como património cultural próximo de si
- Falta de autenticidade
- Falta de recursos humanos (ex. guias, monitores)

Nesta questão, era buscava-se perceber quais eram as barreiras que os inquiridos mais viam ser um obstáculo no acesso a cultura e ao património cultural. Aqui as possíveis respostas iam do 1 ao 5, sendo elas, 1 - nada importante, 2 - pouco importante, 3 - importante, 4 - bastante importante, 5 - muito importante.

24. *Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante.*

- Autorrespeito
- Segurança
- Relações calorosas com os outros

- Autorrealização
- Ser respeitado e admirado
- Divertimento e prazer na vida
- Sensação de pertença
- Excitação
- Sensação de êxito

O intuito nesta pergunta seria entender o quanto, cada um dos valores pessoais acima referidos demonstra ser mais importante para cada inquirido. Nesta questão as respostas apresentadas iam desde o 1 como sendo o menos importante até ao 9 como sendo o mais importante.

25. Globalmente, qual é o seu grau de interesse pelo Património Cultural?

Aqui nesta questão, o importante é se, de um modo mais abrangente e de uma forma mais direta, o inquirido tem interesse no património cultural e consequentemente, perceber qual seria o nível que ele atribuiria desde o 1 sendo “nenhum”, até ao 5 sendo “muito”.

26. Globalmente, qual é a sua satisfação acerca do atual estado de conservação/proteção do Património Cultural?

Procura-se igualmente descobrir, o que inquirido atualmente pensa acerca do estado de conservação e as leis de proteção sendo aplicadas ao património cultural. As possíveis respostas aqui tiveram 5 níveis, em que o 1 representava “muito má” e o 5 representava “muito boa”.

27. Que palavras associa ao Património Cultural?

Numa resposta de escolha aberto, pediu-se para identificar palavras que associam com o património cultural. Isto, de maneira a entender, de que modo veem o património cultural.

28. O que considera ser Património Cultural material, imaterial ou não digno dessa classificação?

- Graffiti/ Arte Urbana
- Cante Alentejano
- Produção de chocalhos
- Objetos de quotidiano

- antigos Termas Romanas em Chaves
- Colecionismo (selos, moedas...)
- Cento histórico de Guimarães
- Galo de Barcelos
- Mosteiro da Batalha
- Coração de Viana
- Parque arqueológico do Vale do Côa
- Dieta mediterrânica
- Arte da Falcoaria Real em Salvaterra de Magos

Nesta última questão, o pretendido era perceber, mediante alguns produtos culturais que acima estão descritos, os que possivelmente são classificados como património cultural material e património cultural imaterial.

7.5 – RECOLHA DE DADOS

A recolha dos dados iniciou-se no dia 30 de abril de 2019 e prolongou-se até ao dia 17 de julho de 2019. O tempo em que esteve disponível o inquérito para a obtenção das respostas foi um período mais extenso do que se pretendia inicialmente, uma vez que o número de respostas era relativamente baixo, ou seja, poucas pessoas responderam ao inquérito apesar os inúmeros esforços feitos na divulgação do mesmo.

Apesar da baixa quantidade de inquéritos respondidos, a recolha dos dados foi relativamente simples, sendo que o “Google Docs” facilmente comprimiu as respostas recolhidas automaticamente.

7.6 – PROCESSAMENTO DE DADOS

Os dados recolhidos pelo questionário foram armazenados no “Google Docs” e foram mais tarde exportados como um ficheiro Excel e seguidamente para o IBM SPSS Statistics 24. A análise estatística, relativamente a análise de frequência dos dados foi efetuada a todas as perguntas do questionário. Em questões abertas houve a necessidade de apresentar os dados em tabelas, enquanto que nas outras restantes questões, para mais facilmente ser feita a leitura

e visualização dos dados, foi utilizado a apresentação dos mesmos em tabelas de frequência ou através de histogramas.

7.7 – A INVESTIGAÇÃO E A ÉTICA

Na elaboração deste trabalho teve-se sempre em conta o cumprimento dos direitos de autor e uma correta referência bibliográfica ao longo do decorrer da investigação. A ética na investigação sempre foi considerada primordial e fundamental, havendo sempre uma constante preocupação com ela, de forma a obter um trabalho o mais perto da realidade que envolve o tema do património cultural e os jovens na atualidade.

A fim de se evitar questões éticas, foi evitado omitir qualquer tipo de resultado da pesquisa, tal como a distorção de informação obtida. Para além disto, foi essencial ser o mais objetivo possível ao longo de todo o trabalho de modo a não se tornar um tipo de pesquisa fatigante. É ainda importante sublinhar que a ética deve estar sempre presente em todas as pesquisas, desde a revisão da literatura, no estudo empírico e nas conclusões. Para além destes, é ainda mais essencial na elaboração do questionário, na recolha e processamento dos dados e na etapa de estudo dos resultados obtidos e das considerações finais.

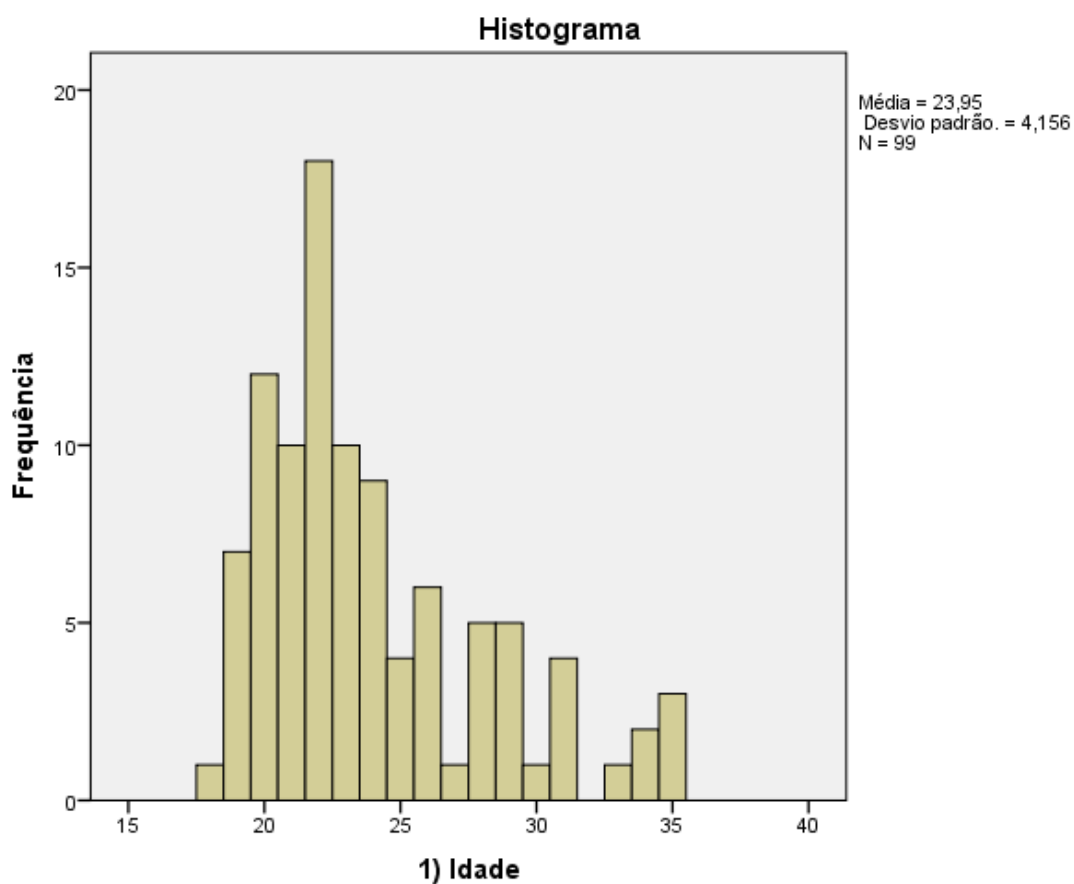
CAPÍTULO VIII – ANÁLISE DE DADOS

8.1 – FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

A amostra é constituída por 99 Indivíduos, de ambos os sexos. Os inqueridos do sexo feminino correspondem 66.7% da amostra com 66 respostas, as restantes 33 respostas correspondem aos inqueridos do sexo masculino (33.3%).

No que diz respeito as idades dos inqueridos, existe uma distribuição entre os 18 anos e os 35 anos, sendo a media de idade aproximadamente os 24 anos, com 23.95%. A idade com o maior número de inqueridos é 23 anos com mais de 15% de respostas. Repara-se que com o aumento da idade o número de inqueridos vais diminuindo.

Figura 2 – Idade dos indivíduos



Como é visto na tabela 8, a maioria dos indivíduos da amostra são estudantes com uma percentagem de 65.7% (65 pessoas). Contando ainda com 5 investigadores, 4 desempregados, 2 arquitetos, 2 empregados têxteis, 2 *software developer*.

Com frequências de 1.0% determinamos vários outros empregos sendo eles: animadora cultural, assistente de arqueólogo, assistente de investigação, assistente dentário, auxiliar de ação educativa, auxiliar de ação social, cabeleireira, caixeiro, engenheira de polímeros, engenheiro informático, guia turística, limpezas, lojista, marketing manager, motorista, operador posto de abastecimento, psicóloga, rececionista e técnica de turismo.

Tabela 8 – Situação profissional

Profissão	Frequência	Percentagem
Estudante	65	65,7
Investigador	5	5,1
Desempregado	4	4,0
Arquiteto	2	2,0
Empregada têxtil	2	2,0
Software Developer	2	2,0
Animadora Cultural	1	1,0
Assistente de Arqueólogo	1	1,0
Assistente de investigação	1	1,0
Assistente dentário	1	1,0
Auxiliar de ação educativa	1	1,0
Auxiliar de ação social	1	1,0
Cabeleireira	1	1,0
Caixeiro	1	1,0
Engenheira de Polímeros	1	1,0
Engenheiro Informático	1	1,0
Guia turística	1	1,0
Limpeza	1	1,0
Lojista	1	1,0

Tabela 9 – Situação profissional (continuação).

Profissão	Frequência	Percentagem
Marketing Manager	1	1,0
Motorista	1	1,0
Operador Posto de Abastecimento	1	1,0
Psicóloga	1	1,0
Rececionista	1	1,0
Técnica de turismo	1	1,0
Total	99	100,0

No que diz respeito as habilitações, 41.1% afirmou ter uma licenciatura (41 indivíduos) e 17.2% (17 indivíduos) responderam que são habilitados ao nível de Mestrado, pós-graduação e doutoramento. Os restantes 41.4% correspondem aos indivíduos com graus deste o 9º ano ao 12º ano. Pode-se também concluir que não existe nenhum inquirido sem escolaridade.

Tabela 10 – Nível de Escolaridade

Escolaridade	Frequência	Percentagem
Licenciatura	41	41,4
9º ao 12º	41	41,4
Mestrado/Pós-graduação/ doutoramento	17	17,2
Total	99	100,0

A maioria dos Inquiridos residem na região Norte de Portugal. 35.4% Residem em Braga, 17.2% pertencem ao concelho de Fafe, 9.1% ao Porto, 7.1% ao conselho de Guimarães e 5.1% a Barcelos.

Tabela 11 - Local de Residência

Residência	Frequência	Porcentagem
Braga	35	35,4
Fafe	17	17,2
Porto	9	9,1
Guimarães	7	7,1
Barcelos	5	5,1
Vila Nova Famalicão	3	3,0
Vila Real	3	3,0
Aveiro	2	2,0
Baião	2	2,0
Gondomar	2	2,0
Mondim de Basto	2	2,0
Forjães	1	1,0
Freamunde	1	1,0
Gualtar	1	1,0
Leiria	1	1,0
Lousada	1	1,0
Maia	1	1,0
Matosinhos	1	1,0
Póvoa de Varzim	1	1,0
Santa Maria da Feira	1	1,0
Viana do Castelo	1	1,0
Vieira do Minho	1	1,0
Vila Verde	1	1,0
Total	99	100,0

A maioria dos inquiridos têm nacionalidade portuguesa com 94.9% (94 respostas). A nacionalidade que seguidamente obteve maior percentagem foi a brasileira com 3%. Também um alemão e um polaco responderam ao inquérito.

Tabela 12 - Nacionalidade dos Indivíduos

Nacionalidade	Frequência	Percentagem
Portuguesa	94	94,9
Brasileira	3	3,0
Alemã	1	1,0
Polaca	1	1,0
Total	99	100,0

8.2 – ENVOLVIMENTO COM O PATRIMÓNIO CULTURAL

A pergunta número sete do questionário era relativa ao envolvimento dos inquiridos com atividade ligadas ao Património Cultural. Com a tabela 13 podemos perceber que 91.9% respondeu que não (91 pessoas). Os indivíduos que responderam que possuíam algum tipo de relação com o património cultural estão incluídos em atividade como Animação Cultural, Arquitetura, Caves de Vinho do Porto, Folclore, Investigação sobre Relações Interculturais entre Portugal e Ex-Colónias, Rancho, Sítio Arqueológico e Tuna Académica.

Tabela 13 - Envolvimentos dos Indivíduos com Atividades ligadas ao Património Cultural.

Atividades	Frequência	Percentagem
Não	91	91,9
Animação cultural	1	1,0
Arquitetura	1	1,0
Caves de vinho do porto	1	1,0
Folclore	1	1,0
Investigação sobre relações interculturais entre Portugal e ex-colónias	1	1,0
Rancho	1	1,0
Sítio arqueológico	1	1,0
Tuna Académica	1	1,0
Total	99	100,0

A partir das tabelas 14 e 15, podemos ver que foram várias as respostas dos inquiridos relativamente a bens classificados como património cultural perto da sua atual residência. A maioria (50%) respondeu que “não”, que não existir algum sítio classificado perto de suas casas, mas tivemos respostas de várias outras pessoas, cerca de 22, com locais que são, de facto, classificados, como por exemplo, Igreja Românica de Arões, um bem classificado como MN - Monumento Nacional ou o próprio centro Histórico de Guimarães.

Obtivemos também algumas repostas (tabela 15), particularmente 4, com locais que os inquiridos creem ser classificados como património cultural, no entanto isso não se vem a confirmar, ou seja, estes locais sugeridos pelos jovens inquiridos não são atualmente classificados como bens de património cultural.

Tabela 14 - Sítios classificados como património Cultural junto da residência dos Indivíduos.

Locais	Frequência	Percentagem
Não	47	50%
Igreja Românica de Arões	7	7%
Centro Histórico de Guimarães	6	6%
Alto Douro Vinhateiro	5	5%
Bom Jesus	4	4%
Centro Histórico do Porto	4	4%
Centro Histórico de Braga	3	4%
Sé de Braga	3	4%
Basílica do Sameiro	1	1%
Capela de São João da Ponte	1	1%
Casa Branca de Gramido	1	1%
Casa das artes	1	1%
Parque Nacional da Peneda-Gerês	1	1%
Capela de São Frutuoso	1	1%
Igreja de São Jerónimo	1	1%
Mosteiro da Batalha	1	1%
Mosteiro de Ferreira	1	1%
Mosteiro de Santo André de Rendufe	1	1%
Museu de Santa Maria de Lamas	1	1%
Paços dos duques de Bragança	1	1%
Ponte romana de chaves	1	1%
Torre dos Clérigos	1	1%
Cividade de Terroso	1	1%
Total	95	100%

Tabela 15 - Sítios Não classificados como património Cultural junto da residência dos Indivíduos.

Locais	Frequência	Percentagem
Fisgas de Ermelo	1	25%
Museu do automóvel de Fafe	1	25%
Parque da ponte, Braga	1	25%
Património Industrial do Vale do Ave	1	25%
Total	4	100%

92.9% Dos inquiridos responderam que não são sócios ou membros de associações culturais ou recreativas. Apenas 2 pessoas são membros do ARCUM, e várias outras são sócios de associações e atividades como, ACESAS Cultura, Associação Cultural e Recreativa Pedacos de Nós, Associação social e cultural fisgas de Ermelo, Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Salamonde e o Rancho.

Tabela 16 - Sócio/Membro de associações culturais ou recreativas

Associações	Frequência	Percentagem
Não	92	92,9
ARCUM	2	2,0
ACESAS Cultura	1	1,0
Associação Cultural e Recreativa Pedacos de Nós	1	1,0
Associação social e cultural fisgas de Ermelo	1	1,0
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Salamonde	1	1,0
Rancho	1	1,0
Total	99	100,0

Uma grande percentagem de indivíduos (93.9%) afirma que não fazem trabalho

voluntário em associações culturais ou recreativas. Escassamente, conseguimos respostas de 6 pessoas que praticam atividades de teor ligado ao património, sendo elas ARCUM, Banco Alimentar, Free Walking Tour Braga, NEMUM, Rancho e Rufeiros de Pena Má.

Tabela 17 - Trabalho voluntário em associações culturais ou recreativas

Trabalho voluntário	Frequência	Percentagem
Não	93	93,9
ARCUM	1	1,0
Banco Alimentar	1	1,0
Free Walking Tour Braga	1	1,0
NEMUM	1	1,0
Rancho	1	1,0
Rufeiros de Pena Má	1	1,0
Total	99	100,0

8.3 – ATITUDE FACE AO PATRIMÓNIO CULTURAL

Da tabela 18 e 19 pode-se concluir que os jovens consideram que o conhecimento da história e das culturas das civilizações antigas é importante ($M=4,38$; $DP=0,752$), tal como na afirmação “o Património Cultural não é muito importante para mim pessoalmente” que também é estimada como importante ($M=1,88$; $DP=1,013$). As seguintes que obtiveram uma média mais alta são que a aprendizagem do que aconteceu no passado é importante para a tomada de decisões no futuro ($M=4,34$; $DP=0,797$); O património cultural é muito importante para a região onde vivem ($M=4,13$; $DP=0,911$); e que a universidade deve formar pessoas que se dediquem a investigar e a divulgar o património ($M=4,12$; $DP=0,860$).

As que menos foram consideradas importantes para os jovens foram que no passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à tecnologia ($M=2,00$;

DP=0,926); no passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes devido às más condições de vida (M=2,72; DP=1,170); e que no passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à cultura (M=2,76; DP=1,135).

Tabela 18 - Atitudes face ao Património.

Atitudes face ao Património	Número	Média	Desvio Padrão
Q11) O conhecimento da história e das culturas das civilizações antigas é muito importante.	99	4,38	0,752
Q12) O Património Cultural não é muito importante para mim pessoalmente.	99	1,88	1,013
Q13) Na minha opinião o Património Cultural é muito importante para a região onde vivo.	99	4,13	0,911
Q14) Quanto mais atividades culturais frequento mais vontade tenho de viajar.	99	3,84	1,066
Q15) A sociedade deve gastar dinheiro na investigação, na procura do conhecimento da história e dos acontecimentos do passado.	99	3,89	0,902
Q16) A universidade deve formar pessoas que se dediquem a investigar e a divulgar o património.	99	4,12	0,860
Q17) A aprendizagem do que aconteceu no passado é importante para a tomada de decisões no futuro.	99	4,34	0,797
Q18) No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes devido às más condições de vida.	99	2,72	1,170
Q19) No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à tecnologia.	99	2,00	0,926

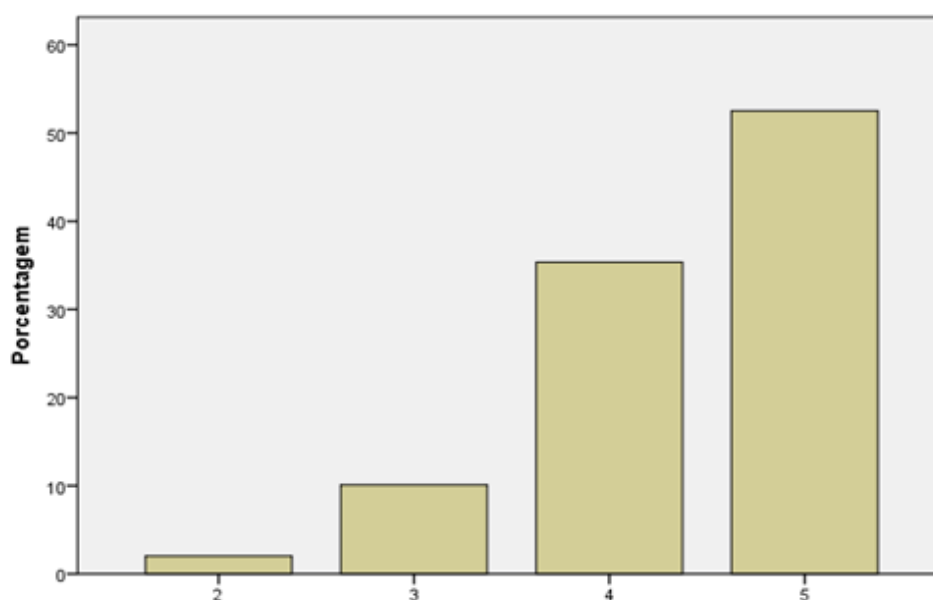
Tabela 19 - Atitudes face ao Património (continuação).

Atitudes face ao Património	Número	Média	Desvio Padrão
Q20) No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à cultura.	99	2,76	1,135
Q26) Globalmente, qual é o seu grau de interesse pelo Património Cultural?	99	3,99	0,920
Q27) Globalmente, qual é a sua satisfação acerca do atual estado de conservação/proteção do Património Cultural?	99	3,23	0,879

Mais especificamente:

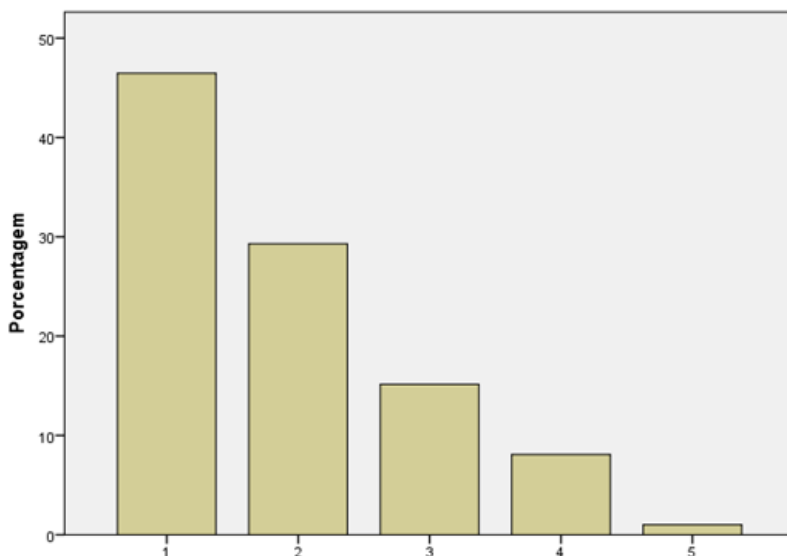
Na questão número 11, relativa a importância do conhecimento da história e das culturas das civilizações antigas para cada um dos indivíduos, a escala aplicada era de 1 a 5, sendo o 1 discordo totalmente, e o 5 concordo totalmente. Cerca de 90 Inquiridos responderam que concordavam e que concordavam totalmente com a afirmação.

Figura 3 - Importância do conhecimento das culturas e das civilizações antigas.



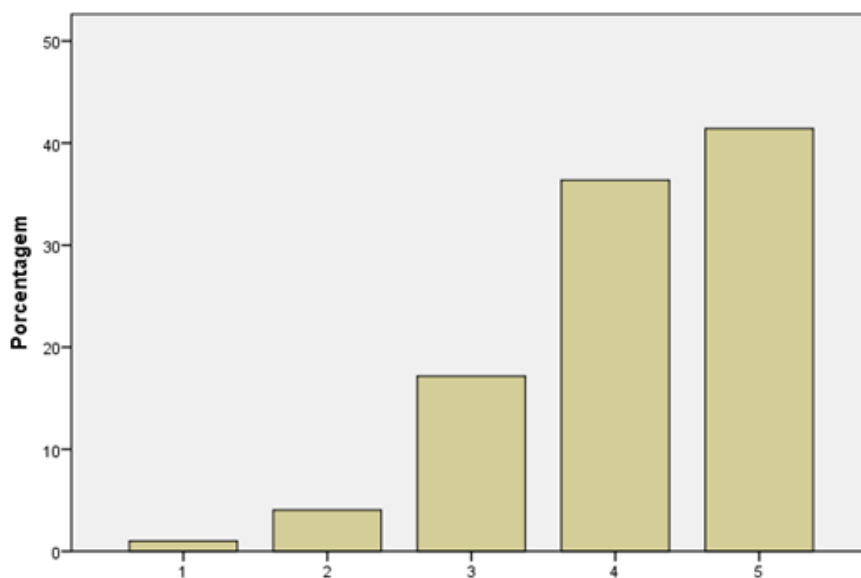
Relativamente a afirmação número 12, “O património cultural não é muito importante para mim pessoalmente”, mais de 45 pessoas responderam que não discordavam totalmente e cerca de 30 indivíduos também afirmaram discordar.

Figura 4 - Importância do Património para cada individuo.



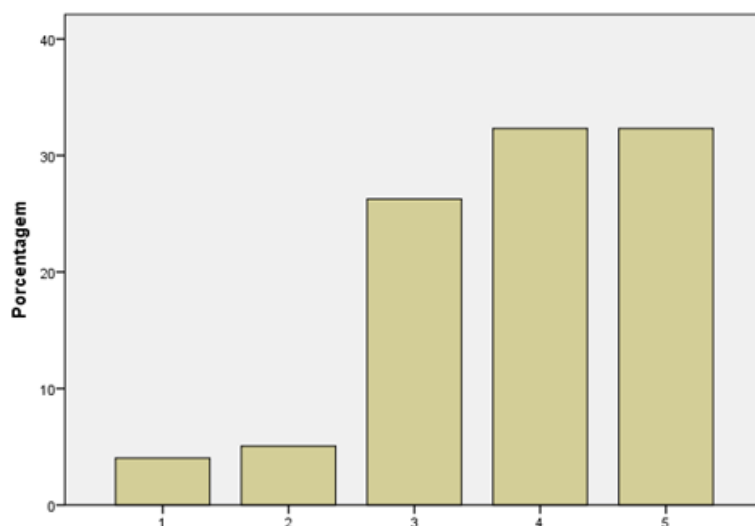
Mais de 75 inquiridos responderam que concordavam (40%) e que concordavam totalmente (35%) com a afirmação de que o património cultural é muito importante para a região em que residem. Apenas cerca de 20% não concordou nem discordou da afirmação.

Figura 5- Importância para a região de cada individuo.



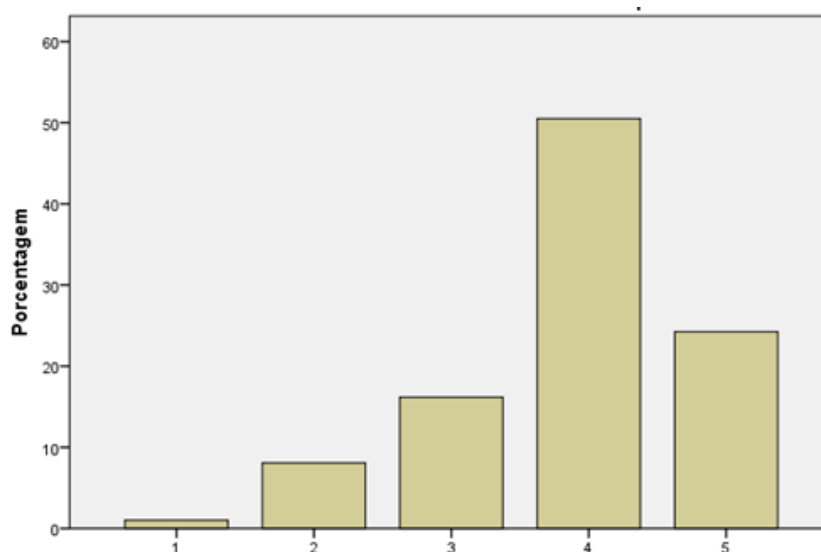
As atividades culturais promovem a vontade de viajar, mais de 60 inquiridos responderam que concordavam e que concordavam totalmente, enquanto que cerca de 25 pessoas responderam que não concordam nem discordavam.

Figura 6 – Atividades culturais promovem a vontade de viajar



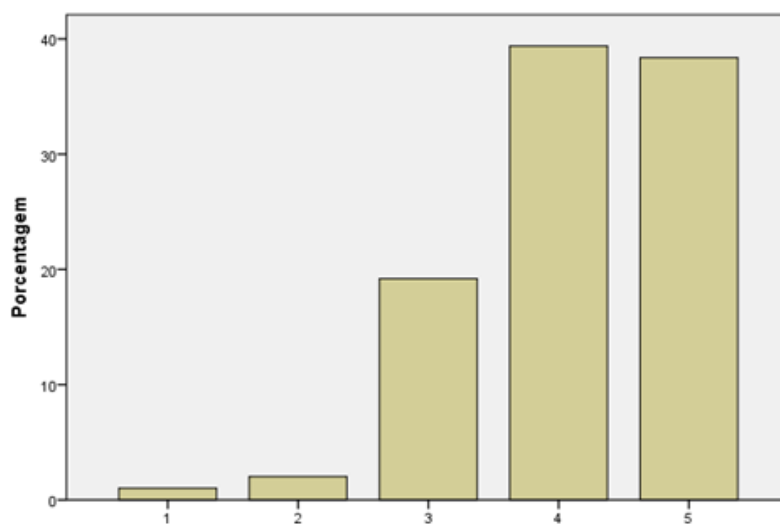
Com a afirmação de que a “sociedade deve investir na investigação e na procura de conhecimento da história e dos acontecimentos do passado”, metade, cerca de 50 indivíduos concordaram, 25 concordaram totalmente e apenas cerca de 24 não concordavam nem discordavam ou discordavam.

Figura 7– Investimento da sociedade na investigação



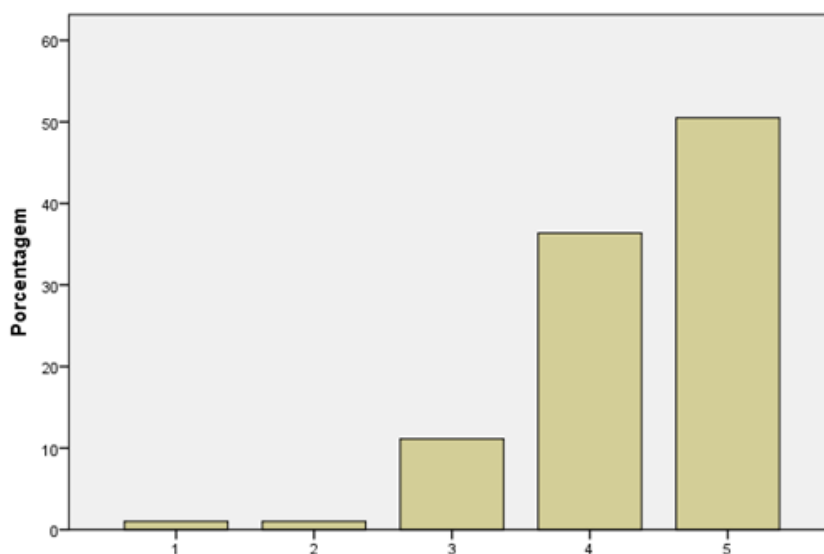
Relativamente a declaração de que as “universidades devem formar pessoas que se dediquem a investigar e a divulgar o património”, é possível ver na figura a baixo (Figura 8), que proximamente 80 inquiridos afirmavam que concordavam e que concordavam totalmente, e apenas 20 não concordavam nem discordavam.

Figura 8 – Investimento na formação de investigadores



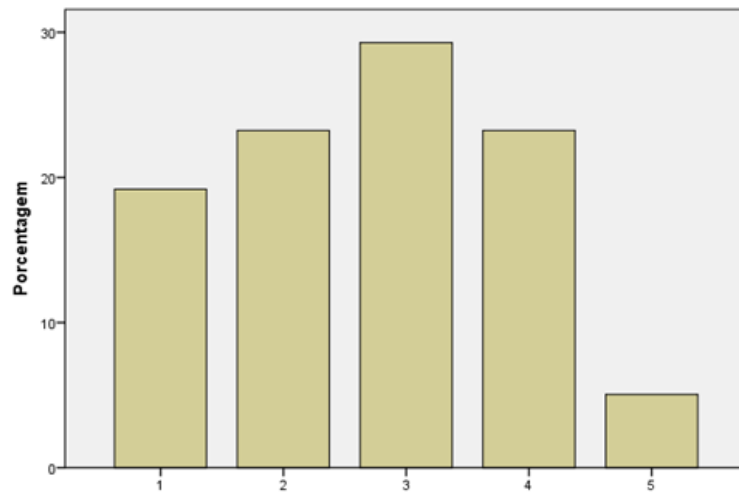
Quando referido que os acontecimentos do passado são importantes para as tomadas de decisões do futuro, metade dos inquiridos concordaram totalmente (50 jovens) e cerca de 40 concordaram (figura 9).

Figura 9 – Importância do conhecimento do passado



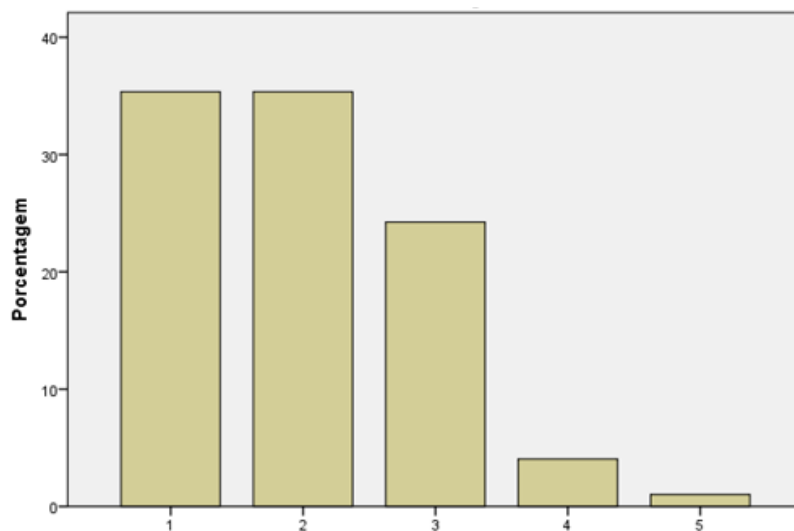
Houve uma grande discrepância em relação a afirmação de que os antepassados eram mais infelizes dado as más condições de vida, como é possível ver na figura 10, em que cerca de 18 pessoas discordavam totalmente, 25 indivíduos discordaram, aproximadamente 27 não concordaram nem discordaram, e 25 concordaram. Apenas 5 pessoas concordaram totalmente.

Figura 10- Antepassados mais infelizes dado as más condições de vida



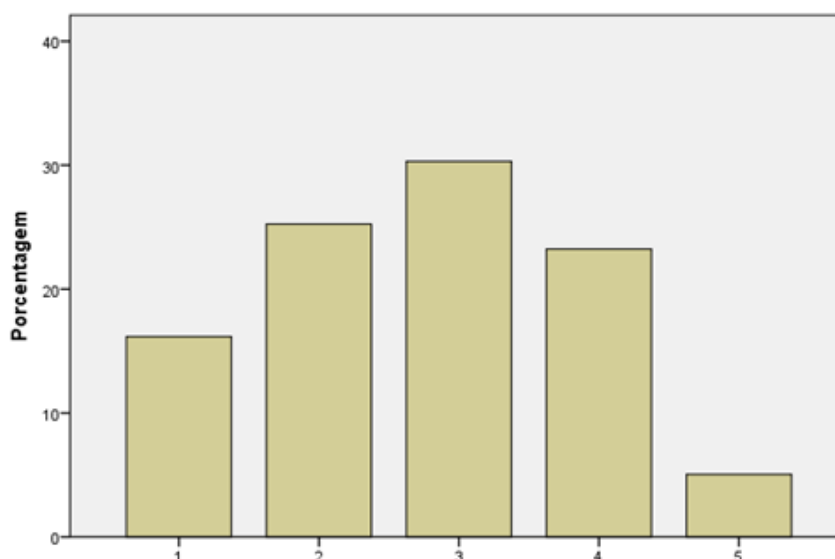
As pessoas eram mais infelizes no passado devido a falta de acesso à tecnologia. Esta afirmação foi totalmente discordada por 35 jovens, e também discordada por outros 35 pessoas. 25 não concordaram nem discordaram e apenas cerca de 4 jovens é que responderam que concordavam.

Figura 11- Antepassados mais infelizes devido a falta de tecnologia



Mais uma vez, observamos uma grande disparidade, desta vez com a afirmativa de que as pessoas no passado eram infelizes por não terem acesso à cultura (figura 12). Não concordam nem discordam 30 jovens, 25 dos inquiridos discordam, cerca de 23 concordam, 15 discordam totalmente e apenas 5 concordam totalmente.

Figura 12– Antepassados mais infelizes dado a falta de acesso à cultura

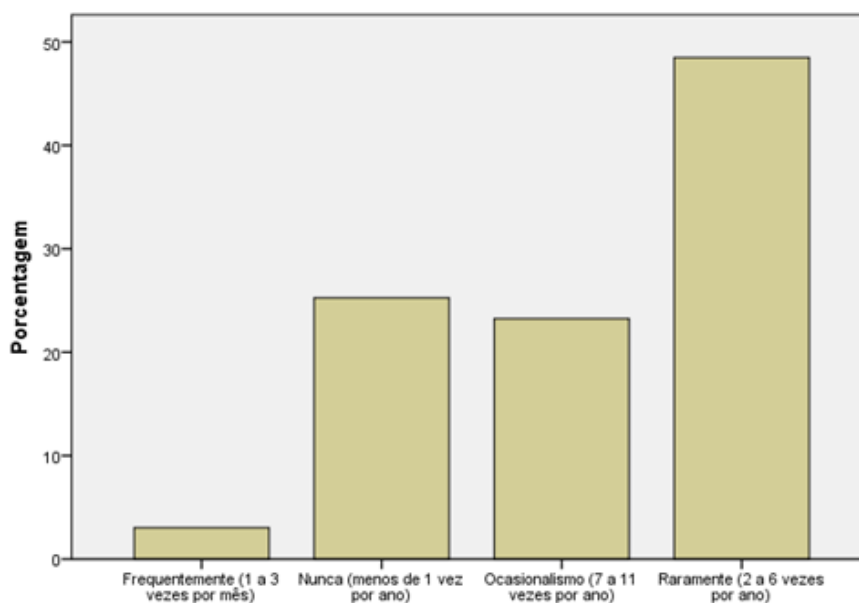


8.4 – FREQUÊNCIA DE CONSUMO DE PRODUTOS CULTURAIS

Através do questionário pretendia-se entender os graus de consumo de produtos culturais pelos jovens. Assim, para vários produtos de consumo perguntou-se qual a sua frequência de visita para cada um deles.

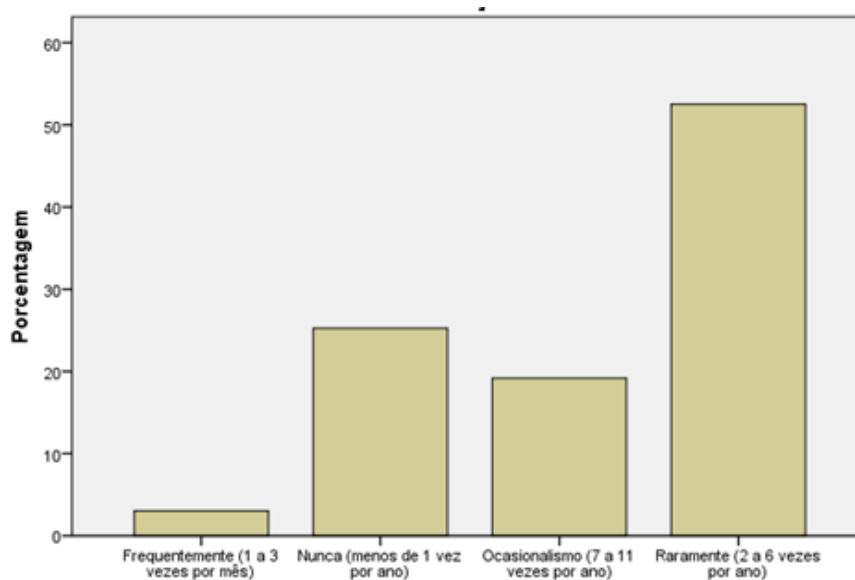
Com as respostas obtidas podemos comprovar que um a maioria (cerca de 50 jovens) visita museus “raramente”, entre “2 a 6 vezes ao ano”. 25% Respondeu que “nunca”, ou seja, “menos de 1 vez por ano” e 22% “ocasionalmente”, “7 a 11 vezes por ano”.

Figura 13– Frequência de visita/consumo do Museu



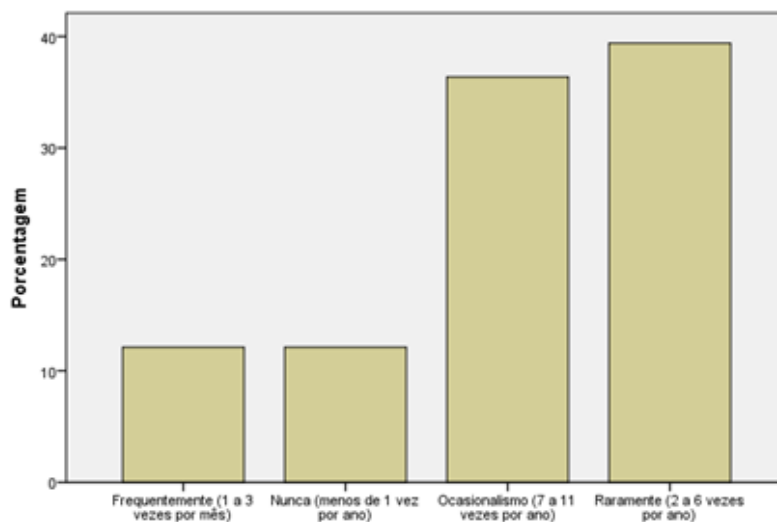
As visitas aos castelos e palácios pelos jovens também teve uma maioria de respostas em “raramente”, de “2 a 6 vezes ao ano”, seguido por cerca de 25% de respostas de “nunca”, com “menos de 1 vez ao ano”.

Figura 14– Frequência de visita/consumo de Castelos/Palácios



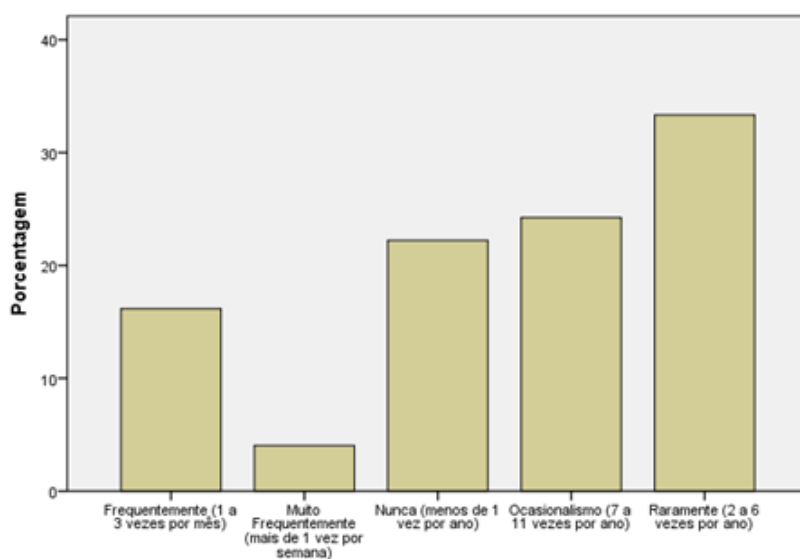
Os monumentos obtiveram duas respostas com valores similares em que cerca de 40% responderam que “raramente” (“2 a 6 vezes ao ano”) e 35% de respostas foram de “ocasionalmente” (“7 a 11 vezes ao ano”).

Figura 15– Frequência de visita/consumo de Monumentos



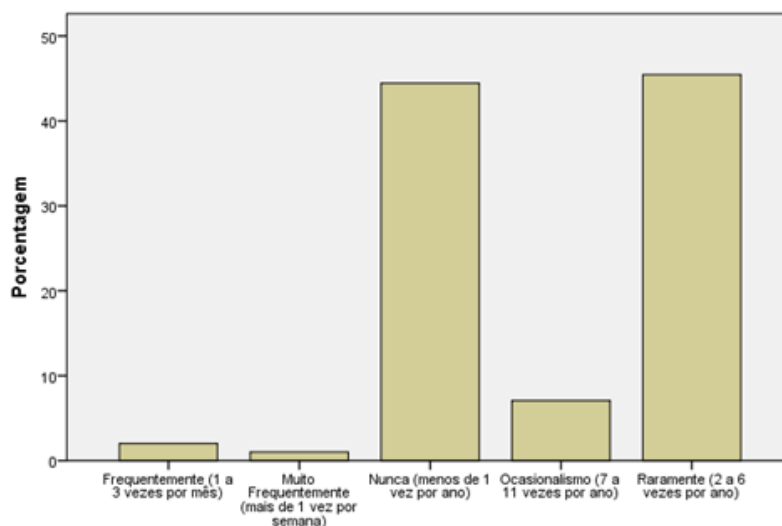
Relativamente as Igrejas, a maior percentagem de respostas, com cerca de 33%, são que “raramente”, de “2 a 6 vezes ao ano”, frequentaram igrejas, 25 afirmaram que frequentam “ocasionalmente”, ou seja, de “7 a 11 vezes ao ano” e cerca de 22 pessoas responderam “nunca”, “menos de 1 vez ao ano”.

Figura 16– Frequência de visita/consumo de Igrejas



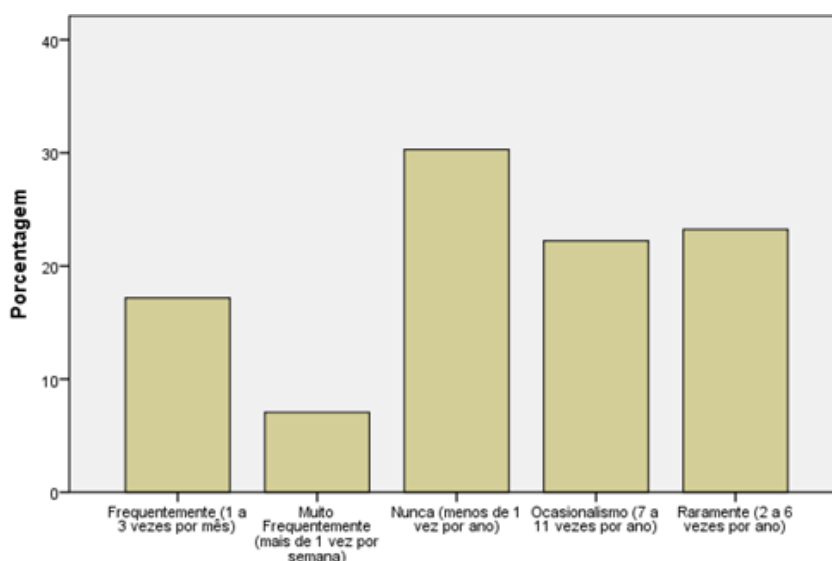
A quantidade de vezes que os jovens inquiridos visitaram sítios arqueológicos foram de 45% “raramente”, de “2 a 6 vezes ao ano” e 43% responderam “nunca”, “menos de 1 vez ao ano”.

Figura 17– Frequência de visita/consumo de Sítios arqueológicos



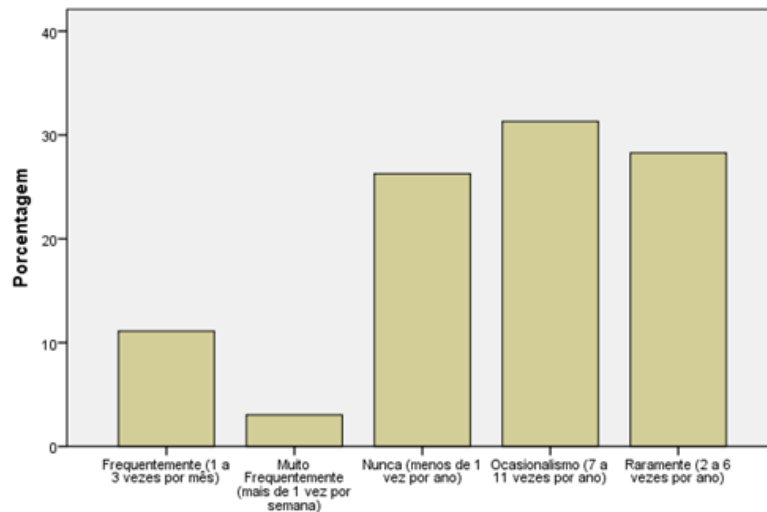
As visitas a bibliotecas e/ou arquivos teve uma discrepância de respostas em que 30% responderam “nunca”, “menos de 1 vez ao ano”, cerca de 24 jovens respondeu “raramente”, “2 a 6 vezes a ano”, cerca de 22 afirmaram que frequentam “ocasionalmente”, “7 a 11 vezes ao ano”.

Figura 18– Frequência de visita/consumo de Biblioteca/Arquivos



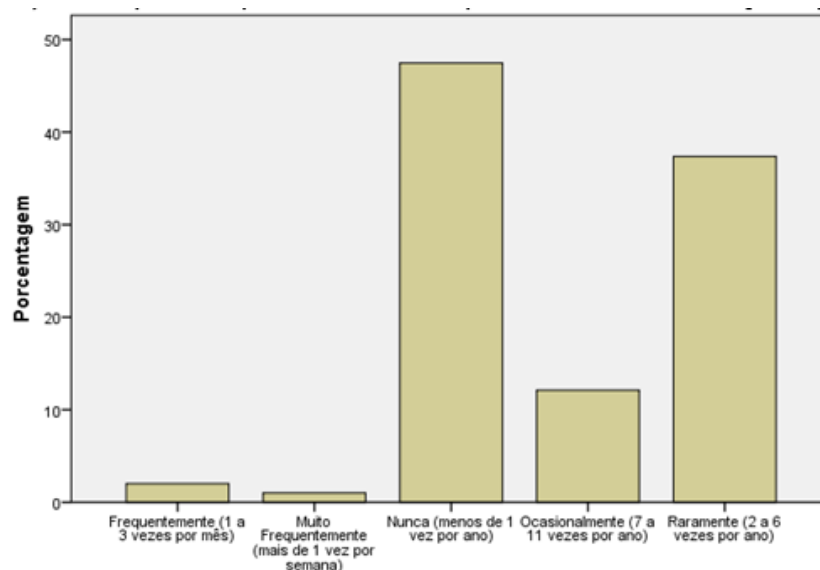
A visita a Edifícios com arquitetura distinta obteve cerca de 32% de respostas de frequência ocasional (“7 a 11 vezes ao ano”), 30% “raramente” (“2 a 6 vezes ao ano”), 26% respondeu “nunca” (“menos de 1 vez ao ano”) e cerca de 10% responde “frequentemente” (“1 a 3 vezes por mês”).

Figura 19– Frequência de visita/consumo de Edifícios com arquitetura distinta



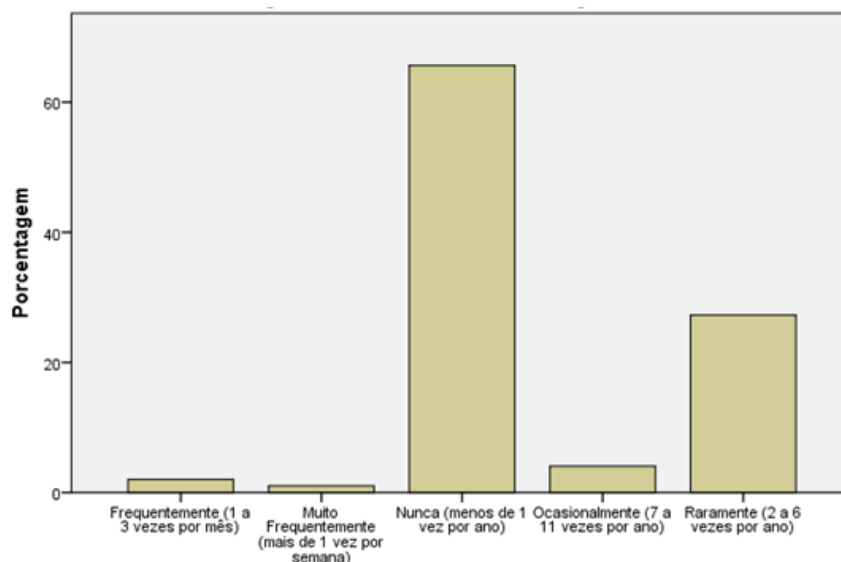
No teatro, quase 50% dos inquiridos afirmaram “nunca” frequentarem, menos de “1 vez ao ano”, e 35% responderam “raramente”, “2 a 6 vezes ao ano”. Apenas pouco mais de 10% respondeu “ocasionalmente” (“7 a 11 vezes ao ano”).

Figura 20 - – Frequência de visita/consumo de Teatro



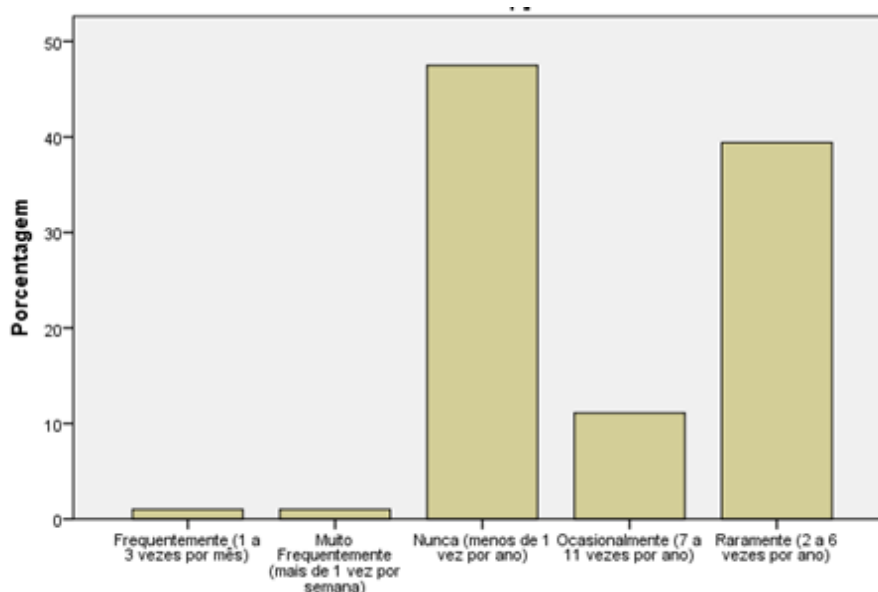
O consumo de concertos de música clássica por parte dos inquiridos teve amostras de que mais de 60% “nunca” frequentam (menos de 1 vez ao ano) e cerca de 25% “raramente” frequentam (2 a 6 vezes ao ano).

Figura 21– Frequência de visita/consumo de concerto de música clássica



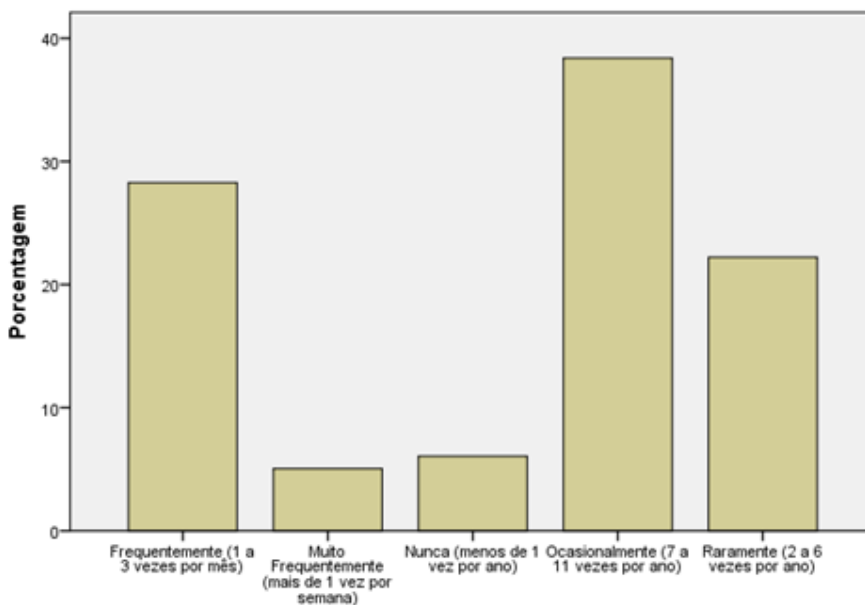
Os festivais de música Pop são frequentados por cerca de 46 inquiridos menos de “1 vez por ano” (nunca) e 40 jovens respondeu “2 a 6 vezes ao ano” (raramente). Apenas cerca de 10% responde ocasionalmente, de “7 a 11 vezes ao ano”.

Figura 22– Frequência de visita/consumo de festivais de música Pop



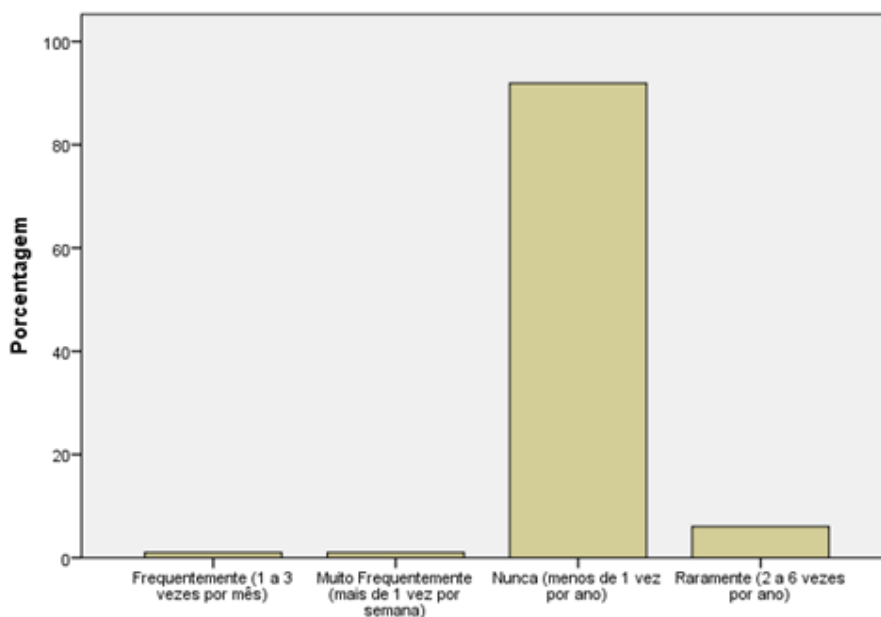
No cinema, 50% respondeu que frequente ocasionalmente, 7 a 11 vezes ao ano, proximamente 38% frequentemente, 1 a 3 vezes por mês e 22% raramente, 2 a 6 vezes ao ano.

Figura 23 – Frequência de visita/consumo de Cinema



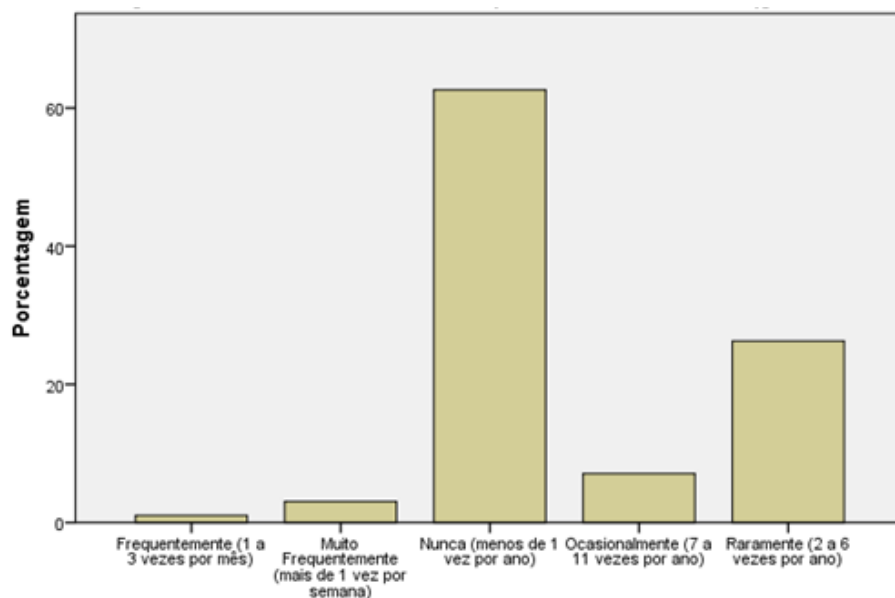
Na opera, quase todos os inquiridos (mais de 90%) responde “nunca”, sendo que frequentaram “menos de 1 vez ao ano”.

Figura 24– Frequência de visita/consumo de Opera



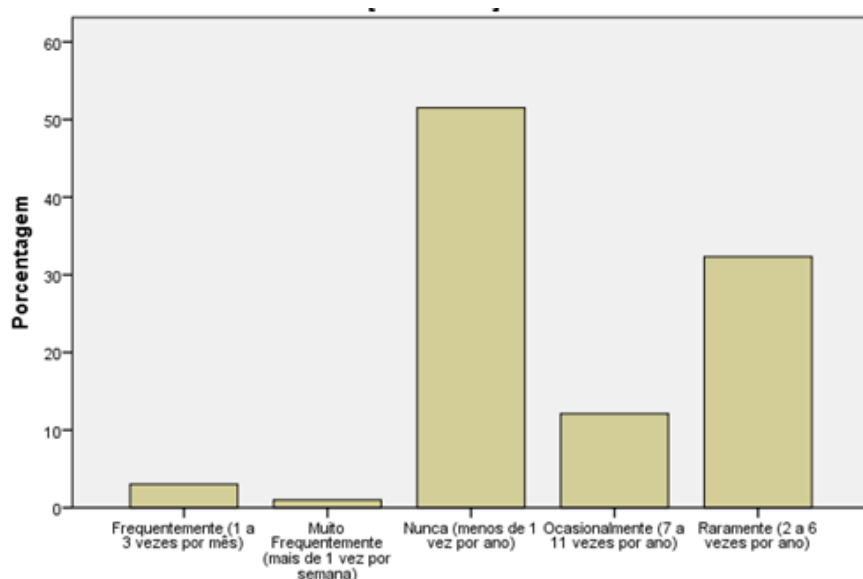
No consumo de atividade cultural tradicional, como por exemplo o rancho, pouco mais de 60% responderam “nunca”, “menos de 1 vez ao ano” e quase 30% responderam “raramente”, ou seja, entre “2 a 6 vezes ao ano”.

Figura 25– Frequência de visita/consumo de atividade cultural tradicional



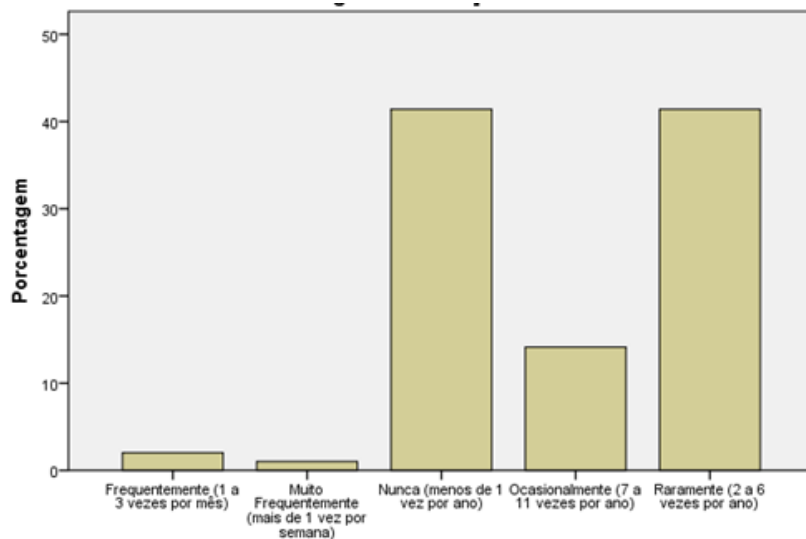
No artesanato, 50% das respostas foram “nunca”, “menos de 1 vez ao ano” e 35% das respostas foram “raramente”, entre “2 a 6 vezes ao ano”.

Figura 26– Frequência de visita/consumo de artesanato



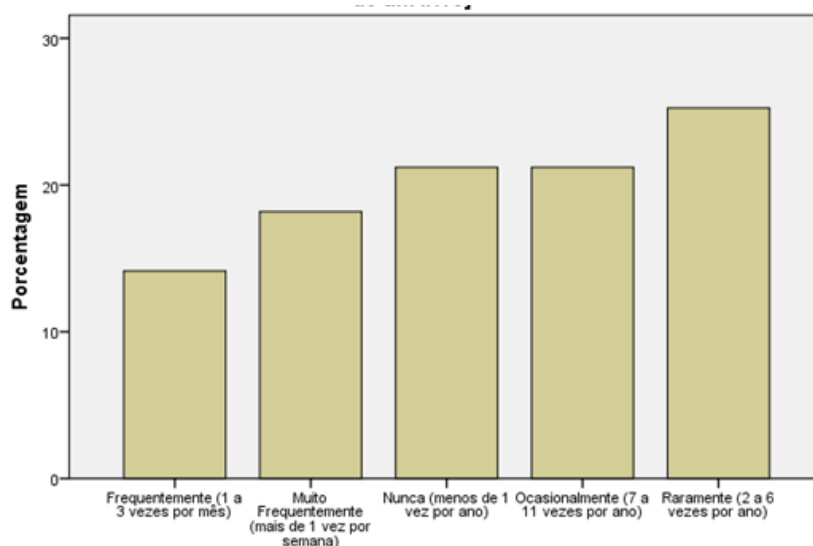
Os festivais gastronômicos obtiveram respostas de “nunca” (“menos de 1 vez ao ano”) e “raramente” (“2 a 6 vezes ao ano”) com valores similares de cerca de 43% cada um.

Figura 27– Frequência de visita/consumo de festival gastronômico.



Na leitura de um livro, também houve uma grande discrepância de valores, a resposta que obteve valores mais alto foi o “raramente” (“2 a 6 vezes ao ano”) com 25%, “nunca” (“menos de 1 vez ao ano”) e “ocasionalmente” (“7 a 11 vezes ao ano”) obtiveram 20% cada um. “Muito frequentemente” (“mais de 1 vez por semana”) teve cerca de 18% de respostas e “frequentemente” (“1 a 3 vezes por mês”) deteve 15% de respostas.

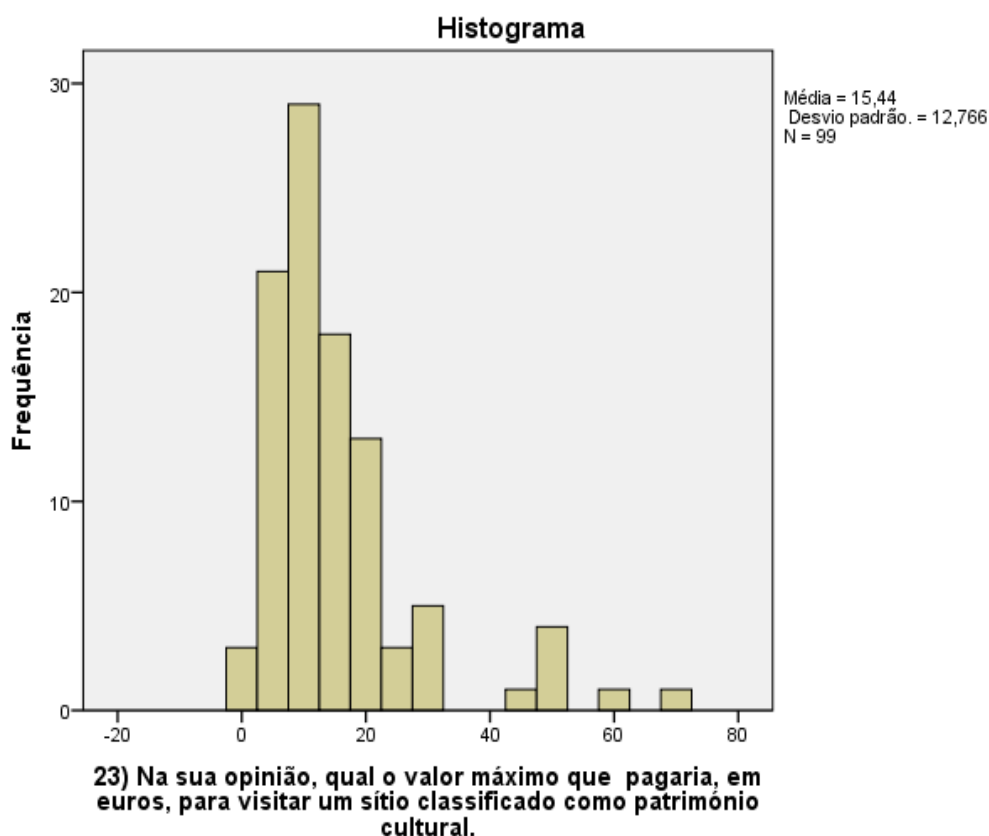
Figura 28– Frequência de visita/consumo de leitura de um livro.



8.5 – PREÇO MÁXIMO PARA VISITAR UM BEM CLASSIFICADO

Na questão 23, foi interrogado, o valor máximo que pagaria, em euros, para visitar um sítio classificado como património cultural. A partir do histograma percebemos que em média o gasto máximo situa-se nos 15 euros, havendo um desvio padrão de 13 euros. 27 Inquiridos responderam gastar no máximo 10 euros, 17 afirmaram não gastar mais de 15 euros e 13 responderam 20 euros. Obtivemos ainda respostas de inquiridos dispostos a pagar 60 ou 70 euros pela visita a um sítio classificado como património cultural.

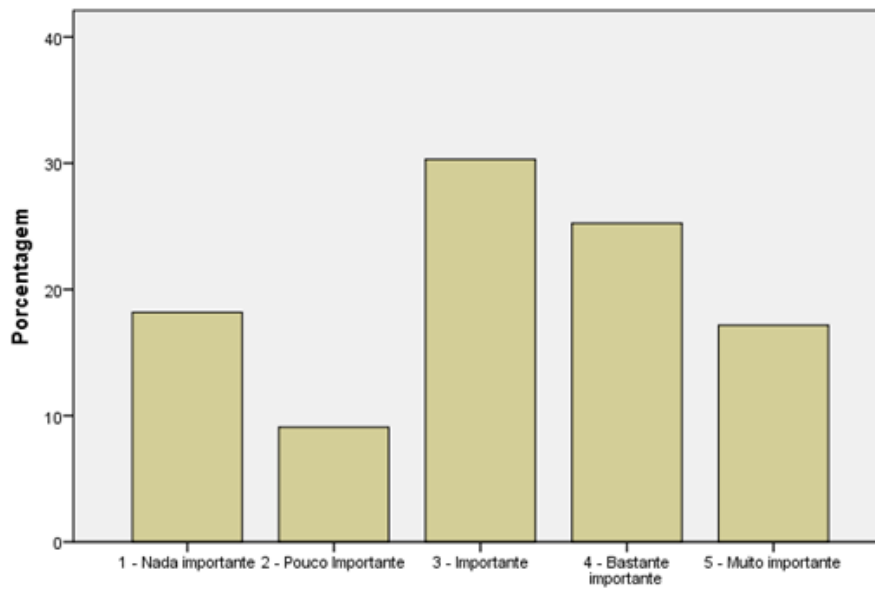
Figura 29 - Valor máximo pagável para visitar um sítio classificado como património cultural.



8.6 – BARREIRAS AO ACESSO A CULTURA

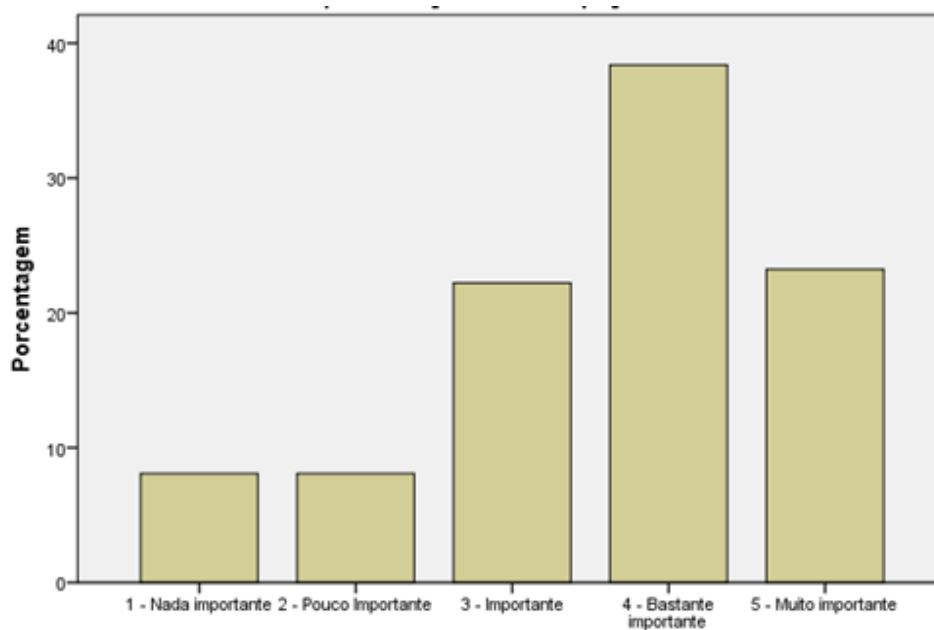
Relativa as barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural, a falta de interesse foi considerada por 30% “importante” e cerca de 25% dos inquiridos também respondeu ser “bastante importante”.

Figura 30– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de interesse.



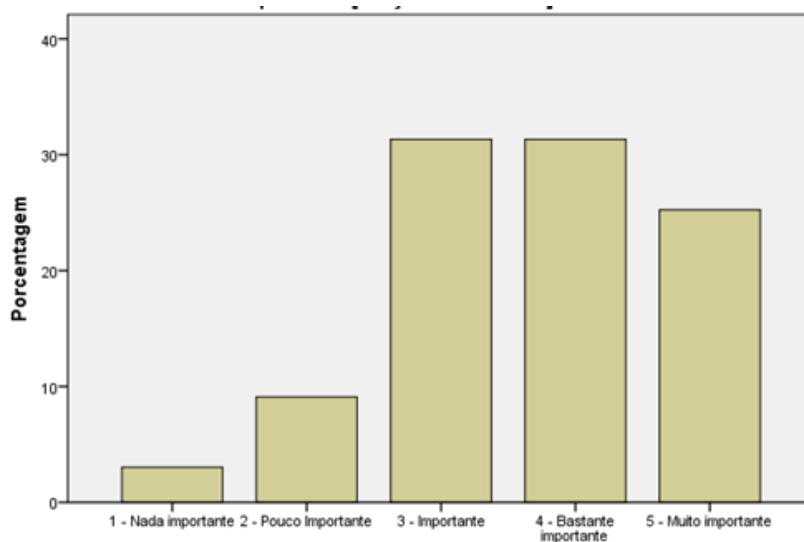
A falta de tempo foi considerada por quase 40% dos jovens inquiridos como uma barreira “bastante importante” no acesso a cultura e ao Património Cultural. Enquanto isto, quase 25% responder ser “importante” e outro 25% responde ser “muito importante”.

Figura 31– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de tempo.



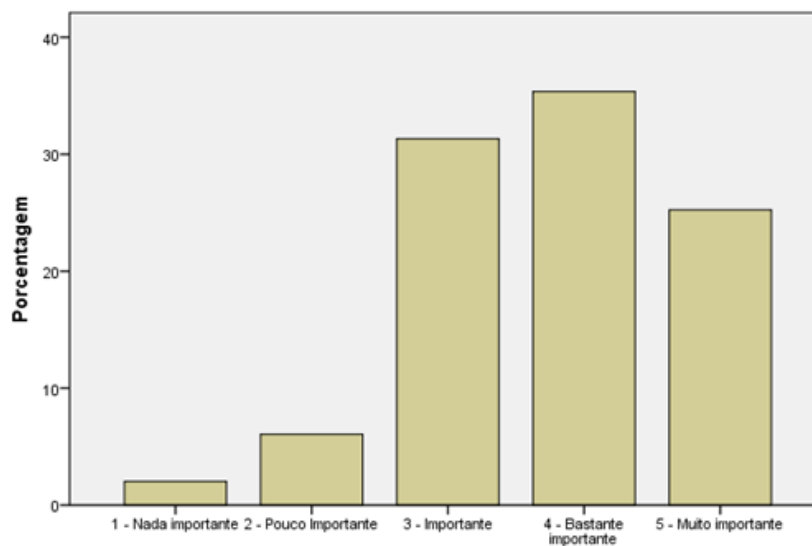
Entretanto, no preço as respostas variaram em torno de pouco mais de 30% responder ser “importante” e outros 30% “bastante importante”. “Muito importante” também foi a resposta de proximamente 25% inquiridos. Sendo assim, em modo geral, a maioria a considerou uma barreira importante.

Figura 32– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Preço dos bilhetes.



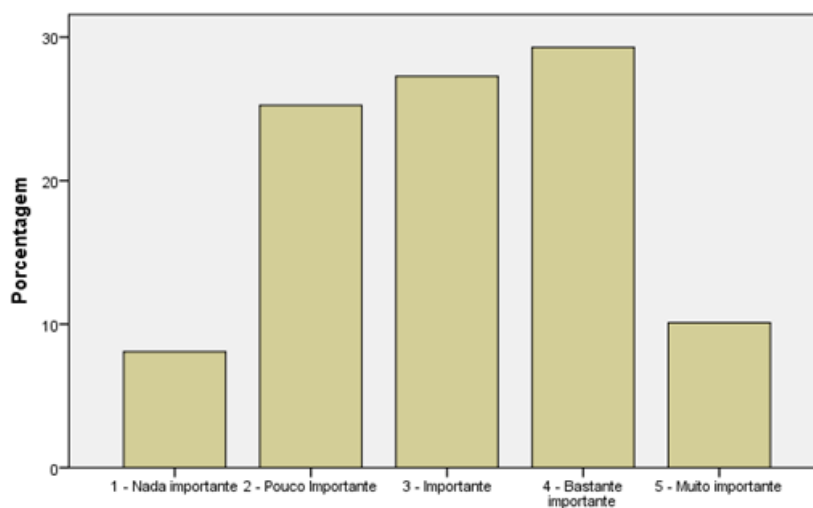
Falta de Informação foi refletida como “bastante importante”, com cerca de 35% de respostas, pouco mais de 30% responderam “importante” e cerca de 25% considerou ser “muito importante”.

Figura 33– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de Informação.



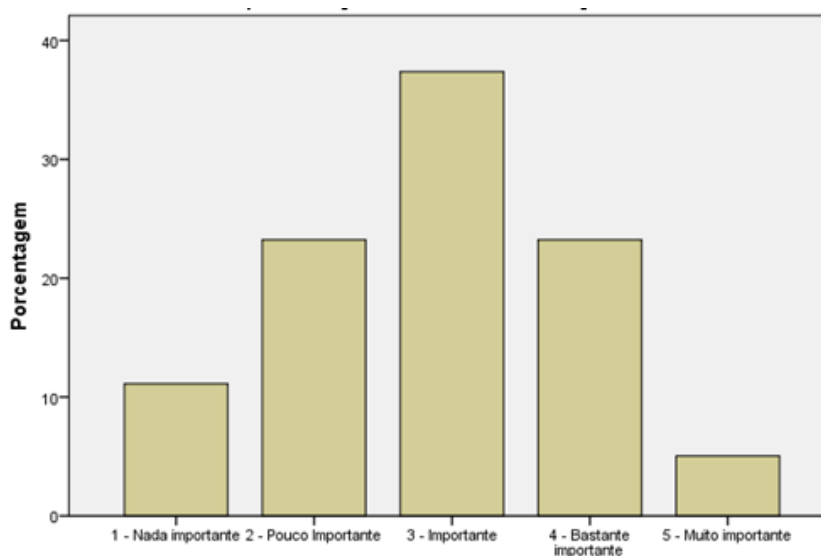
A falta de atividades e sítios classificados como património cultural perto dos jovens inquiridos teve 30% de respostas em que era “bastante importante”, seguido por “importante” com cerca de 28 respostas e “pouco importante” com 25% de respostas.

Figura 34 – Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de atividades/sítios classificados como património cultural perto dos indivíduos.



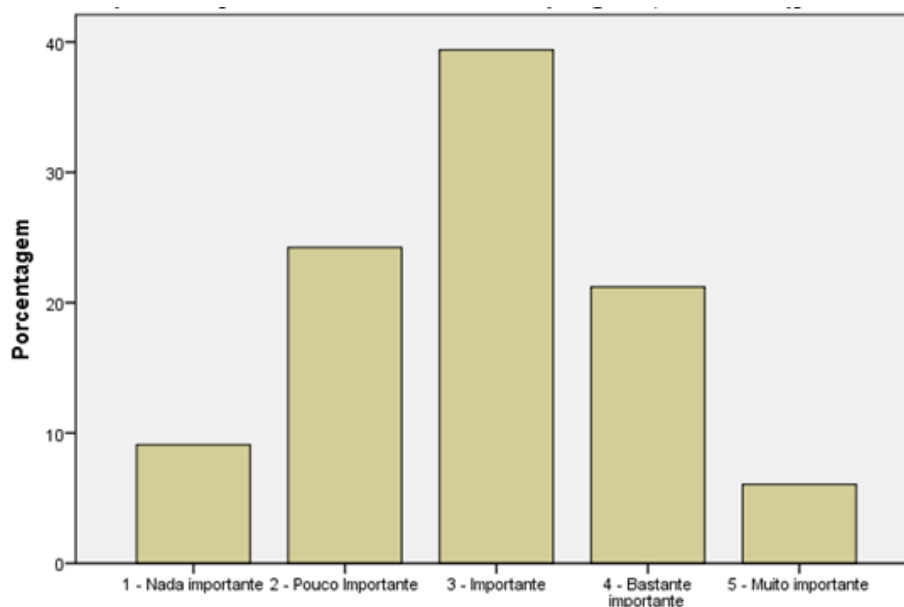
Relativamente a falta de autenticidade, quase 40% afirmaram ser “importante” enquanto que pouco mais de 20% consideraram ser “bastante importante”. Por outro lado, também mais de 20% respondeu ser “pouco importante”.

Figura 35– Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de autenticidade.



A Falta de recursos humanos, como guias e monitores foi considerada por 40% dos jovens inquiridos como uma barreira “importante”. Aproximadamente 25% consideraram ser “pouco importante” e 20% acharam que era “bastante importante”.

Figura 36 – Barreiras ao acesso a cultura/Património Cultural. Falta de recursos humanos.



8.7 – VALORES PESSOAIS

A partir da tabela número 20 percebemos de imediato quais são os valores mais relevantes para os jovens. Os três valores pessoais que foram considerados mais fundamentais para os jovens são o autorrespeito ($M=8,16$; $DP=1,621$): a segurança ($M=7,77$; $DP=1,760$): e a autorrealização ($M=7,61$; $DP=1,760$).

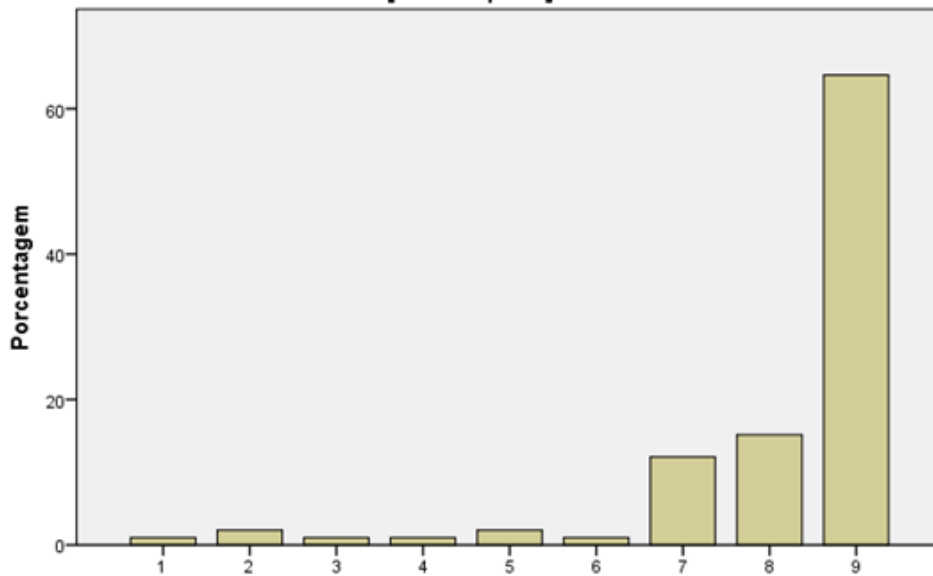
Tabela 20 - Valores pessoais

Estatísticas Descritivas			
	Número	Média	Desvio Padrão
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Autorrespeito]	99	8,16	1,621
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Segurança]	99	7,77	1,760
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Autorrealização]	99	7,61	1,760
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Sensação de êxito]	82	7,12	2,057
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Divertimento e prazer na vida]	99	7,03	2,211
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Relações calorosas com os outros]	99	6,73	2,175
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Sensação de pertença]	99	6,56	2,223
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Ser respeitado e admirado]	99	6,39	2,394
Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. [Excitação]	99	6,03	2,229

Mais especificamente:

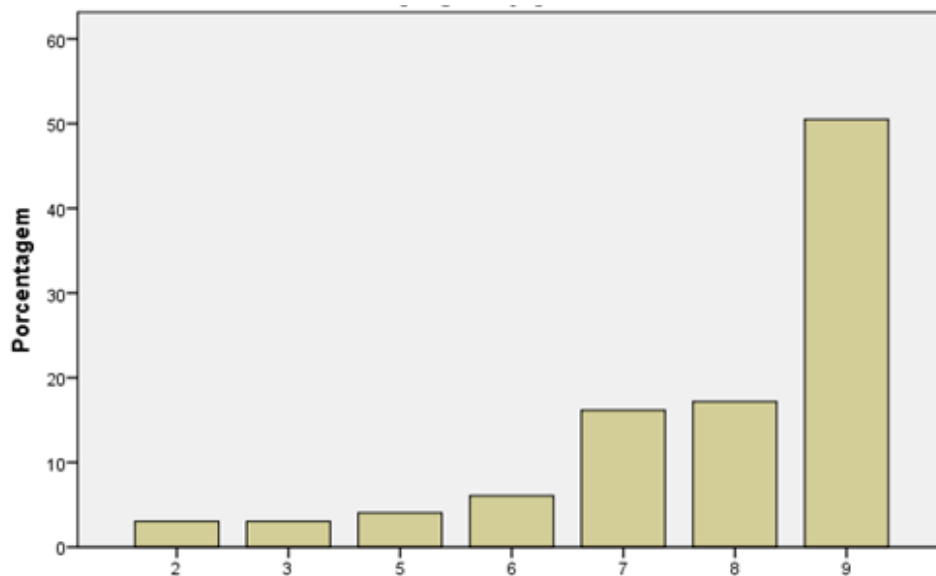
Passado para a questão 25, relativa aos valores pessoais de cada inquirido, o autorrespeito teve uma nota de 9 pela maioria destes, com mais de 60% de respostas. Apenas alguns, menos de 20% escolheram dar o valor 8 e cerca de 15% o valor 7.

Figura 37 – Valores pessoais. Autorrespeito.



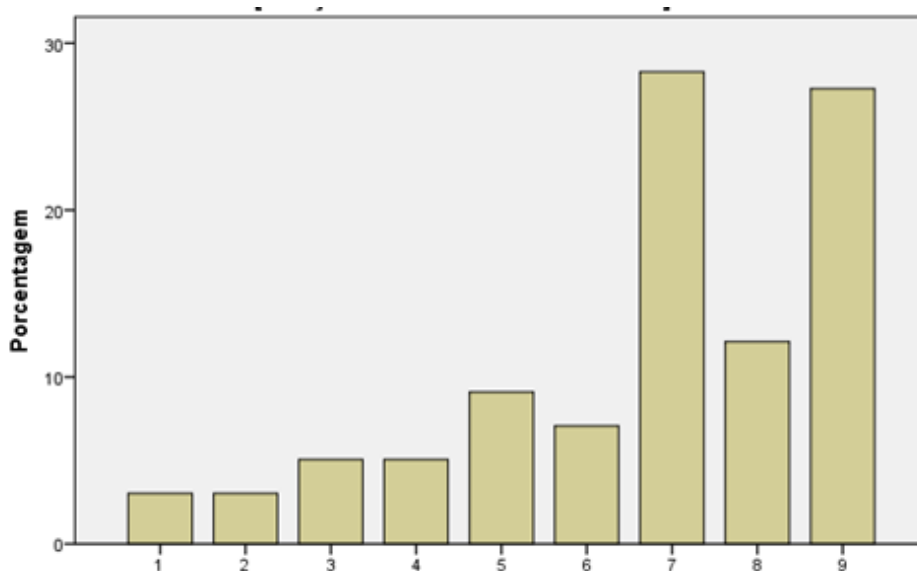
A segurança também obteve um 9 pela metade dos inquiridos, cerca de 50%, o máximo da escala. Os valores 8 e 7 obtiveram cerca de 20% de respostas cada um.

Figura 38– Valores pessoais. Segurança



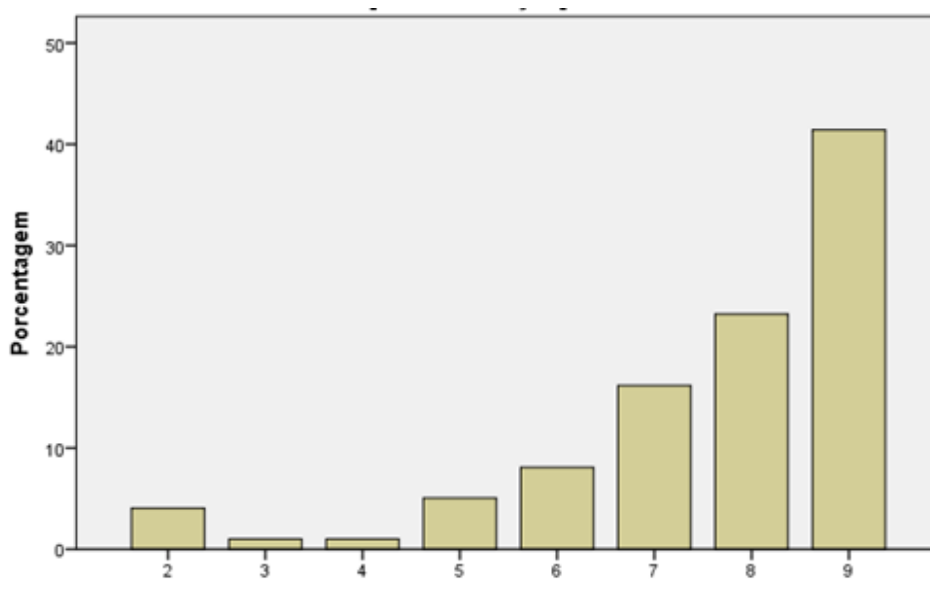
A maior percentagem de inquiridos, quase 30%, atribuiu um 7 as relações calorosas com os outros, seguido pelo 9 com 28%. O terceiro valor mais atribuído foi o 8, com aproximadamente 15% de respostas.

Figura 39 – Valores pessoais. Relações calorosas com os outros



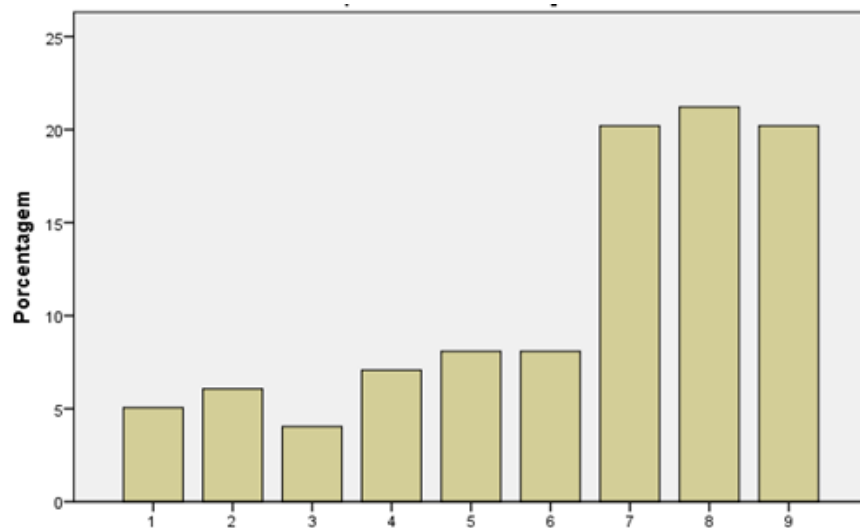
Autorrealização teve o 9 como resposta mais frequente (mais de 40%), seguida pelo 8 e 7 com cerca de 25% e 20% correspondentemente.

Figura 40– Valores pessoais. Autorrealização



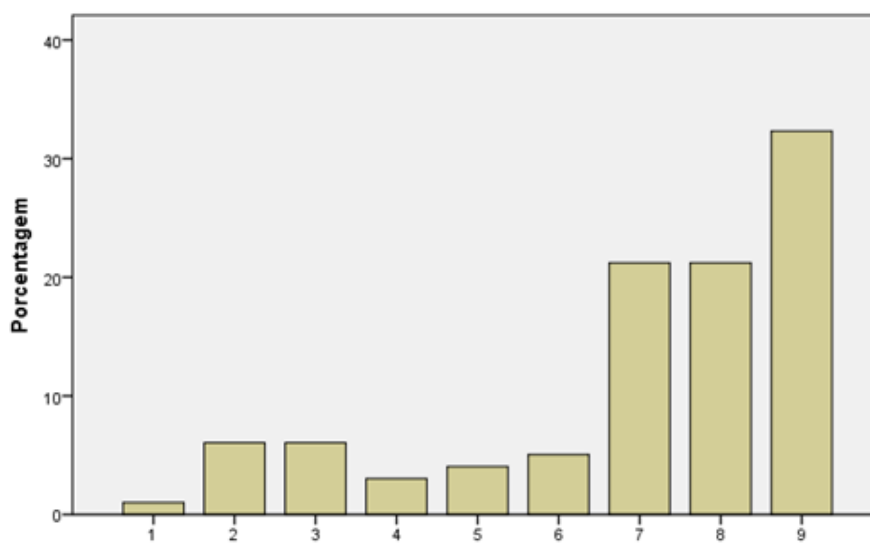
Neste quadro, relativo ao valor pessoa de ser respeitado e admirado, podemos comprovar que não houve uma discrepância por parte dos inquiridos, sendo que a maioria escolheu o 8 com maior percentagem seguido do 9 e do 7, mas com valores muito próximos uns dos outros.

Figura 41– Valores pessoais. Ser respeitado e admirado



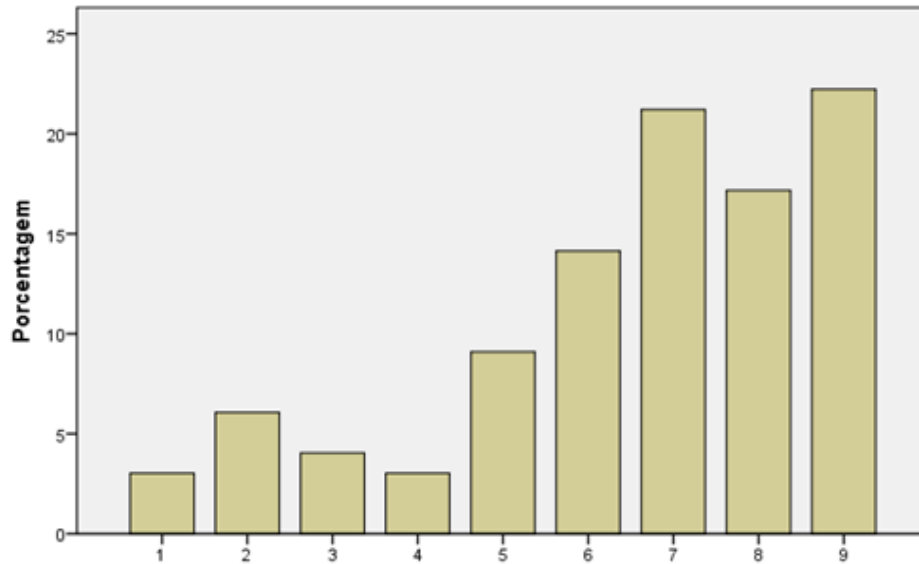
Relativo ao divertimento e prazer na vida, a resposta mais escolhida foi o 9 com proximamente de 35%. De seguida os valores 7 e 8 receberam um número de respostas muito similares com mais de 20% cada.

Figura 42– Valores pessoais. Divertimento e prazer na vida



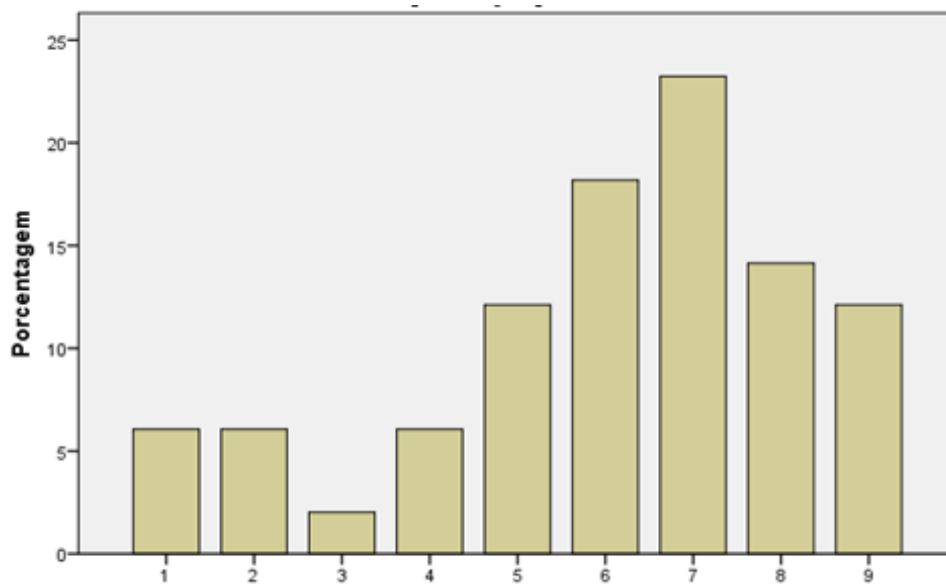
Não existiu muito acordo reativo aos valores atribuídos a sensação de pertença. O valor mais escolhido foi o 9 com 25% logo seguido pelo 7 com cerca de 23%. Consecutivamente temos o 8 com 17%.

Figura 43– Valores pessoais. Sensação de pertença



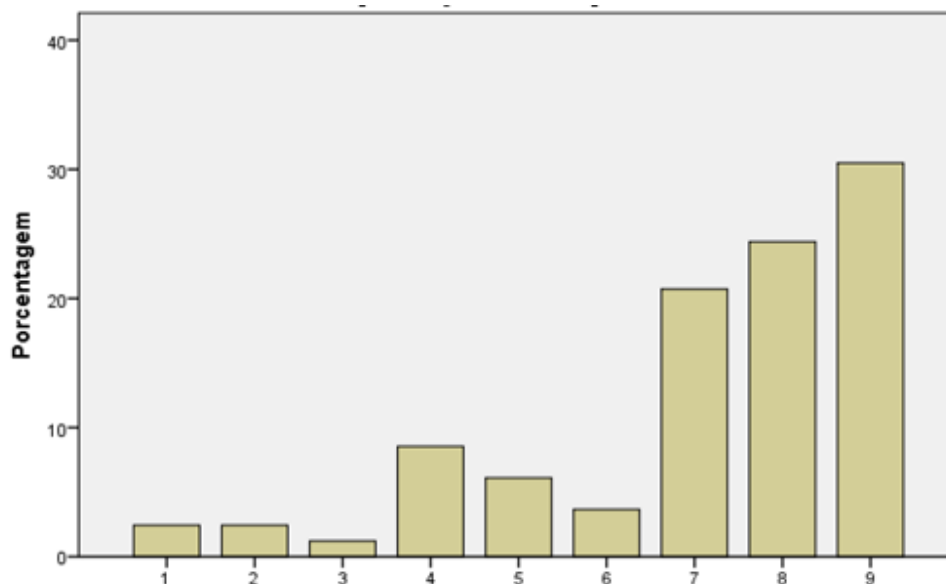
A excitação teve o 7 com o maior número de respostas por parte dos inquiridos, cerca de 24%, seguido pelo 6 com 18% de respostas.

Figura 44– Valores pessoais. Excitação



Entretanto a sensação de êxito obteve 30% de respostas com 9, sucessivo pelo 8 com 25% e o 7 com cerca de 20%.

Figura 45– Valores pessoais. Sensação de êxito

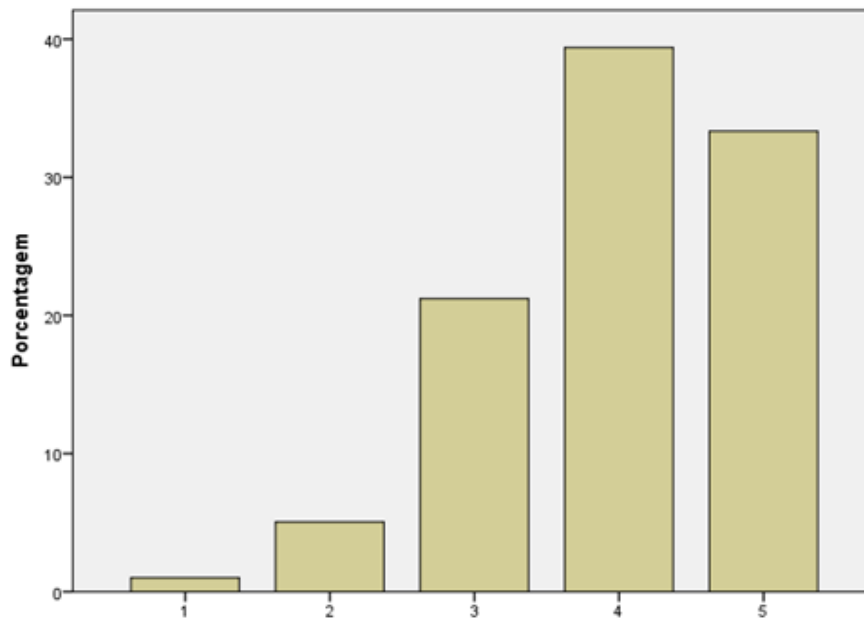


8.8 – INTERESSE PELO PATRIMÓNIO CULTURAL

Tentou-se perceber, globalmente, qual seria o grau de interesse pelo património cultural por parte dos jovens inquiridos a partir de uma escala em que o número 1 representava “nenhum” e o 5 “muito”.

Com base nas respostas obtidas podemos ver que quase 40% atribuíram 4 e que 35% escolheram 5. Portanto, podemos considerar que em regra geral, os jovens têm algum interesse no património cultural.

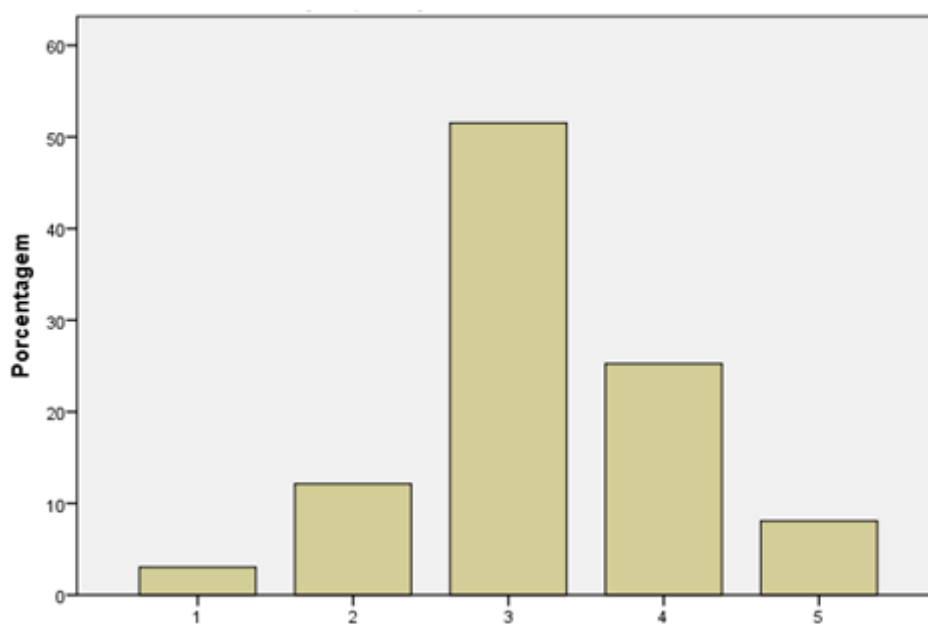
Figura 46– Interesse dos indivíduos pelo património cultural



8.9 – SATISFAÇÃO FACE AO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Quando questionados acerca do estado de conservação/ proteção do património cultural, numa escala desde 1 sendo “muito má” até 5 sendo “muito boa”, cerca de 50% selecionaram o 3, “razoável”, enquanto que apenas 25% selecionaram o 4, “sendo boa”. Assim, podemos afirmar que a grande maioria dos jovens está apenas satisfeito com a conservação e proteção do património cultural.

Figura 47– Satisfação dos indivíduos sobre o estado de conservação/ proteção do património cultural



8.10 – ASSOCIAÇÃO A PATRIMÓNIO CULTURAL

Pedi-se aos jovens para registarem palavras que mais associassem ao património cultural, e 39 pessoas referiram “História”, ou seja 39.4%. A seguinte palavra mais referida é “Passado” com 8.1% seguida por conhecimento com 6.1% e “Cultura” com 4%.

“Antiguidade”, “Identidade” e “Memória”, foram cada uma delas referidas por 3 inquiridos, enquanto que “Igrejas”, “Museus” e “Preservação” foram também cada uma delas referidas duas vezes.

Várias outras palavras foram referidas unicamente por uma pessoa desde “Antigo”, “Lembrança” à “Tradições”.

Tabela 21 – Associação de palavras com o Patrimônio Cultural

	Frequência	Porcentagem
História	39	39,4
Passado	8	8,1
Conhecimento	6	6,1
Cultura	4	4,0
Antiguidade	3	3,0
Identidade	3	3,0
Memória	3	3,0
Igrejas	2	2,0
Museus	2	2,0
Preservação	2	2,0
Antepassados	1	1,0
Antigo	1	1,0
Aprendizagem	1	1,0
Arte	1	1,0
Autenticidade	1	1,0
Bens e tradições	1	1,0
Castelos	1	1,0
Costumes	1	1,0
Edifícios antigos	1	1,0
Entendimento da vida	1	1,0

Tabela 22 – Associação de palavras com o Patrimônio Cultural (continuação).

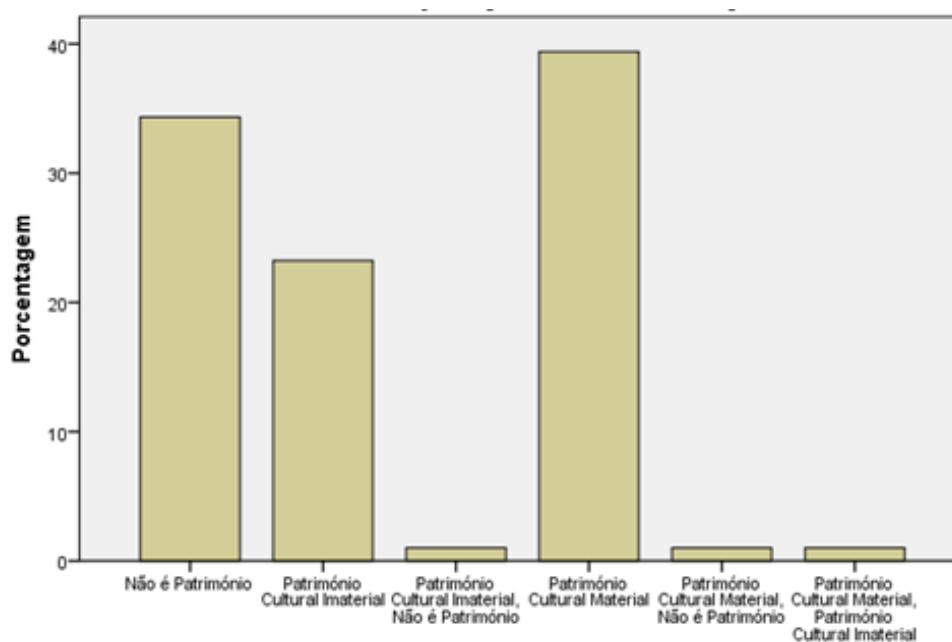
	Frequência	Porcentagem
Guimarães	1	1,0
Herança	1	1,0
Lembrança	1	1,0
Livros	1	1,0
Monumentos	1	1,0
Música	1	1,0
Origem	1	1,0
Paisagem	1	1,0
Raízes	1	1,0
Rancho	1	1,0
Realidade	1	1,0
Riqueza Cultural	1	1,0
Romano	1	1,0
Sabedoria	1	1,0
Tradições	1	1,0
Valor	1	1,0
Vida	1	1,0
Total	99	100,0

8.11 – CLASSIFICAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS

Para percebermos o que os jovens consideram ser património cultural material e imaterial, questionamos acerca de várias vertentes possíveis de ser ou não património. A primeira possível foi o Grafite/ Arte Urbana em que 40% consideraram ser património cultural material e cerca de 35% responderam não ser património.

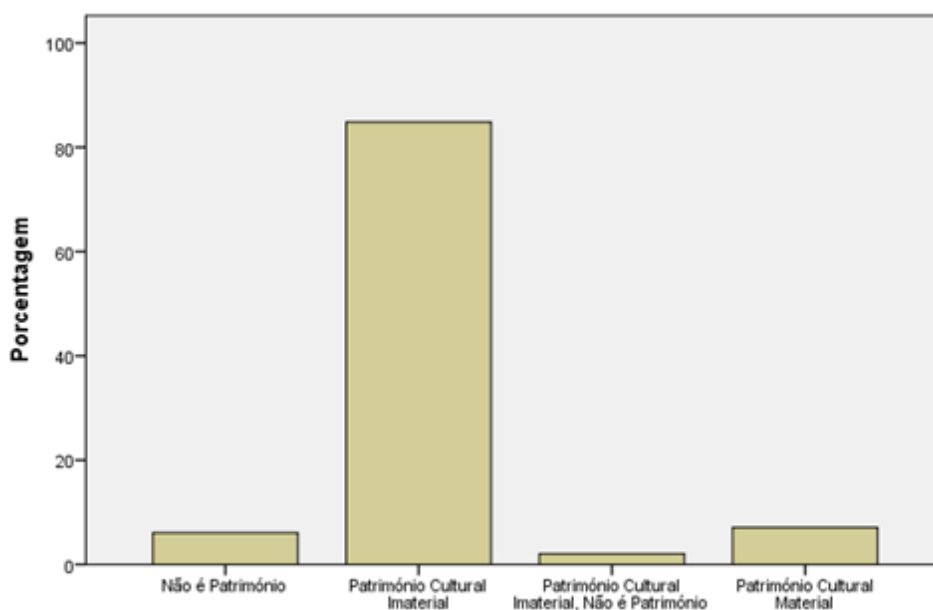
O grafite/arte urbana não é considerado património cultural, sendo observável que apenas 35% dos jovens foram corretos.

Figura 48 – Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Grafite/Arte Urbana.



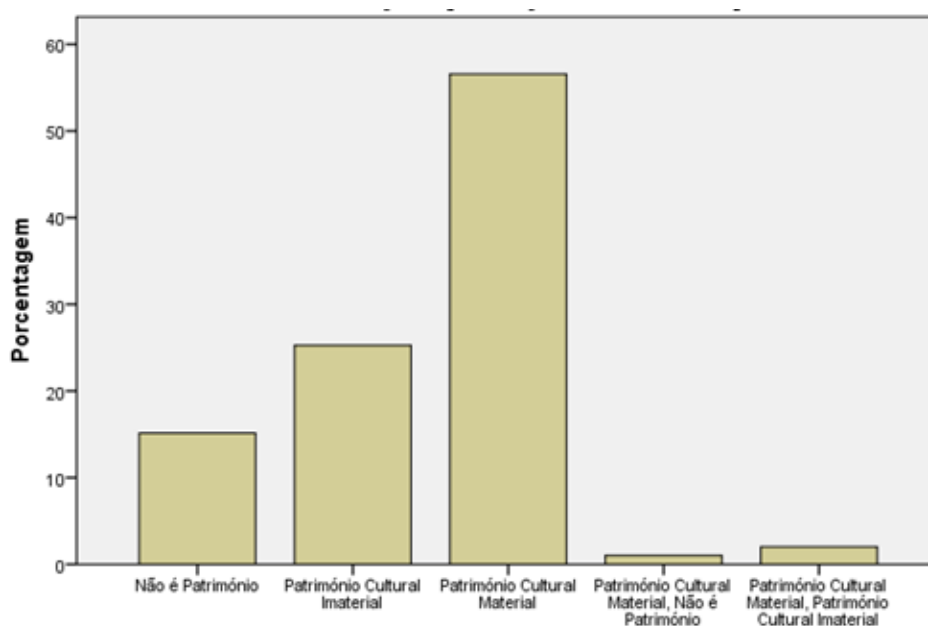
O cante Alentejano foi selecionado por mais de 80% como sendo património cultural imaterial. O cante Alentejano é considerado pela direção geral do património cultural como sendo património cultural imaterial, sendo que a maioria dos jovens inquiridos estava correto.

Figura 49 – Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Cante Alentejano.



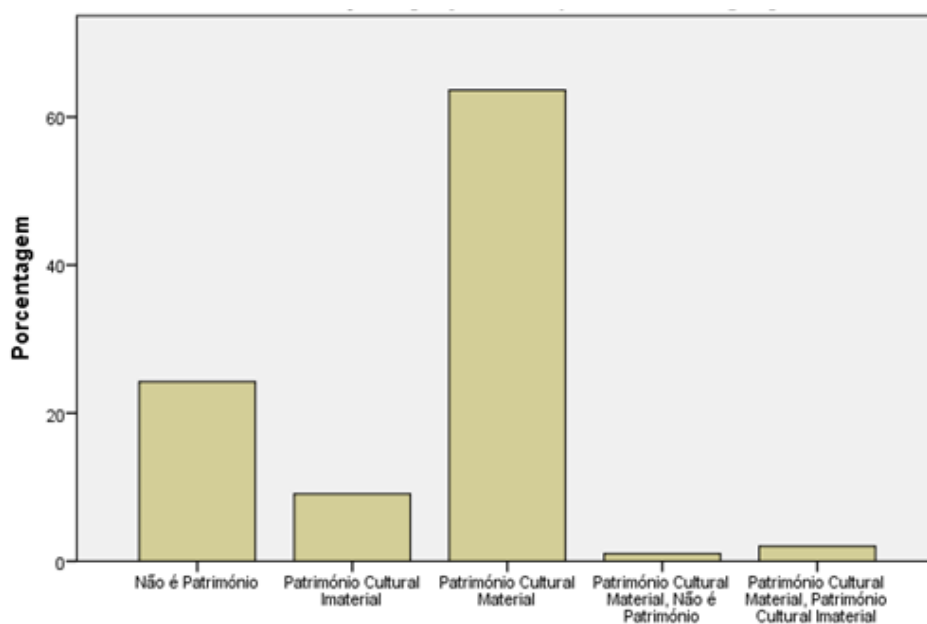
O fabrico de chocalhos foi selecionado por quase 60% como património cultural material, 25% afirmaram ser património cultural imaterial e 15% defendiam não ser património. O fabrico de chocalhos é considerado património cultural imaterial, uns dos reconhecidos pela UNESCO com imediata necessidade de salvaguarda, por consequente, apenas 25% dos inquiridos acharam-se corretos.

Figura 50– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Produção de chocalhos.



Os objetos do quotidiano antigo foram considerados por mais de 60% dos jovens como sendo património cultural material e cerca de 25% afirmou não ser património cultural. De facto, os objetos do quotidiano antigo não são considerados património cultural, portanto, somente 25% acertaram na classificação.

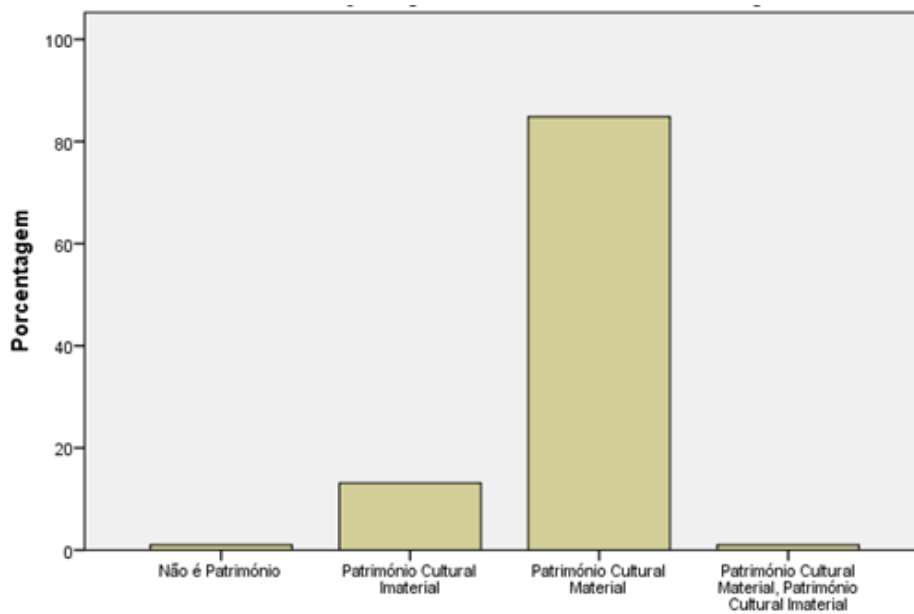
Figura 51– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Objetos do quotidiano antigo.



Mais de 80% das respostas afirmam que as termas romanas em Chaves são património cultural material e apenas 15% consideram ser património cultural imaterial. As Termas romanas em Chaves são classificadas como património material imóvel, sendo um MN - Monumento Nacional²⁸, logo 80% das respostas foram corretas.

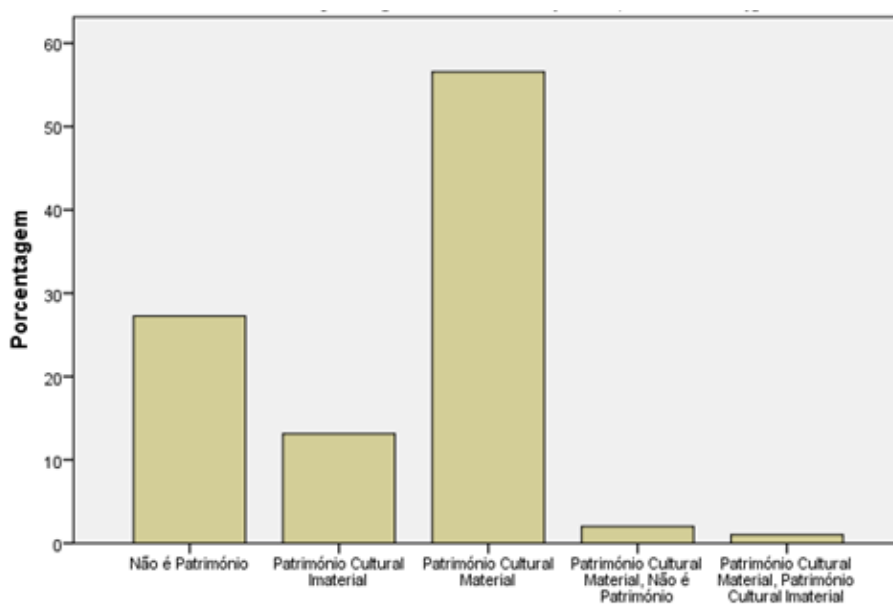
²⁸ Uma das categorias de classificação de bens imóveis.

Figura 52– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Termas romanas em Chaves.



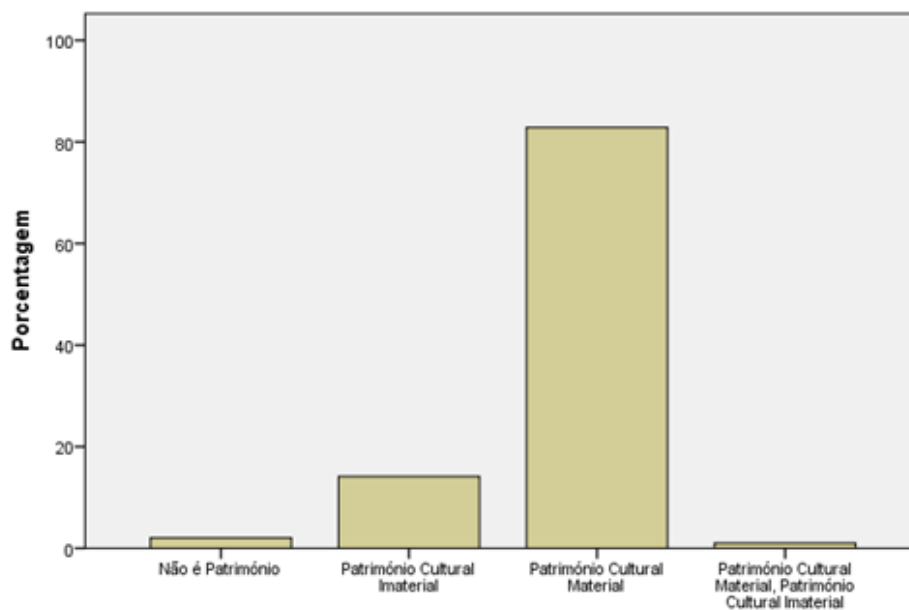
O colecionismo foi considerado por quase 60% como sendo património cultural material, 15% ponderou ser património cultural imaterial e cerca de 28% não o considerou ser património cultural. O Colecionismo não é património cultural, sendo que somente 28% encontram-se corretos.

Figura 53– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Colecionismo.



A maioria respondeu que o centro Histórico de Guimarães é património cultural material (80%) e apenas menos de 20% consideraram ser património cultural imaterial. O Centro Histórico de Guimarães é classificado como património cultural material e de Património Mundial²⁹, sendo que cerca de 80% respondeu assertivamente e apenas aproximadamente 20% respondeu incorreto.

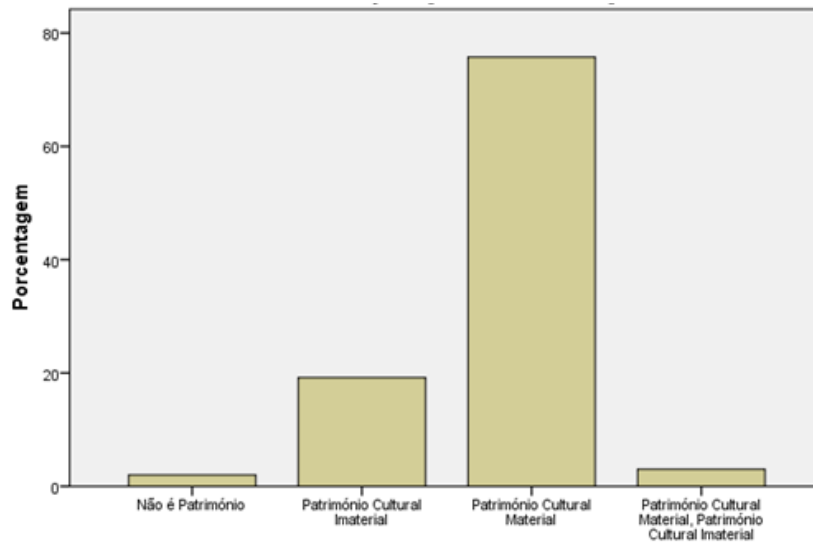
Figura 54– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Centro Histórico de Guimarães.



Verificou-se que no galo de Barcelos houve quase 80% a escolher que é património cultural material e 20% considerou ser património cultural imaterial. O galo de Barcelos é classificado como património cultural material imóvel, sendo um IIP - Imóvel de Interesse Público. Apenas 80% sabiam a resposta certa a esta questão.

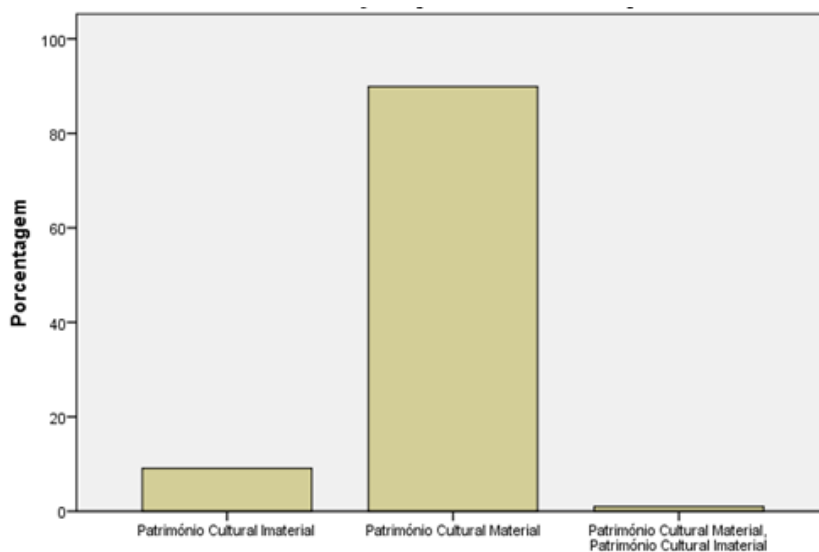
²⁹ Subiu à categoria de Património Mundial em 2001.

Figura 55– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Galo de Barcelos.



A partir da análise deste gráfico, conclui-se que 90% dos inquiridos afirma que o Mosteiro Da Batalha é património cultural matéria e menos de 10% considera-o património cultural imaterial. De facto, o mosteiro da batalha é classificado como património cultural material, Monumento nacional e para além disso, é integrante na lista do Património da Humanidade aclarada pela UNESCO³⁰. Assim sendo, a maioria das respostas dadas pelos inquiridos está correta.

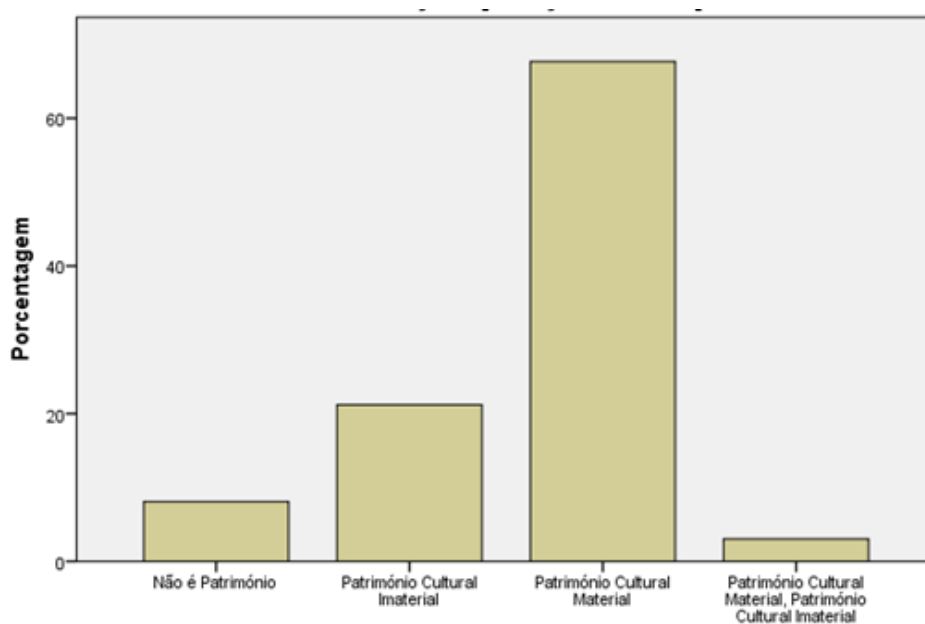
Figura 56 - - Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Mosteiro da Batalha.



³⁰ desde 1983.

O coração de viana é considerado por mais de 60% dos jovens inquiridos como sendo património cultural material, 20% sendo património cultural imaterial e menos de 10% não sendo património cultural. O coração de viana não está classificado como património cultural, portanto 80% das pessoas inquiridas não atingiram a resposta certa.

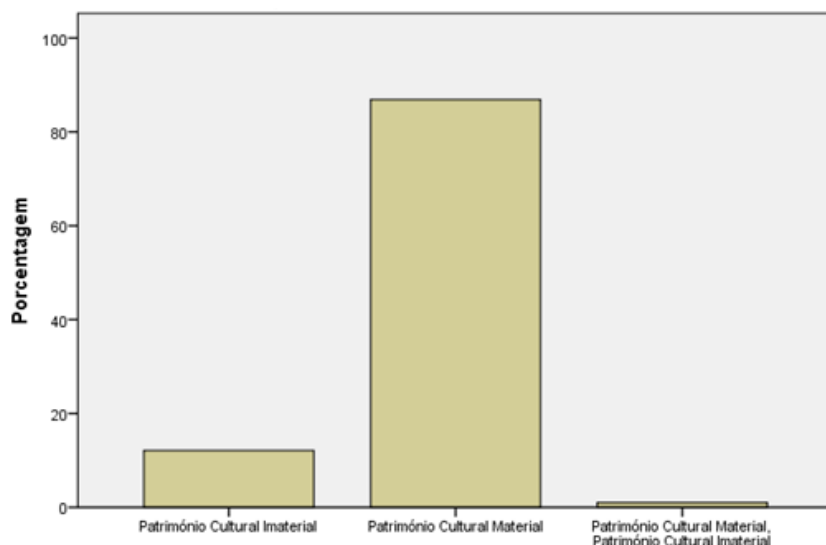
Figura 57– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Coração de Viana.



O Parque arqueológico do Vale do Côa é visto por quase 90% como sendo património cultural material, enquanto que 10% considera-o património cultural imaterial. A arte rupestre do Vale do Côa é classificada como património cultural material, sendo um Monumento Nacional e Património da Humanidade pela UNESCO³¹. A maioria dos jovens responderam corretamente.

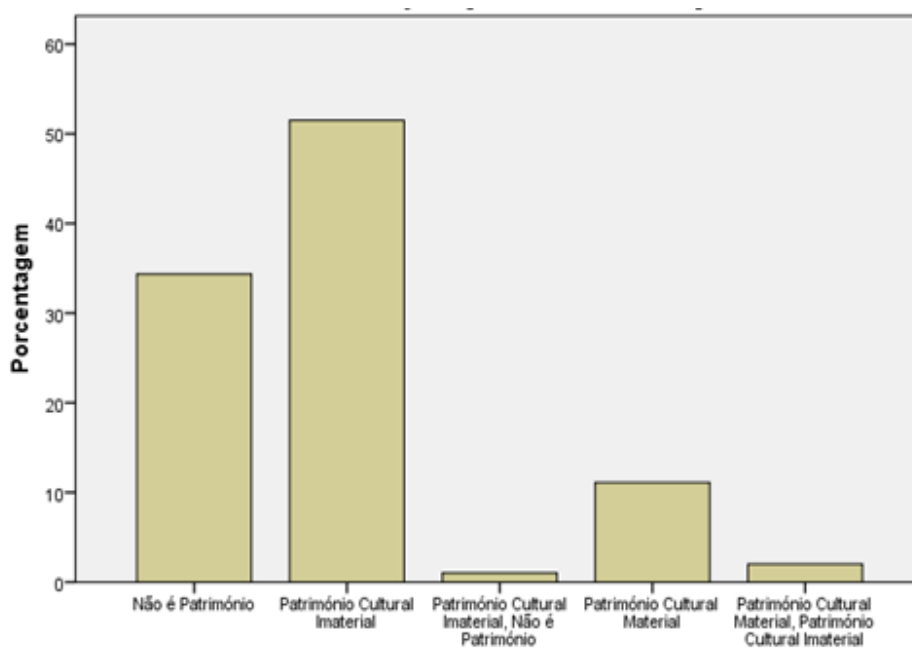
³¹ Classificada como Monumento Nacional em 1997 e Património da Humanidade pela UNESCO apenas um ano depois, em 1998.

Figura 58– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Parque arqueológico do Vale do Côa.



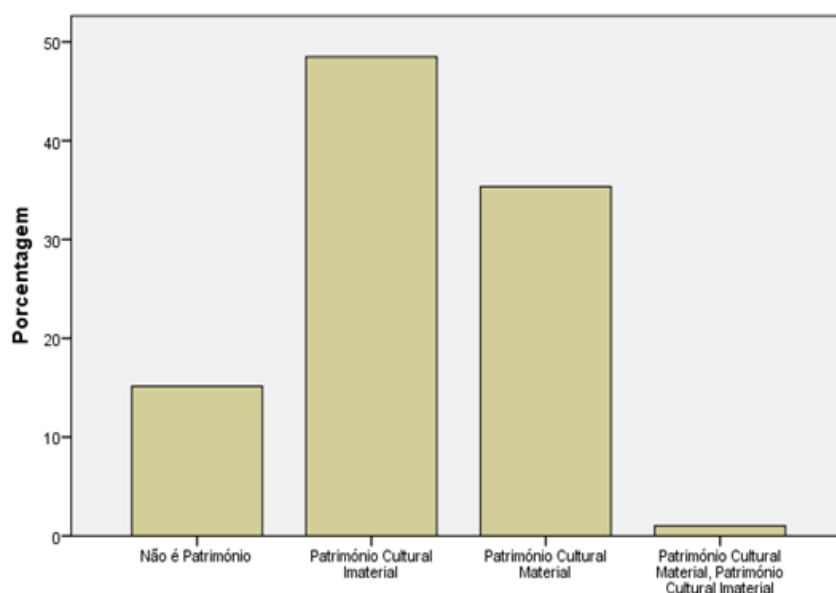
Neste caso em particular, a Dieta Mediterrânica foi elegida por 50% como sendo património cultural imaterial, 35% como não sendo património cultural e 10% sendo património cultural material. A dieta mediterrânica é classificada como Património imaterial da Humanidade, portanto 50% dos jovens acertaram na resposta.

Figura 59– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Dieta Mediterrânica.



No caso da Arte da Falcoaria Real em Salvaterra de Maços, perto de 48% responderam ser património cultural imaterial, 35% património cultural material e 15% não ser património cultural. Arte da Falcoaria Real em Salvaterra de Magos é classificada como património cultural imaterial, bem como consta na lista representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO, logo pouco mais de metade das respostas a esta questão foram erradas.

Figura 60– Património cultura material, imaterial e não digno dessa classificação. Arte da Falcoaria Real em Salvaterra de Magos.



PARTE III – CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES

CAPÍTULO IX – CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

9.1 – CONCLUSÕES

A partir dos resultados recolhidos do questionário aplicado, torna-se essencial expor as conclusões inerentes que se podem retirar desta pesquisa, também fundamentada com a revisão da literatura apresentada nos inícios e primeiros capítulos do trabalho. O questionário, com as questões iniciais reativas a idade, género, profissão, escolaridade, residência e nacionalidade, pretendia-se apenas criar um perfil dos jovens inquiridos. No entanto, algumas destas questões foram também apresentadas de modo a eliminar respostas que não estariam na base da investigação, por ser maior ou menor do que a idade estabelecida ou residindo fora de Portugal. Pode-se afirmar que a maioria dos inquiridos que contribuíram para investigação são do sexo feminino e que a idade média dos inquiridos anda a volta dos vinte e quatro anos. Ainda na primeira fase do questionário pretendia-se perceber o envolvimento dos jovens da atualidade com o património cultural e para isso foi questionado acerca do seu envolvimento como atividades ligadas ao património, associações e trabalho voluntário.

Grande parte dos jovens não tem um envolvimento com o património cultural, quer através de atividades quer através de associações ou trabalho voluntário. Todavia, existe uma pequena minoria ligada a atividades de animação cultural, folclore, rancho, tuna académica e até visitas numa cave dos vinhos por Porto, um vinho tipicamente português e muito conhecido no estrangeiro, criado com condições típicas da região demarcada do Douro e um fabrico especial que acabou por ter uma grande difusão no exterior tornando-se um marco de Portugal. Igualmente, a maioria não é sócio ou membro de associações ligadas ao património cultural, mas uma pequena minoria aparece sendo sócio de organizações como o ARCUM, Associação Recreativa e Cultura da Universidade do Minho, Acesas cultura - Associação da Cultura e Saberes de Arez em Portalegre, e outras associações locais mais pequenas.

Quando questionados acerca da possível existência de um local classificado como

património cultural nas proximidades do local de residência do inquirido, na generalidade os jovens da amostra responderam que não. Como em todas as questões, existe exceções as regras, e temos algum jovens que relatam haver perto da sua morada locais de património, no entanto é pertinente chamar a atenção para a existência de jovens que têm essa percepção de que o que existe perto de si é considerado património cultural uma vez que foram obtidas respostas de locais que não são classificados. Ouve pelo menos 4 respostas de locais que não são classificados como sítios de património cultural, sendo eles portadores de algum significado latente para os residentes locais, mas que não são protegidos ou divulgados a uma maior escala por não seres considerados como parte do património cultural português.

Desta primeira fase podemos retirar que os jovens, a partida, não têm um interesse muito grande em participar em atividades ou associações, principalmente se não forem remuneradas, que permitam promover e difundir o património de maneira a mantendo as tradições vivas. Não é considerada uma grande preocupação na vida dos jovens, o que acaba por não levar a uma maior participação em atividades ligadas ao património cultural. Apenas uma pequena fração ainda se interessa em atividades como o folclore ou o rancho ou em participar em associações que ajudam a manter vivas algumas tradições. Essa minoria estaria mais concentrada em organizações e associações maiores ou então em locais como cidades ou aldeias onde a população ainda tenta incentiva essa preservação dos costumes com várias atividades diferentes, mas que essencialmente se resumem ao folclore e rancho e a festivais menores que promovem algo especial da sua área.

Já na segunda fase, relacionada com a atitude face ao património cultural, foi apurada que na verdade, os jovens acreditam na importância do conhecimento da história e do passado. É considerado relevante para eles pessoalmente, ainda assim, possivelmente não é algo a que deem muita relevância ou atenção no dia-a-dia, mas admitem ser essencial para a sociedade e para a nossa história, o conhecimento de quem somos como seres humanos e como evoluímos é primordial para o conhecimento de nós mesmos. É também apreciado pelos mais novos como algo importante para o desenvolvimento e história de cada território, é principalmente um fator fundamental para os locais onde residem.

Chegou-se a conclusão, com base nos resultados que dois terços dos jovens acreditam que a sociedade deve se empenhar em descobrir o passado, tal como inclusive gastar dinheiro e recursos na procura de conhecimento da história, visto que esse conhecimento ajuda na tomada

de decisões mais acertadas tendo em conta o que já aconteceu no passado. Também a universidade é refletida por alguns jovens, como um órgão importantíssimo para fomentar pessoas especializadas no património e que se dediquem a investigar, divulgar e proteger o mesmo. Tal como a sociedade, os dois juntos são vistos como significativos e relevantes para o desenvolvimento do conceito e das formas de proteger e promover o património cultural. Mais uma vez, 90% dos jovens julga que aprender com a história, o passado, as diversas culturas, o desenvolvimento do ser humano, ajuda efetivamente no futuro, compreendendo as más decisões e as boas, tal como as suas consequências, ocorridas anteriormente, servem de exemplo para as decisões que ainda terão que ser tomadas no tempo vindouro. É necessário conhecer o passado e o que já foi feito para tomar as decisões mais acertadas. Tal como acontece na vida pessoal de cada indivíduo, a experiência é sempre um fator positivo e uma mais valia para os acontecimentos que ocorreram no futuro e até no presente, como também as decisões que terão que ser tomadas, muitas vezes, de forma inesperada e com um limite de tempo muito curto. Desta maneira, tal como no património, existe esta vertente que se torna num trunfo, numa vantagem, que conhecendo o passado este nos impede de tomar decisões menos acertadas e melhores.

Quando nos referimos que os antepassados eram mais infelizes devido as más condições de vida, os jovens não têm uma ideia muito generalizada acerca do assunto. A maior parcela encontrada com a mesma opinião não concorda nem discorda, estão neutros neste assunto, ainda assim, obtivemos número similares nas respostas de que discordavam, existindo jovens que não acreditam que as pessoas no passado seriam mais infelizes, possivelmente dado que eles não teriam a perceção das possibilidades que proporcionariam melhorias nas condições de vida das populações. No obstante, existem alguns jovens que concordavam que más condições de vida influenciariam o estado de espírito das pessoas, tornando-as mais infelizes. Essas más condições estariam condicionadas por doenças e afins que os prejudicaria muito no seu sentimento de satisfação e realização no dia-a-dia de antigamente. Também quase três quartos dos jovens confiam que no passado as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso a tecnologia, que muitas vezes, na atualidade, conduz às pessoas a viverem numa realidade virtual. Com a consciência que isto acontece nos dias que correm, mais frequentemente do que desejado, esta torna-se uma das causas da posição dos jovens neste tema. Aliás, as pessoas outrora, por não terem a perceção das possibilidades e por uma haver uma tecnologia pouco desenvolvida, a maioria delas não se sentiria infeliz por algo que

não conheciam, isto é, a sua felicidade não seria afetada pois não tinham conhecimento das possibilidades do desenvolvimento das tecnologias.

Do mesmo modo, no acesso a cultura no passado, se trazia ou não felicidade, não existe uma maioria com a mesma ideia subjacente a este conteúdo. 30 % dos jovens inquiridos não concorda nem discorda que as pessoas seriam mais infelizes vivendo sobre esta condição, 40% discorda, achando que seguramente as pessoas no passado não seriam menos felizes por não conhecerem o passado, as culturas que existiam e as tradições. Já 28% concorda que isso traria infelicidade para os indivíduos, não podendo aceder a tradições, costumes, conhecimento de outras culturas e o conhecimento da sua própria história e dos seus antepassados. Para além destes, 30% ainda permaneceram neutro no assunto, não concordando nem discordando que o inaccessível a cultura traria um estado mais infeliz nas pessoas do passado.

Com a terceira e última parte, esta mais incisiva na frequência de consumo de produtos culturais por parte dos jovens, pretendia-se entender os graus de consumo destes e para isso foi questionado a sua frequência de visita a vários tipos de produtos culturais. Para além da frequência de consumo, também era essencial entender quanto é que um jovem estaria disposto a pagar por visitar um bem classificado, as barreiras de acesso ao património, os valores pessoais e o seu interesse e satisfação, de modo geral, pelo património. A última questão, foi colocada quase como uma pergunta bônus, uma vez que desejava-se saber o grau de conhecimento dos jovens pelos locais que se encontram classificados atualmente.

Relativamente a frequência de consumo de produtos culturais, os locais propostos foram os museus, castelos/palácios, monumentos, igrejas, sítios arqueológicos, bibliotecas/arquivos e edifícios com uma arquitetura diferente. Logo no primeiro produto, o museu, apercebe-se que a sua frequência por cerca de 75% dos jovens é baixa, ou seja, os jovens, mesmo com a grande diversidade de museus e o seu fácil ensinamento da história e factos, ainda não é muito aderida por este tipo de público. O mesmo acontece com castelos e palácios, estes também não são muito frequentados, no entanto, o mesmo já não se regista nos monumentos, cerca de 40% respondeu que frequenta entre 2 a 6 vezes num ano, já nas igrejas obtivemos uma frequência maior, de sensivelmente 7 a 11 vezes num ano. Nos locais de visita a sítios arqueológicos, foi uma das mais negativas, onde os jovens raramente os visitam, a sua taxa de frequência se resume a cerca de 88% de visitas frequentes entre 1 a um máximo de 6 vezes num ano. As bibliotecas e arquivos foram dos locais onde houve uma maior disparidade de resultados, tanto

obtivemos um grande número de respostas positivas como de negativas, onde cerca de 54% dos jovens frequenta muito pouco, 22% dos jovens frequenta ocasionalmente e cerca de 23% frequenta no mínimo 1 vez a 3 vezes por mês a 1 vez por semana.

Os edifícios com arquitetura distinta são igualmente pouco frequentados pelos jovens, 26% nunca frequentam, 62% frequentam num máximo de até 11 vezes num ano. Apenas 10% dos jovens que frequenta de 1 a 3 vezes por mês. Metade dos jovens afirmam que nunca visitam museus, uma taxa bem baixa para a visita deste produto cultural, inclusive 35% declaram que raramente o frequentam. A Música clássica é outro produto cultural em que os jovens não têm qualquer interesse, o facto é que 60% dos jovens nunca frequenta e cerca de 25% muito raramente. Os festivais de música pop, já são mais do agrado dos jovens, no entanto, possivelmente por ser algo mais sazonal, a sua frequência por parte dos jovens é de cerca de 46% de 1 vez ao ano e 40% de 2 vezes a 6 vezes num ano. Foi no cinema que encontramos as repostas mais positivas com maiores taxas de frequência. Mais de metade dos jovens frequenta o cinema 7 a 11 vezes num ano, e a proximamente 38% visitam mais frequentemente, de 1 a 3 vezes ao mês.

O consumo de atividades de caráter cultural tradicional também não são muito apelativas aos jovens, cerca de 60% dos jovens asseguram que nunca os frequentam, menos de 1 vez ao ano, e 30% responderam que raramente os assistem, no máximo 6 vezes num ano completo. Similarmente, o artesanato obteve resultados idênticos, 50% dos jovens não se interessa nesta modalidade, ou seja, pelo menos metade dos jovens nunca os frequentam. Para além destes, também 35% respondeu que raramente os frequentam, no máximo de até 6 vezes num ano. Relativamente aos festivais gastronómicos, estes também não têm uma grande adesão por parte dos jovens. Cerca de 85% dos jovens, no máximo os frequenta 6 vezes num ano. E por fim, relativo a leitura de um livro, existe uma grande discrepância nas respostas conseguidas. Cerca de um terço dos jovens raramente pratica esta atividade, e de facto cerca de 20% nunca o faz. Os intermediários nesta prática são de cerca de 20%, o praticando até 11 vezes ao ano e os que mais frequentemente o fazem são de apenas 33%.

Relativo ao máximo que cada jovem estaria disposto a pagar para visitar um sítio classificado como património cultural, em média o valor rondava os 15€, um valor aceitável para as carteiras dos jovens inquiridos, que relembrando, são na sua maioria estudantes. Ainda, uma

taxa de cerca de 13% afirma ser o seu máximo os 20€. Apesar disto, o valor máximo que os jovens pagariam estaria sempre dependente do seu interesse pelo sítio classificado em questão. Apesar disto, foram obtidas algumas repostas singulares, pertinentes a se referir, com o gasto de 60€ e até 70€ por uma visita. Esta maior quantia pode ser justificada por um grande interesse num local ou então alguém com um poder económico maior.

Para os jovens existem várias barreiras no que concede o acesso a cultural, dentro desta lista, foi pertinente perceber quais seriam consideradas pelos jovens como as que mais afetam a cultura. Pelo menos metade dos jovens julgaram para cada uma das barreiras como sendo elas importantes e de extrema relevância para o acesso a cultura, no entanto, as que mais se destacaram e que foram consideradas mais marcantes seriam a falta e informação, a falta de tempo e o preço dos bilhetes. De seguida numa escala decrescente, encontra-se a falta de autenticidade, sugerida como importante por 60% dos jovens inquiridos. A falta de atividades e sítios classificados como património cultural foi também ponderada por 58% dos jovens. E de seguida, a falta de interesse também é colocada em questão, com respostas de 55% dos jovens a considerando importante e bastante importante. Tal como a falta de recursos humanos, como guias, monitores, rececionistas, etc., esta é igualmente ponderada e apontada por 55% dos jovens como importante e bastante importante. Todavia, neste ponto, 25% também a pondera como um aspeto com pouca importância, demonstrando que um terço dos jovens ainda a avalia a falta de recursos humanos como algo que não interfere profundamente no alcance da cultura pelos indivíduos.

Quando questionado ao jovens, de forma mais direta e global, de qual seria o seu interesse pelo património podemos perceber que os jovens têm interesse sobre este assunto, no entanto, com base nos resultado podemos afirmar que apesar de acharem que o património é relevante e essencial para os seres humanos, ainda não se apresenta por parte dos jovens, grandes envolvimento com ele, quer seja através de atividades mais tradicionais ou a frequência de locais mais tipicamente patrimoniais como castelos ou museus. Além disso, existem algumas barreiras que acabam mesmo por afastar os jovens destes produtos e atividades como a falta de tempo e o pagamento de bilhetes para as entradas na maioria dos locais.

Algo particularmente notável são as palavras que os jovens associam ao património cultural. “História” foi referida por 39% dos jovens inquirido, seguida pela palavra “passado”

indicada por 8% destes. Apenas através destas duas palavras percebemos de imediato que o mais associado ao património cultural é a antiguidade, os factos acontecidos em séculos passados, o tempo decorrido ao longo dos anos até a atualidade. Outras palavras referenciadas foram a “cultura”, “antiguidade”, “identidade”, “memória”, “igrejas”, “museus” e “preservação”. Muitas outras palavras que foram sugeridas retratam atividades culturais como o “rancho” e a “música”, tal como locais, onde referiram “Guimarães”, ou palavras como “autenticidade” e “herança” que são constituintes do património cultural.

Por fim, era também ambicionado perceber quais bens os jovens creem ser classificados como património cultural e ou quais não são não classificados e conseqüentemente, a que grupo pertence um determinado bem dentro dos classificados como património. Começando com o grafite/arte urbana, apesar deste não ser considerado como património cultural apenas 35% dos jovens acertou na sua classificação, com cerca de 40% defendendo que era património cultural material. No canto alentejano, a maioria dos jovens (80%) acertou na sua categorização, pois é considerado como património cultural imaterial. O fabrico de chocalhos, uma atividade classificada como património cultural imaterial apenas acertada por 25% dos inquiridos. Esta atividade é também reconhecida pela UNESCO com a marca de imediata urgência de salvaguarda. Os objetos do quotidiano, apesar de transmitirem muito valor sentimental para as pessoas, estes não são classificados como património cultural, sendo assim somente 25% dos jovens acertaram na classificação. Já relativo as termas Romanas de chaves, 80% dos jovens responderam corretamente, estando elas protegidas pela classificação de património cultural material, sendo um monumento nacional. O colecionismo, tal como nos objetos do cotidiano, é encarado pela maioria dos jovens como sendo património material, no entanto isso não se vem a confirmar, pois não é considerada património cultural apesar do valor sentimental e pessoal que podem vir a ter. O centro histórico de Guimarães, sendo bastante promovido e divulgado, é classificado como património cultural material, tal como maioria dos jovens inquiridos afirmam. Apenas uma pequena minoria respondeu ser património cultural imaterial, presumivelmente dado seu valor para Portugal como sendo o berço da nação. O galo de Barcelos, também foi respondido corretamente pela maioria dos jovens, sendo ele classificado como património cultural material imóvel, um imóvel de interesse público. E juntando a estas respostas certas temos o mosteiro da batalha, muito similarmente propagado e promovido, sendo classificado como património cultural material, monumento nacional, e integrante da lista do património da humanidade da UNESCO.

Já diferente dos bens anteriores, apenas 10% dos jovens sabe que o coração de viana não é classificado como património cultural. Contudo e voltando as boas graças, 90% dos jovens percebe que o parque arqueológico do vale do coa é património cultural material, um monumento nacional e património da humanidade pela UNESCO. Referente a dieta mediterrânea, metade dos jovens a considerado como património cultural imaterial e outros 35% como não sendo património cultural. Na realidade o parque é classificado como património imaterial da humanidade, portanto metade dos jovens inquiridos aprovaram neste bem. E por fim, temos a Arte da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, protegida pela UNESCO fazendo parte integrante da sua lista representativa do património cultural imaterial. Para este bem classificado quase metade (48%) é que sabiam do facto de ser um parque classificado como património cultural imaterial.

Com tudo isto detalhado, apercebemo-nos que em regra geral os jovens têm uma noção das classificações do património dos locais mais divulgado e promovidos. No entanto, bens menos conhecidos passam despercebidos pelos jovens como a dieta mediterrânica, o fabrico de chocalhos e a Arte da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos. Tal como o coração de viana, o colecionismo e os objetos do quotidiano, que apesar de serem muito difundidos não são classificados como bens de património cultural.

9.2 – CONCLUSÕES FINAIS

Resultando deste estudo podemos afirmar que os jovens têm uma certa curiosidade e interesse pelo património cultural, pela história e a riqueza dos bens classificados em geral. Também entendem que esse património deve ser protegido e promovido para poder chegar ao conhecimento de mais pessoas tal como para haver uma melhor salvaguarda dele. Apesar disto, mesmo conhecendo a importância de o promover e proteger, e mesmo nutrido algum interesse e encontrarem um certo encanto no património cultural, os jovens não dão o salto de passar esse conhecimento para a prática. Não existe um grande envolvimento dos jovens com atividades culturais, apesar de haver uma minoria que ainda participa de voluntariado e folclore.

As causas que foram possíveis de averiguar para esta situação ocorrer são três: a falta de tempo, a falta de informação e o preço dos bilhetes. Estas barreiras foram as mais evidenciadas pelos jovens como sendo os três grandes pontos de obstrução que os impelem de

visitar e frequentar bens classificados como património cultural.

De forma a combater estas adversidades seria importante implementar algumas medidas para aumentar o fluxo de jovens visitando locais patrimoniais. Promover mais informações acerca do património quer a nível *online* ou televisivo, minorizar as taxas de entrada para os locais de património cultural ou mais dias de entrada gratuita para jovens, promover e incentivar o voluntariado e inclusive melhorar a mobilidade e os transportes públicos para e/dos locais de bens patrimoniais. Estas são algumas das possíveis medidas que ajudem a suprimir as barreiras que pelo o ponto de vista dos jovens, os impede de frequentar os bens classificados de património cultural. Qualquer medida que possa ser tomada para diminuir esses três fatores é positiva para um aumento do consumo de bens culturais pelos jovens.

9.3 – LIMITAÇÕES

Nesta investigação, como em todas as outras, apresentou algumas limitações que foram aparecendo ao longo da sua elaboração. Uma das barreiras que foi encontrada, logo no início deste processo foi a exigência de pagamento de vários artigos encontrados na base de dados consultada. Foi então necessário prescindir desses artigos, que acabou por dificultar e limitar a recolha dos artigos científicos, e que por sua vez foi deixada de parte leitura que poderiam eventualmente enriquecer a investigação.

Outra limitação encontrada foi a baixa taxa de indivíduos que responderam ao inquérito, ou seja, não foi obtido um número de respostas ao inquérito que inicialmente estar-se-ia a desejar. Apesar dos diversos esforços que foram feitos na divulgação e na promoção do questionário, por diversas pessoas, e por várias partilhas nas redes sociais, por envio pelo e-mail constitucional da Universidade do Minho e até por boca-a-boca, os resultados obtidos foram um pouco desanimadores, pois esperava-se uma maior adesão por parte dos jovens no preenchimento do questionário.

Para além disto, não foi possível utilizar alguns questionários respondidos pois estes foram eliminados a partir de questões eliminatórias como a idade e o local de residência. Apesar de ser referido no início do questionário as limitações para a resposta ao mesmo, ainda assim, algumas pessoas com mais de 35 anos e morando fora de Portugal responderam ao inquérito.

O questionário, que sendo aplicado através da Internet, originou uma outra limitação, em que várias respostas se apercebe que houve inquiridos que não entenderam bem algumas questões, como a pergunta número 25, “Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante”, em que se pretendia que ordenassem do mais importante ao menos importante, mas o que ocorreu foi que os inquiridos atribuíram um número a cada um tendo em conta o que mais importava para si em cada um dos valores pessoais. Apesar disto, houve também alguns feedbacks menos positivos relativamente a uma questão, “Na sua opinião, qual o valor máximo que pagaria, em euros, para visitar um sítio classificado como património cultural.”. Aqui várias pessoas responderam um preço, mas referiam ainda que realmente dependia um pouco do tipo de património cultural que se visitasse.

Também nas conclusões, as ideias e os factos que foram apurados foram um pouco limitados pois resulta de um agente ativo na interpretação dos dados com determinado ponto de vista e uma experiência e formação académica própria que acaba por influenciar as conclusões na investigação. Por fim, é pertinente afirmar que a criação deste trabalho foi possível através de um grande cuidado em relação a gestão do tempo e das prioridades. Ao longo de todo o processo foi estabelecido metas semanais que possibilitaram uma melhor gestão na conceção desta investigação.

9.4 – SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Apos tudo o que foi dito anteriormente, não podia não deixar aqui algumas sugestões para futuras investigações ligadas a este tema, até porque, este trabalho como todos os outros apresenta limitações e falhas que podem ser a oportunidade para outras possíveis investigações futuramente.

A primeira sugestão, seria de estender a investigação, não apenas aos jovens portugueses, mas também aos jovens da Europa ou de outro país e fazer uma comparação entre os dois. Ou seja, aplicar o questionário a uma área geográfica maior, como por exemplo, aos jovens europeus, e depois comparar as atitudes dos dois face ao Património cultural. Esta é uma boa maneira de também perceber até que ponto as diferentes culturas acabam por influenciar a concessão do património e as atitudes face a ele.

Outra questão a apontar seria a internet e a sua influência no Património cultural. De que maneira a internet, que cada vez mais é de grande importância no mundo, ajudando como fonte de trabalho e base em muitos tipos de emprego, influenciou o património cultural. Quais os bons aspetos e os maus que se pode tirar daqui, pois, não apenas ajuda a difundir o património, mas também se apresenta como um grande problema no dinamismo das sociedades, sendo que muitos jovens são cada vez mais dependentes dela, vivendo em um mundo virtual e não na realidade.

Também a questão do status deve ser referida, estando ligado também aos jovens e ao prestígio dos locais de Património. Como cada sítio classificado como Património cultural tem a sua história, o seu significado e interesse, será que esse local ao ser frequentado por determinados indivíduos não concederá a eles um maior status social e de prestígio? E quais seriam as características e os aspetos mais importantes, na opinião dos jovens, que ajudaria a alcançar um status mais elevado?

Uma última sugestão trata-se a respeito da iniciativa própria que leva ou pode levar os jovens a viajar para visitar um local classificado como Património cultural. Quais seriam os motivos para os jovens, por detrás de uma possível viagem a esses locais. E também seria interessante entender se a tendência por parte dos jovens, para viajar em grupo se estenderia a visita a locais de património cultural e conseqüentemente o que os conduziria a visitar esses locais sozinhos e em grupo. Ou seja, tentar perceber o que moveria os jovens em grupo a visitar locais classificados como património cultural e os jovens sozinhos a fazer o mesmo, isto é, as motivações de cada tipo destas formas de viagem.

Apesar disto, em investigações futuras pode ser abordado na revisão da literatura conceitos que não foram tão desenvolvidos nesta investigação como os jovens e a evolução de cultura que podem ser melhor explorados dada o seu forte vínculo com o património cultural. E finalmente é importante salientar a necessidade de monitorizar a informação estatística sobre a participação dos jovens nas iniciativas ligadas ao património, visitas aos museus e monumentos e consumo de produtos culturais.

REFERÊNCIAS

- (s.a.) (2011) “Globalização e património cultural” in Custódio, Jorge (coordenação) (2011). “100 anos de Património. Memória e Identidade”. Lisboa: IGESPAR, 2ª edição, 346.
- Almeida, É., & Solé, M. G. P. S. (2016). Aprender história através da exploração do património local como recurso didático: uma experiência em educação patrimonial com alunos do 5.º ano de escolaridade. VII Simposio de Didáctica de las Ciencias Sociales en el ámbito ibero-americano.
- Almeida, N. H. O. (2018). Educação Patrimonial & Criatividade: Território, Empatia e Aprendizagem nos Ecomuseus e Museus Comunitários.
- Alves, Natália (2005). *O que é o Património Cultural?*. Retirado em 12 de agosto de 2019, de <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/o-patrimonio-historico-cultural-da-regiao-de-braganca-zamora/o-que-e-o-patrimonio-cultural>
- Ano Europeu do património Cultural (2018). Ciclo de Conferências sobre Património Cultural no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural 2018. Retirado em 13 de agosto de 2019, de <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ciclo-de-conferencias-sobre-patrimonio-cultural-no-ambito-do-ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/>
- Calaf, R. & Fontal, O. (2006). Miradas al patrimonio. In Ediciones Trea, 23-50.
- Câmara Municipal de Guimarães. Retirado em 02 de abril, 2019, de https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1464?news_id=3678
- Câmara Municipal de Guimarães. Retirado em 02 de abril, 2019, de https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1456?event_id=2752
- Câmara Municipal de Guimarães. Retirado em 19 de março, 2019, de https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1433?news_id=3155&related_news_list_23_page=8
- Canedo, D. (2009). Cultura é o quê?”. Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. Publicado no *V Enecult. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura*, 27.
- Cardoso, M. (2014). *O Património Mundial da Humanidade no Espaço Rural Português: a sua Pertinência Formativa e Educativa*.
- Castro, J. V. (2017). A memória narrada por jovens do ensino médio na significação do património cultural.
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas (s.d.). Fabrico de Chocalhos alentejanos reconhecido pela UNESCO como património imaterial que necessita de proteção. Retirado em 07 de agosto de 2019, de <https://unric.org/pt/actualidade/32091-fabrico-de-chocalhos-alentejanos-reconhecido-pela-unesco-como-patrimonio-imaterial-que-necessita-de-protecao>
- CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Retirado em 02

de abril, 2019, de <http://www.citcem.org/evento/175>

Comissão Nacional da UNESCO (s.d.) História. Retirado em 12 de agosto de 2019, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>.

Comissão Nacional da UNESCO (s.d.) Sobre a UNESCO. Retirado em 12 de agosto de 2019, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco>

Comissão Nacional da UNESCO (s.d.) Sobre a UNESCO. Retirado em 14 de abril, 2019, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco>

Comissão Nacional Da UNESCO Portugal, (2012). Kit pedagógico "Património Mundial nas mãos dos jovens. Lisboa, 1ª edição, 12-14.

[Comissão Nacional Da UNESCO. Ministério Dos Negócios Estrangeiros \(s.d. \). *Dieta Mediterrânica na lista do património imaterial*. Retira em 07 de agosto de 2019, de https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/dieta-mediterranica-na-lista-do-patrimonio-imaterial](https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/dieta-mediterranica-na-lista-do-patrimonio-imaterial)

Convento de Cristo. Retirado em 20 de março, 2019, de <http://www.conventocriso.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=174>

Convento de Cristo. Retirado em 20 de março, 2019, de <http://www.conventocriso.gov.pt/pt/index.php?s=noticias¬icia=39>

Convento de Cristo. Retirado em 20 de março, 2019, de http://www.conventocriso.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=175&identificador=ct31_pt

Custódio, Jorge (coordenação) (2011). "100 anos de Património. Memória e Identidade". Lisboa: IGESPAR, 2ª edição, 243-245.

Departamento de Património Imaterial Instituto dos Museus e da Conservação (2002). *Kit Recolha Património Imaterial*.

Direção geral de Cultura do Norte (s.d.). Notícias. Retirado em 19 de março, 2019, de <http://culturanorte.gov.pt/pt/noticias/passatempo-num-instante-o-patrimonio/>

Direção geral de Cultura do Norte (s.d.). Património Cultural. Retirado em 15 de Março, 2019, de <http://culturanorte.gov.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Atividades. Retirado em 02 de abril, 2019, de http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2017/01/19/SE_formato_final_OFFSET_FINAL_OVER.pdf

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Centro Histórico de Guimarães. Retira em 07 de agosto de 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/centro-historico-de-guimaraes/>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Centro Histórico do Porto. Retirado em 02 de abril, 2019, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Classificado ou em vias de classificação. Retirado em 07 de agosto de 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/13214032>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Museus e monumentos. Retirado em 07 de agosto de 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/m/mosteiro-da-batalha/>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Património Mundial em Portugal. Retirado em 14 de março, 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimoniomundial/portugal/>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Património Mundial em Portugal. Retirado em 14 de março, 2019, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Património Mundial em Portugal. Retirado em 14 de março, 2019, de <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). Perguntas frequentes. Retirado em 08 de agosto de 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/perguntas-frequentes/>

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). *Sítios pré-históricos de arte rupestre do vale do rio coa e de siega verde*. Retirado em 08 de agosto de 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/sitios-pre-historicos-de-arte-rupestre-do-vale-do-rio-coa-e-de-siega-verde/>

Direção-Geral do Património Cultural. Iniciativas do ano europeu do património cultural em Portugal. Retirado em 19 de março, 2019, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/iniciativas/o-ano-europeu-do-patrimonio-cultural-em-portugal/>

Eagleton, T. (2011). *A ideia de cultura*. 2ª. São Paulo: Editora Unesp.

Englis, B., Solomon, M., Olofsson, A. (1993). Consumption Imagery in Music Television: A BiCultural Perspective. *Journal of Advertising*, 22 (4), P. 21-33.

Epstein, T. (2018). Constructing and questioning connections between history education and heritage education. *Theory & Research in Social Education*, 46(2), p.325-329.

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (2018). Conferência Marques da Silva 2018, "Arquitetura e Património: sem redoma de vidro" por Nuno Valentim. Retirado em 02 de abril, 2019, de https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=48042

Giménez, J. E., Ruiz, R. M. Á., & Listán, M. F. (2008). Primary and secondary teachers' conceptions about heritage and heritage education: A comparative analysis. *Teaching and Teacher Education*, 24(8), 2095-2107.

Grilo, Marçal (2008). Educar para a cidadania. Retirado em 16 de Abril, 2019, de <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000042001-000043000/000042092.pdf>

Guerreiro, C. D. J. C. (2018). O Património Mundial da UNESCO em Portugal Continental e a Animação Turística: uma proposta de roteiro cultural para a empresa Go! Leisuree & Heritage (Master's thesis).

Hayashi, M. C., Hayashi, C. R., & Martinez, C. M. (2008). Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. *Educação, Sociedade & Culturas*, 27, 131-154.

Hollander, S. & Germain, R. (1993). Was There a Pepsi Generation Before Pepsi Discovered it?. Illinois: NTC Publishing Group.

Horta, M. Grunberg, E. & Monteiro, A. (1999). Guia básico de educação patrimonial. Retirado em 15 de Abril, 2019, de http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

Hoskins, B., Saisana, M., and Villalba, C. M. (2015), "Civic competence of youth in Europe: Measuring cross national variation through the creation of a composite indicator", *Social Indicators Research*, 123(2), 431-457.

Lobovikov-Katz, A., Benito, G. B., Sánchez, V. M., Martins, J., & Sojref, D. (2016, October). Training schools for conservation of cultural heritage: between expertise, management and education. In *Euro-Mediterranean Conference*, p.880-890. Springer, Cham.

Lopes, M. T. (2017). *Perspetivas sobre o património e educação patrimonial no início do período democrático (1974-1985)*. Dissertação de mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, especialização em Património e Projetos Culturais. Lisboa: ISCTE-IUL, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de História.

Macau Património Mundial. Retirado em 14 de março, 2019, de <http://edocs.icm.gov.mo/Heritage/MWHP2.pdf>

Madariaga-Orbea, J. M., Gillate, I., Ibañez-Etxeberria, A., & Molero, B. (2018). Heritage education in informal contexts. Motivation and self-concept/Educación patrimonial en contextos informales. Motivación y autoconcepto. *Cultura y Educación*, 30(3), 584-599.

Malanchen–Unioeste, J., & do Iguçu, F. (2014). O conceito de cultura: definição e compreensão a partir da teoria marxista.

Massonetto, B., Esteves, E., Ferreira, E., Andrade, E., & Christofolletti, R. (2012). *Uma mudança do olhar em favor do património*. UNISANTA Humanitas, 78-92.

Mendes, A. R. (2012). O que é Património Cultural. 1ª edição. GENTE SINGULAR editora.

Merillas, O. F., Ceballos, S. G., Arias, B., & Arias, V. B. (2019). Assessing the quality of heritage education programs: Construction and calibration of the Q-Edutage scale. *Revista de Psicodidáctica* (English ed.), 24(1), 31-38.

- Merriman, N. (2016). *Beyond the glass case: the past, the heritage and the public*. Routledge.
- Mosteiro da Batalha. Retirado em 20 de março, 2019, de <http://www.mosteirobatalha.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=211>
- Nunes, G., & Solé, M. G. P. S. (2017). Diálogos entre Educação Histórica e educação patrimonial e outras áreas do saber: o exemplo da exploração do património azulejar bracarense por alunos do 1º ciclo do ensino básico.
- Ocal, T. (2016). Necessity of cultural historical heritage education in social studies teaching. *Creative Education*, 7(03), 396.
- Ott, M., & Pozzi, F. (2011). Towards a new era for Cultural Heritage Education: Discussing the role of ICT. *Computers in Human Behavior*, 27(4), 1365-1371.
- Ovidia, S. M. (2012). Heritage conservation in secondary education curriculum a didactic proposal based on the application of ICT. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 51, 782-786.
- Penedo, A. (2017). *O Envolvimento dos Jovens Residentes na Valorização do Património Cultural: As Marchas Populares*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Turismo e Hotelaria, Universidade Europeia.
- Pereira Paula. (2011). “Sob o signo de Sítio. Políticas do património edificado em Portugal. 1980-2010” in Custódio, Jorge (coordenação) (2011). “100 anos de Património. Memória e Identidade”. Lisboa: IGESPAR, 2ª edição, 261-262.
- Pereira, M. M. R. (2018). *O impacto da atribuição pela UNESCO do galardão de Património Mundial ao Vale do Côa, na perceção dos residentes* (Dissertação de mestrado, Instituto politécnico de Bragança, Portugal). Retirado em 20 de Abril, 2019, de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/18509/1/pauta-relatorio-11.pdf>
- Pereira, M., & CARDOSO, A. (2010). A escola e a educação patrimonial: perspetivas de intervenção. *Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde. Instituto Politécnico de Viseu. Escola Superior de Educação de Viseu*.
- Pereira, Paula. (2012). *100 anos de Património. Memória e Identidade*. IGESPAR, 2ª edição.
- Pereiro, X. (2006). Património cultural: o casamento entre património e cultura. *Adra: revista dos socios e socias do Museo do Pobo Galego*, (1), 23-42.
- Pérez, R. J., López, J. M. C., & Listán, D. M. F. (2010). Heritage education: Exploring the conceptions of teachers and administrators from the perspective of experimental and social science teaching. *Teaching and teacher education*, 26(6), 1319-1331.
- Pérez, Xerardo (2009). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. Edições IMAI - Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia; CEDTUR - Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico. “Cadernos de Turismo”. Retirado em 20 de junho, 2019, de <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEedita2.pdf>
- Pinto, Helena (2016). Os Centros Históricos como laboratórios de Educação Histórica e

Patrimonial. *Revista História Hoje*, 5(9), 49-75.

Pinto, Helena (2015). Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*. Retirado em 20 de abril, 2019, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305538472010>

Portal Diplomático, Comissão Nacional da UNESCO. Retirado em 20 de março, 2019, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/elvas-e-suas-fortificacoes>

Portal do Governo dos Açores. Retirado em 19 de março, 2019, de <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srapre-drae/noticias/Governo+dos+A%C3%A7ores+promove+curso+multim%C3%A9dia+para+estudantes+do+ensino+secund%C3%A1rio+e+profissional.htm>

Pporto (2019). Conferência “Património de influência portuguesa. Uma rede para o futuro”. Retirado em 13 de agosto de 2019, de <http://www.pportodosmuseus.pt/2019/01/10/conferencia-patrimonio-de-influencia-portuguesa-uma-rede-para-o-futuro/>

Pportodosmuseus. Retirado em 02 de Abril, 2019, de <http://www.pportodosmuseus.pt/2019/01/10/conferencia-patrimonio-de-influencia-portuguesa-uma-rede-para-o-futuro/>

Rádio Nova Antena. Retirado em 02 de Abril, 2019, de <https://radionovaantena.com/2019/03/22/evora-presente-no-ii-encontro-jovens-embaxadores-do-patrimonio-mundial/>

Ritchie, Karen (1995); *Marketing to Generation X*. The Free Press. New York.

Santos, F. & Reis, E. (2004). Juventude, Consumo e Globalização, uma análise comparativa. (Dissertação de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2004) Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/540/1/Doutoramento.pdf>.

Seixas, P. (2016). Are Heritage Education and Critical Historical Thinking Compatible?. *Sensitive Pasts: Questioning Heritage in Education*, 27, 21.

Semanário Registo. Retirado em 20 de Março, 2019, de <http://www.registo.com.pt/regional/projeto-educativo-do-patrimonio-de-evora-ja-esta-em-plena-atividade/>

Simşek, G., & Kesici, A. E. (2012). Heritage education for primary school children through drama: The case of Aydın, Turkey. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 46, 3817-3824.

Soares, A. L. R., & Oosterbeek, L. M. (2018). *Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do patrimônio cultural brasileiro*.

Solé, G. (2014) (Org.). *Educação Patrimonial: novos desafios pedagógicos*. Braga: Cied, Universidade do Minho.

Solé, G. (2016). O ensino de história a crianças: perspectivas de formação e investigação em educação histórica na Universidade do Minho (Portugal).

Solé, M. G. P. S. (2015). Educação patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial. *In II Seminário internacional de educação patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial* (pp. 10-452). Universidade do Minho. Centro de Investigação em Educação (CIEd).

Sousa, C. C. D., & Leão, G. M. P. (2016). Ser Jovem e Ser Aluno: entre a escola e o Facebook. *Educação & Realidade*, 41(1), 279-302.

Turismo de Portugal (s.d.). Missão e visão. Retirado em 13 de agosto de 2019, de http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx

Twitchell, J. (2000). In Defense of Materialism. *Across the Board*, 37 (3), 64-69.

Vieira, M. D. S. (2012). Hábitos de lazer e de consumo de produtos culturais pelos jovens portugueses. (Dissertação de mestrado em Marketing e Gestão Estratégica, Universidade do Minho).

VisitPortugal (s.d.). Museus, Monumentos e Sítio. Retirado em 13 de agosto de 2019, de <https://www.visitportugal.com/pt-pt/encontretipo?context=402>

VisitPortugal (s.d.). Património Mundial. Retirado em 13 de agosto de 2019, de <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/patrimonio-mundial>

ANEXO

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

Questionário aos Jovens sobre o Património

Este questionário encontra-se inserido em um projeto de investigação de Mara Barros, aluna do Mestrado em Património na Universidade do Minho. O questionário é dirigido aos jovens de Portugal e os dados agora recolhidos são confidenciais, não sendo possível identificar nenhum indivíduo em particular nos resultados apurados

NOTA - PARA O QUESTIONÁRIO SER VÁLIDO DEVE PROCURAR RESPONDER A TODAS AS QUESTÕES

O tempo estimado para o preenchimento será aproximadamente 10 minutos, Obrigado pelo seu contributo e colaboração.

*Obrigatório

1) Idade *

2) Género *

Masculino

Feminino

3) Profissão *

4) Nível de Escolaridade *

5) Local de Residência *

6) Nacionalidade *

7) Está envolvido de alguma forma numa atividade relacionada com o Património Cultural? Se responder sim, qual? *

8) Próximo da tua residência existe algum sítio classificado como património cultural. Se responder sim, qual? *

9) É sócio/membro de alguma associação cultural ou recreativa? Se responder sim, qual? *

10) Faz trabalho voluntário em alguma associação cultural ou recreativa? Se responder sim, qual? *

Atitude face ao Património Cultural *

- 1- Discordo totalmente
- 2- Discordo
- 3- Não discordo nem concordo
- 4- Concordo
- 5- Concordo totalmente

	1	2	3	4	5
11) O conhecimento da história e das culturas das civilizações antigas é muito importante.					
12) O Património Cultural não é muito importante para mim pessoalmente.					
13) Na minha opinião o Património Cultural é muito importante para a região onde vivo.					
14) Quanto mais atividades culturais frequento mais vontade tenho de viajar.					
15) A sociedade deve gastar dinheiro na investigação, na procura do conhecimento da história e dos acontecimentos do passado.					
16) A universidade deve formar pessoas que se dediquem a investigar e a divulgar o património.					
17) A aprendizagem do que aconteceu no passado é importante para a tomada de decisões no futuro.					
18) No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes devido às más condições de vida.					

19) No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à tecnologia.					
20) No passado, em modo geral, as pessoas eram mais infelizes por não terem acesso à cultura.					

Frequência de consumo de produtos culturais

21) Escolha para cada produto cultural a frequência de visita/consume. *

- | |
|--|
| <p>1- Nunca (menos de 1 vez por ano)</p> <p>2- Raramente (2 a 6 vezes ao ano)</p> <p>3- Ocasionalmente (7 a 11 vezes ao ano)</p> <p>4- Frequentemente (1 a 3 vezes ao ano)</p> <p>5- Muito frequentemente (mais de 1 vez por semana)</p> |
|--|

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequentemente
Museu					
Castelo/ Palácios					
Monumentos					
Igrejas					
Sítios arqueológicos					
Biblioteca/ Arquivos					

Edifícios com arquitetura distinta					
--	--	--	--	--	--

23) Na sua opinião, qual o valor máximo que pagaria, em euros, para visitar um sítio classificado como património cultural. *

24) Quais as barreiras no acesso a cultura/ Património Cultural mais importantes para si? *

- | |
|-------------------------|
| 1 - Nada importante |
| 2 - Pouco importante |
| 3 - Importante |
| 4 - Bastante importante |
| 5 - Muito importante |

	1	2	3	4	5
Falta de interesse					
Falta de tempo					
Preço dos bilhetes					
Falta de informação					
Falta de atividades/sítios classificados como património cultural próximo de si					
Falta de autenticidade					
Falta de recursos humanos (ex.: guias)					

25) Na sua vida diária que importância atribui aos seguintes valores pessoais? Classifique de 1 a 9, sendo o 1 o menos importante e o 9 o mais importante. *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Autorrespeito									
Segurança									
Relações calorosas com os outros									
Autorrealização									
Ser respeitado e admirado									
Divertimento e prazer na vida									
Sensação de pertença									
Excitação									
Sensação de êxito									

26) Globalmente, qual é o seu grau de interesse pelo Património Cultural? *

1 - Nenhum	2	3	4	5 - Muito

27) Globalmente, qual é a sua satisfação acerca do atual estado de conservação/proteção do Património Cultural? *

1 – Muito Má	2	3	4	5 – Muito Boa

28) Que palavras associa ao Património Cultural? *

29) O que considera ser Património Cultural material, imaterial ou não digno dessa classificação? *

	Património Cultural Material	Património Cultural Imaterial	Não é Património
Graffiti/ Arte Urbana			
Cante Alentejano			
Produção de chocalhos			
Objetos de quotidiano antigos			
Termas Romanas em Chaves			
Colecionismo (selos, moedas...)			
Cento histórico de Guimarães			
Galo de Barcelos			
Mosteiro da Batalha			
Coração de Viana			
Parque arqueológico do Vale do Côa			
Dieta mediterrânica			
Arte da Falcoaria Real em Salvaterra de Magos			